EM TEMPO:
SEMANÁRIO NACIONAL — Cr$ 15,00 — ANO II — Nº 62 — 3 A 9 DE MAIO DE 1979

Não faltou nada neste 1º de maio

FLEURY: O CARRASCO ESCAPOU DA JUSTIÇA

Pág. 12

150 MIL NO PRIMEIRO DE MAIO
Casa cheia em Vila Euclides

Flagrante do velório do delegado Fleury (Será que houve troca de legendas?)

UNE: a preparação do Congresso e os conchavos para a direção da entidade. Pág. 11

Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

As perspectivas da luta operária, segundo as duas alas da Oposição. A divisão foi no último Congresso. Pág. 4

Lançado o ante-projeto do Partido dos Trabalhadores. Veja aqui o documento na íntegra. Pág. 5

Entrevista:
ROQUE DE OSASCO

Ele foi um dos líderes da greve metalúrgica em Osasco, em 1968. Preso, torturado e banido, ele passou os anos seguintes fora do país. Na Europa, virou sociólogo. Agora retornou ao país. E conta suas experiências e seus planos, num papo com EM TEMPO. Pág. 9

Maluf: cada vez mais cínico

Pág. 10

Fabricando desertos

O presidente da Federação das Indústrias do Maranhão, Alberto Abdalla, está assustado: «O Maranhão sempre foi o oásis para onde se deslocavam grandes contingentes de flagelados das secas dos Estados nordestinos Agora a seca é lá e aqui», disse ele.

Os culpados? A isso ele não se referiu (talvez culpe Deus, como já fizeram uns e outros por aí), mas são eles mesmos, que acham que progresso é desmatamento. Estão agredindo a natureza e ela responde da forma que pode. E ainda é pouco, a coisa vai piorar.

Não durará muito e o «Polígono das secas» vai atingir até a Amazônia, pois as autoridades estão fazendo tudo para que isto aconteça.

Depois farão ar de surpresa e empurrarão a culpa a Deus, aos comunistas ou a quem quer que seja, menos a eles mesmos. Esperamos que as secas atinjam o mais rápido possível as terras griladas pelo Sarney, é o que podemos fazer. (RVN).

Professores mineiros querem aumento

Mais de mil e trezentos professores mineiros, entre os quais representantes de cerca de vinte cidades do interior, se reuniram em assembléia no dia 28 último para deliberar os rumos de sua campanha salarial. Praticamente dobrou o número de presentes em relação à primeira assembléia realizada e o movimento, organizado sem nenhum apoio do Sindicato dos Professores de Belo Horizonte e da Associação dos Professores de Minas Gerais, vem ganhando força.

Embora tenham sido levantadas inúmeras reivindicações especificas, foi deliberado centrar o movimento em torno às seguintes lutas: para a rede particular — abono imediato de 35%, adicional extra-classe de 25%; estabilidade contratual de 1 ano. Para os professores da rede oficial — equiparação salarial com os professores do Rio de Janeiro; efetivação dos contratados; equiparação dos inativos; reajuste salarial para os serventuários e para os serventes escolares.

Ao final, decidiu-se pela elaboração de um documento, redigido por uma comissão formada por professores municipais, estaduais e da rede particular, a ser entregue aos respectivos patrões.

Apesar das ameaças de demissões já estarem pesando sobre alguns professores, o movimento promete se ampliar ainda mais. Até o dia 12, será realizada, com o apoio da UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas), uma ampla campanha de explicação dos motivos do movimento junto aos pais de alunos e à população em geral. Em caso de negativa por parte dos patrões do atendimento das reivindicações, já está sendo levantada a perspectiva de uma paralisação geral. (Sucursal de Belo Horizonte).

Greve pra botar o reitor na rua

Há quase um mês estão em greve 10 dos 14 mil estudantes da Universidade Católica de Salvador. Tudo começou no fim do mês de março quando os estudantes, numa assembléia geral com mais de 2 mil participantes, decidiram recusar o aumento da anuidade decretado pela Universidade que variava de 45%, para o ciclo profissionalizante, a 70% para os calouros, e, que segundo Decreto do MEC,deveria ser de 38%.

Depois de várias assembléias, idas e vindas da comissão de negociação até a reitoria e 12 dias de greve o reitor prometeu atender parte das reivindicações: 38% até junho, taxa de mora de 8%, salas para os diretórios, melhoria das salas e aparelhamento da biblioteca a médio prazo. Os alunos não gostaram e continuaram a luta pelos 38% de aumento para o ano todo e extinção total da taxa de mora.

Desta vez porém não brigam sozinhos, os professores da Universidade também entraram em greve e exigem, para retorno às aulas, o afastamento definitivo da atual direção da Católica, por considerá-la incapaz e irresponsável».

Aos professores, o reitor Eugênio Veiga conhecido pela sua intransigência, recusou-se até mesmo a cumprir o acordo firmado recentemente, após alguns dias de greve entre aqueles e a Universidade com intermediação do cardeal Avelar Brandão Vilela, grão chanceler da Universidade Católica.

Por isto mesmo que as principais reivindicações encapadas por alunos e professores da Universidade Católica de Salvador são: Abaixo o Reitor (palavra de ordem mais ouvida em qualquer assembléia hoje na UCSal) e Democratização da Universidade. (Sucursal de Salvador).

Motoristas de São Paulo em greve apesar do pelego e da «oposição»

«Pára, pára... 80, 80... Deus está conosco». Com estas palavras de ordem, cerca de dois mil motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo decidiam entrar em greve a partir do dia 2 em assembléia na praça da Igreja São João Batista do Brás, no último dia 30 à noite. E na madrugada do dia 2, a greve ganhava fôlego surpreendente. Eles reivindicam 80% de aumento sobre os salários atuais e sem desconto dos 20% conseguidos o ano passado, parceladamente. Atualmente, supondo uma teórica jornada de trabalho de 8 horas, eles ganham entre 4.300,00 e 5.800,00 — motoristas — e entre 2.100,00 e 2.900,00 — cobradores.

Na própria assembléia, realizada com o apoio do vigário da Igreja, os trabalhadores formaram um Comando Geral da Greve, com a participação de dois representantes de funcionários de cada empresa e dois de cada garagem da CMTC. E, já no dia 2 o Comando obtinha suas primeiras vitórias.

O início da movimentação dos motoristas vem do dia 26 de abril, quando eles se revoltaram contra o acordo promovido pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de São Paulo. O acordo previa um aumento de 60% sobre os salários de maio passado e com o desconto dos 20% conseguidos ao longo do ano. A revolta dos trabalhadores era tanta que na noite do dia 30, quando um representante do Sindicato tentou intervir na assembléia, teve seus panfletos rasgados e foi expulso sob vaias.

A história do Sindicato é digna de nota. Em 1974, quando ocorreu uma paralisação parcial dos motoristas de São Paulo — também a contragosto do Sindicato — logo depois, vários de seus dirigentes foram presos e torturados no Dopa, acusados de militância no Partido Comunista Brasileiro. Seguiu-se uma intervenção no Sindicato, a qual conseguiu eleger chapas sucessivas e, desta forma, perpetuou-se até a atual diretoria.

Os antigos dirigentes foram absolvidos no processo e agora, depois de 5 anos, tentam retornar ao Sindicato, justamente neste momento em que se preparam as eleições de uma nova diretoria para breve. E qual sua posição? Ao invés de se aliarem à massa que explode em greve, buscam os herdeiros da interventoria para uma chapa de composição. O pelego, muito esperto, aceita, e os coloca na linha de frente da Comissão de Salários que acabou aprovando o acordo dos 60% contra o qual a greve lança-se hoje.

Assim, ao invés de voltarem ao Sindicato carregados pelo movimento grevista, preferem voltar como parachoques de uma direção interventora. Bem feito: no afã de segurança total na reconquista do aparelho, correm o risco de terminarem se desmoralizando perante a massa e assim serem facilmente chutados da chapa pelo pelegão mais esperto do que eles próprios. (FA).

Passeata pela posse da terra

Cerdia Assumpção

Desde 1973 e mais acentuadamente nos últimos dois anos os posseiros da localidade de Trindade, município de Parati, no Estado do Rio vêm sofrendo pressões da Companhia Trindade Desenvolvimento Territorial, subsidiária da ADELA (Agência de Desarrollo da América Latina), para que abandonem suas posses, vendendo-as para a companhia.

Com as ameaças constantes de 40 jagunços armados de fuzis comandados pelo próprio advogado da Companhia, os homens foram impedidos de trabalhar nos barcos de pesca, onde chegavam a ficar vários meses no mar sem regressar para suas casas. À medida que os primeiros posseiros vendiam seus pedaços de terra, as casas eram queimadas, as roças arruinadas, criando um clima de terror cada vez maior.

Os «trindadeiros», porém, estão levando adiante seu movimento de resistência e unindo toda sua força para garantir a terra que é deles. Na quinta-feira da semana passada responderam a uma ação de despejo que a Companhia está movendo contra eles com uma passeata pelas ruas de Parati. Além disso o advogado dos posseiros entrou com um mandado de segurança no 2º Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro, para garantir a posse dos pescadores.

Mais de 200 moradores participaram da passeata, que contou com amplo apoio da população de Parati. Gritando «queremos justiça» e «Trindade é Brasil», os posseiros levaram suas faixas até a Prefeitura de Parati, onde realizaram um Ato Público e manifestaram toda sua disposição de não abandonar a terra que é sua. (SA).

Pelegos dão golpe nos professores paulistas

Nas eleições deste ano na Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), os resultados foram os seguintes: Chapa 1: 261 votos; Chapa 2: 4.171 votos; Chapa 3: 725 votos; Chapa 4: 397 votos. Adivinhe quem ganhou? Se o companheiro pensou na Chapa 2 enganou-se. A diretoria antiga considerou vencedora a Chapa 3, usando como pretexto que o Professor Antonio Módolo, candidato a diretor pela Chapa 2 ter sido expulso da Entidade em 1968, por «desrespeito às normas estatutárias».

A desculpa escavada é muito pouco convincente, uma vez que a reunião que teria votado a sua expulsão é de legalidade bastante discutível e além disso, o interessado só ficou sabendo da sua expulsão agora, onze anos depois, não conseguindo a atual diretoria comprovar a notificação da medida.

Os integrantes da Chapa 2 são oriundos do Comando Geral de Greve que organiza a atual movimentação e a sua votação expressiva bem demonstra a representatividade que goza o Comando na Categoria. A atitude da atual diretoria mostra bem como as antigas panelas que se formaram à sombra da repressão conseguem os seus «sucessos eleitorais». Mas, face ao descalabro da situação, a Comissão Eleitoral não aceitou a medida da diretoria e se dissolveu. Por sua vez, os membros da Chapa 2 estudam medidas judiciais para sustar a posse dos novos «eleitos». (RG).

Cancelado julgamento de Raul Careca

O delegado Raul Nogueira Lima conhecido como Raul Careca é hoje um réu, se bem que é um réu que nunca será preso (a não ser que o regime caia antes de seu julgamento).

Raul Careca ficou coinhecido nos idos de 68 como uma das figuras centrais do famigerado CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Coleciona tambem várias denúncias de que é torturador. Pois é, o dito delegado fez e desfez até que em 1976, em São Paulo, assassinou com um tiro na testa um soldado do Exército.

É aí que embola o meio-de-campo: iniciado seu julgamento na semana passada, depois de 37 horas de trabalho, o juiz alegou quebra de incomunicabilidade de um dos jurados e acabou com o barato que levaria fatalmente à condenação de Raul Careca. O corpo de jurados foi dissolvido e voltou tudo à estaca zero, para recomeçar tudo em outra época e se possível empastelar de novo, e assim vai... Dizem que a Justiça é cega, mas vai ser cega assim no inferno. (RVN).

A dupla personalidade e o preço da carne

A carne já há algum tempo voltou a mostrar sua dupla personalidade. De um lado, é encontrada solta, serelepe, disponível nos açougues — mas a preços altíssimos. De outro lado, é prometida a preços mais acessíveis nos balcões dos supermercados — mas é dificilmente encontrada, deixando em seu rastro filas intermináveis. E não se pode esquecer que esta dualidade de preços (um oficial, tabelado e outro extra-oficial) é que serviu de base para a falsificação dos índices do custo de vida em 1973 já que os cálculos da inflação foram baseados nos preços tabelados e não nos preços de mercado.

Essa dualidade de preços foi fruto de um «acordo de cavalheiros» entre o governo e os frigoríficos, segundo o qual o governo protelava dívidas e permitia o acesso dos frigoríficos ao mercado externo (Argentina e Uruguai) onde eles compravam a preços mais baixos. Em compensação, os frigoríficos se comprometiam a congelar o preço da carne fornecida aos supermercados até o início da entressafra. Agora os frigoríficos ameaçam romper o acordo: eles alegam que o preço da carne importada subiu, eliminando praticamente a diferença de preços interno e externo. Com isso, a diferença de preços entre supermercados e açougues (que andaria por volta de 40%) estaria sendo cada vez mais subsidiada pelos próprios frigoríficos.

Isso é o que dizem os frigoríficos. A realidade, porém, é bem outra. Embora os preços da carne importada da Argentina e do Uruguai tenham de fato subido, a ameaça de rompimento do acordo tem por fundamento o comportamento especulativo dos frigoríficos: eles contam atualmente com um estoque de 90 a 100 mil toneladas de carne aguardando ansiosos um aumento dos preços. E agora que estão suficientemente preparados deram o bote querendo romper as regras do jogo.

Esta no fundo é a verdadeira lógica de toda política de congelamento de preços. Se a proposta de congelamento não envolve nenhum subsídio oficial — como a que ocorreu recentemente entre o governo e os supermercados — ela é simplesmente desconsiderada. Por outro lado, quando o governo introduz estímulos e subsídios oficiais — como é o caso da carne — mais cedo ou mais tarde o acordo é descumprido, isto é, quando os fatores oficiais já tiverem sido suficientemente abocanhados e engolidos e deles só restarem os ossos. E o governo sabe muito bem disso. (Maurício Lemos).

Fábrica de Novalgina só dá dor-de-cabeça

A Hoechst do Brasil, que não é outra coisa senão uma multinacional alemã, é fabricante da conhecida Novalgina, medicamento proibido no exterior e que é vendido livre e fartamente no Brasil. A saúde dos brasileiros que se dane.

Mas a história não acaba aí. A Hoechst além de danar com a saúde já danada dos brasileiros, não se cansa de meter a faca da exploração nos seus empregados. Recentemente os operários de sua fábrica em Suzano, interior de São Paulo, fizeram greve de um dia, reivindicando 20% de aumento salarial. A multi alemã habilmente comprou o pelego do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química e Farmacêutica local e acabou com a greve, dando 20% de antecipação e botando os operários para trabalhar no sábado para pagar as horas paradas.

A última da Hoechst foi com as telefonistas dos escritórios da empresa em São Paulo. A empresa queria que as dez telefonistas em seu horário de descanso ficassem trabalhando em máquinas xerox, sem pagar nada a mais por isso. As quatro telefonistas que se negaram a entrar nessa foram simplesmente demitidas. Isso é que é visão empresarial. Ao invés de contratar um «boy» para trabalhar no xerox, a Hoechst preferiu arrochar as telefonistas. Haja saúde pra aguentar essa! (SA).

O pacote de mentiras contra a inflação

O limite de 30% de juros nas operações de crédito ao consumidor fixados pelo Governo no recente pacote anti-inflacionário já começou a ser burlado pelas cadeias lojistas e financeiras. Este fato foi admitido pelo próprio presidente do Banco Central, Carlos Brandão, um dos responsáveis pela edição do pacote. Segundo Brandão, o Governo nada pôde fazer para evitar o desconto de notas promissórias de até Cr$ 23 mil pelas financeiras e a aplicação desse dinheiro como entrada nas compras pelo crediário. Com isso, o consumidor pode, na prática, adquirir mercadorias a prazos longos sem qualquer infração da legislação em vigor.

E, ao contrário dos objetivos pretensamente fixados pelo Governo — a queda das taxas de juros — a tendência é de uma elevação dos juros possibilitada pelo aumento do prazo de pagamento, saldado como sempre em «suaves prestações mensais».

A julgar pelas declarações do presidente do Banco Central, o Governo está e sempre esteve a par da inocuidade da medida adotada. Então, não há porque não formular a clássica pergunta: por que mesmo informado adotou-a?

Esta indagação pode, na verdade, ser estendida para o recente pacote antiinflacionário que, no fundo, não passa de um conjunto de medida inúteis. De duas uma: ou o Governo é formado por idiotas ou pensa que todos são idiotas. Talvez seu objetivo maior seja o de ganhar tempo, mostrando à opinião pública que tem agido «energicamente» contra os especuladores, os banqueiros e outros escroques do capitalismo brasileiro. E depois que estes bondosos cavaleiros tiverem dado sua «justa» contribuição para o combate à inflação deverá chegar o momento de outros setores da sociedade também contribuirem. E tome lá uma série de medidas impopulares (recessão, desemprego, etc) que poderiam desembocar no aprofundamento da política» de arrocho salarial existente desde 64. (Sucursal de Belo Horizonte)

CURTO-CIRCUITO

PAU: Um partido que deita e rola

Com a perspectiva de reformas políticas deixadas transparecer pelo governo — como já ocorreu tantas outras vezes — e também pelo anunciado fim do biportidarismo, a turma do pensamento positivo (só isso pode justificar as esperanças dos eternos otimistas) se assanhou novamente. Vários partidos trabalhistas (o dos trabalhistas que não trabalham, o dos trabalhadores apolíticos, o dos getulistas, o dos neo-getulistas, o da carta-testamento, etc), um ou dois socialistas, um nacionalista, um municipalista, outros como o democrático-social, o progressista (vulgo ademarista) e até um do povo brasileiro (vulgo Arena) estão aí, em fase de formação que nunca será consumada, mas todos achando que o poder coisa mesmo vai mesmo em nossos redos.

A primeira coisa a lembrar é que quem está anunciando as reformas políticas são porta-vozes (ou dizem ser) dos militares. E reforma para os militares tem um significado semelhante a aposentadoria. Então, o máximo que se pode esperar é uma aposentadoria (aí já se assanham novamente: remunerada???) dos políticos.

O único partido que sobreviverá ao pega-pra-capar que vem aí é o PAU (Partido Anarquista Unificado), que está apoiado nas altas esferas, que tem como palavra de ordem uma frase de ordem: «abaixo as palavras de ordem», e que está sendo formado sem nenhum congresso, debate ou reunião. Inicialmente, além de partido político, funcionará também como time de futebol e clube de bocha.

Os estatutos são simples, até um arenista pode decorar: «Artigo Único: O PAU — Partido Anarquista Unificado — não tem estatutos, regras ou regulamentos. Parágrafo Único: A violação desse estatuto será punida com caras feias e cuspidas no infrator, que será despojado de sua carteirinha de anarquista».

Já estão traçados alguns planos do PAU, como o de roubar bengalas de cegos, muletas de aleijados, dentaduras de velhos e óculos ray-ban de albinos. No área sentimental, o PAU fornecerá certificados de divórcio gratuitos aos membros de famílias bem-casadas, principalmente oriundos de TFP e da Tradicional Família Mineira. Em discussão, está a proposta da ala Palestina do PAU, de roubar gorrinho de judeu em entrada de sinagoga e também a contraproposta judaica, de jogar tachinhas no chão, perto de árabes maometanos, todos os dias às seis horas da tarde.

Aos interessados, a direção do partido informa que quem entrar no PAU não pode sacular, pois o PAU não é lugar de brincadeiras (ou talvez seja). Se você estiver apto, ou apta, não perca tempo: o PAU está à sua espera, ansioso, pronto para entrar em ação, com sua colaboração. Mexa-se.

(Rezende Valadares Netto)

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flamínio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.

Secretário de Redação: José Luiz Nadai

Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAS: Nacional: Flamínio Fantini, Tibério Canuto. Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sergio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Candida, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira. Internacional: Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecilia Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorim.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sergio Papi e Fábio Prado; Ilustração; Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Enio Braun Filho: Revisão: Alfredo Maria de Souza. Arquivo e Pesquisa: Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valderez Amorim.

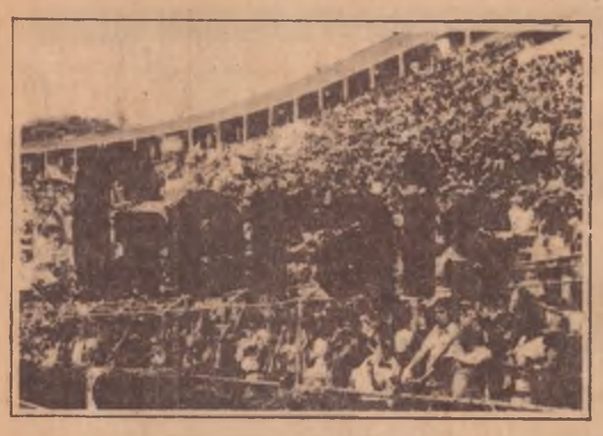
SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1394) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar de Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lelio Santos Maisé Trindade, Mauricio Godinho, Paula Régis Paulo Vilaça, Ricardo Rabelo, Sergio Aspahan (redação); Marisa Araujo (administração). Porto Alegre. (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Rio de Janeiro (r. da Lapa 200, sala 408) Adauto Novaes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Orlando Guilhon Braga, Sergio Sbragio. Salvador (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS — Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Miedelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Eva M. Nogueira: Aracaju: David Dantas. Campinas: Rinaldo Barros, Maria Alice. Fortaleza: Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Regério Araujo (redação), Daniel Santos, José Saraiva, Vinicio de Araujo (administração) e distribuição). João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. Natal: Cícero Correia, Francisco de Assis. Maceió: Régis Cavalcanti. Campina Grande: Jonas Araújo.

ADMINISTRAÇÃO: (São Paulo) Isaac Barbosa da Silva, Aparecida da Silva, João Carlos, Samira Zaidan, Edward Silva: Moméya Brauna. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmo Oliveira (Salvador).

Diretor - Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1394 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4750 - 852-6819 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas.



Trabalhadores contra a ditadura argentina

Apesar da forma utilizada pelo governo militar argentino para impedir a realização do dia nacional de protesto na sexta-feira, 27 de abril, a greve geral convocada pela Comissão dos 25 pode ser considerada um triunfo. O protesto que paralisou 70 por cento do setor industrial de Buenos Aires e 30 por cento nas principais cidades argentinas culminou com a prisão — na verdade um descarado sequestro - de 21 dos 25 dirigentes sindicais peronistas e a ameaça de enquadramento dos líderes na Lei de Segurança, o que pode significar até dez anos de prisão para cada um dos envolvidos.

Os dirigentes que assumiram provisoriamente a Comissão dos 25 e a CNT-Comissão Nacional do Trabalho, de tendência moderada, deverão fazer nos próximos dias uma avaliação do movimento. A questão central é a oportunidade do desencadeamento de atos de força contra o governo, quando ainda permanece em aberto o problema da unidade sindical. Essa é a tese defendida pela CNT, que se manifestou contrária a greve geral, considerando-a prematura.

No entanto, todos os partidos políticos argentinos, do justicialista ao radical (que ainda exercem influência no País, embora proscritos) apoiaram a greve, inclusive os remanescentes das guerrilhas, o grupo montoneros.

Nos próximos dias, o governo argentino deverá divulgar a nova lei de associações profissionais, que obrigará o movimento sindical a nova estratégia. A nova lei extinguirá a CGT, proibirá a reeleição dos presidentes de sindicatos e vai retirar das entidades de classe a assistencia médica e social, golpe decisivo contra a independência dos sindicatos que na Argentina são economicamente autônomos.

Apesar da repressão ao movimento sindical (aproximadamente cinco mil dirigentes e quadros médios do sindicalismo foram presos, mortos ou se exilaram) os trabalhadores têm utilizado sistematicamente a greve, como forma de pressão contra empresários e governo.

Os operários vêm realizando as chamadas greves brancas que significam cruzar os braços diante das máquinas. Trabalhadores do setor de força e Luz e os metalúrgicos conseguiram êxitos em suas reivindicações a partir de movimentos desse tipo. É o caso dos operários da Renault, que obtiveram o atendimento quase integral de suas exigências. Uma greve semelhante foi iniciada na Indústria Textil Alpargatas, de Buenos Aires, por aumento salarial e melhores condições de trabalho. Outros setores importantes como bancários e comerciários também vêm exigindo a revisão da política econômica do governo.

A greve nacional de protesto do dia 27 mostrou no mínimo que os trabalhadores ainda mantêm níveis de organização consideráveis, como se vê por toda a movimentação registrada em Buenos Aires e Córdoba entre os dirigentes sindicais, em meio às forças de segurança colocadas de prontidão. (V.A.).

Petroleiros cariocas fazem greve de fome

Como maneira de sensibilizar os patrões para as reivindicações dos petroleiros, que pedem 5% de abono sobre os salários atuais, os trabalhadores da Petroflex, subsidiária da Petrobrás, fizeram no último dia 27 uma greve de fome.

A greve de fome durou o dia todo, durante o qual os trabalhadores se negaram a comerqualquer refeição e até mesmo a tomar cafezinho. A empresa prometeu analisar o pedido nesta semana. Analisar não é resolver e resolver dar uma mixaria dessas também não é, na prática, resolver nada.

Neste momento em que a maior parte da população faz greve de fome na marra e que só se fala em aumento descarado dos preços, dá até pra achar que 5% de abono é pedir pouco. (RVN)

Corrupção e prisão na polícia do Rio

No Rio de Janeiro, cuja periferia lidera as estatísticas mundiais de violência, o pau continua comendo solto. A Secretaria de Segurança se mantém alheia aos massacres que já viraram rotina e mantém sob sigilo o nome dos possíveis implicados nos crimes da Baixada Fluminense.

Mas, por outro lado, meteram em cana, no último dia 24, o sub-chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio, tenente-coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, que ousou redigir um artigo num diário carioca, atribuindo à corrupção política o aumento do índice de criminalidade.

Matar meio mundo impunemente o Esquadrão da Morte pode. Agora, denunciar a sujeira que é a polícia carioca dá isso: cana. (RVN).

A Arena vaiada

Os moradores do Parque Savóy City se encheram com a falta d'água no bairro, que fica na Zona Leste de São Paulo, e fizeram uma assembléia para discutir o problema. A SABESP, oportunista que é, chegou e prometeu que a água chegará até novembro.

Para desfrutar politicamente da promessa, lá estava o líder arenista na Câmara Municipal, vereador João Aparecido de Paula, que chegou à manifestação quase no final, subindo no palanque e criando um tumulto, manifestando seus cumprimentos aos representantes do diretor da SABESP, que não é outro senão o indicado por Maluf para ser o novo prefeito biônico de São Paulo.

O vereador ganhou a maior vaia, criou caso, deu um tapa na cabeça de uma moradora do bairro, levou um chega-prá-lá prá largar de ser besta e ficou por ali acusando os «agitadores comunistas». A Arena está mesmo cada vez menos sutil. E mais desesperada. (RVN)

Um trombadinha no poder: Maluf.

Numa ditadura federal tem como conseqüência lógica ditaduras estaduais, municipais, etc. Por isso, não é de se estranhar que um ditadorzinho estadual use e abuse de seu poder ditatorial para contrariar a lei que a própria ditadura criou. Afinal, a ditadura só se importa em criar as leis, cumprir é função dos outros.

Assim é que durante a campanha para eleições das estâncias hidrominerais de São Paulo, a corriola do sr. Paulo «Rei das Arábias» Maluf forçou o posto Esso da cidade de Lindóia a abastecer o tanque de seus carros. Lógico que depois desmentiram, mas também é lógico que não convenceram ninguém.

Essa ditadura, que começou — a nível estadual — com o governador Ademar «rouba mas faz» de Barros, só podia mesmo acabar com o Maluf, que segundo os estudantes, é o autêntico governador trombadinha. (RVN)

Operários não podem nem ir ao banheiro

Os operários empregados na metalúrgica T.F. Vasconcelos de São Paulo estão botando a boca no mundo, num movimento de denúncia e protesto contra as últimas determinações da empresa. Eles tiverám seu horário de lanche cortado e a firma deu agora de baixar repressão deslavada no horário da produção.

Em uma seção de 400 operários os quatro banheiros ficam abertos apenas 45 minutos por período. Quer dizer, os patrões agora estão querendo que os operários tenham vontade de ir ao banheiro com hora marcada. E tem mais, demorou no banheiro, eles simplesmente descontam todo o dia de serviço. Qualquer discordância, é só os operários irem reclamar para o pelego Joaquinzão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que ele não resolve mesmo. (SA)

Ganham corpo as denúncias contra médico-torturador

A estudante Dalce Ricas denunciou o médico mineiro Jean Paul Nicolas Seeburger como participante de torturas nos órgãos de repressão política de Belo Horizonte.

A denúncia foi feita pela própria Dalce em debate promovido pelo CBA-MG em comemoração ao Dia Nacional da Anistia, 18 de abril. Sua divulgação motivou a mobilização de médicos e estudantes do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, onde Jean Paul é professor.

Dalce Ricas participava das lutas contra o regime militar em 68. Presa em 71, no DOI-CODI, foi submetida a intensas torturas com choques elétricos nas pernas, o que acabou por impedi-la de andar. Foi então atendida por Jean Paul que lhe recomendou «repouso absoluto». Em função dessa orientação, Dalce não mais recebeu choques nas pernas. Nas sessões de tortura, no entanto, «os torturadores me obrigavam a descansar a perna direita, a mais afetada, numa cadeira, enquanto aplicavam os choques em minhas mãos». Além disso, mais cinco ex-presos políticos também testemunharam sobre suas experiências pessoais com Jean Paul e os torturadores do DOI-CODI.

Com base no depoimento de Dalce, o dr. José Maria Borges, membro do Conselho Regional de Medicina entrou com um pedido de sindicância contra Jean Paul, nos termos do código de ética médica, que poderá, após inquérito, resultar na cassação da sua matrícula e consequente proibição do exercício da profissão em todo o território nacional.

Jean Paul Nicolas Seeburger nasceu em Luxemburgo em 1941, tendo emigrado para o Brasil em 1948. Só vai se naturalizar brasileiro em 1968 data em que também passa a atuar como médico do DOPS. Com um alentado currículo didático e vários cursos ministrados no ICB, Jean Paul é também cirurgião plástico em diversos hospitais de Belo Horizonte e em vários órgãos estatais.

Muito mais que a pessoa de Jean Paul o que está em julgamento é o próprio aparelho repressivo da ditadura militar, do qual é peça importante um corpo especializado de assistência médica. No Brasil há pelo menos 12 médicos envolvidos com torturas, de acordo com lista recentemente divulgada pelo CBA-SP. Para o dr. Itamar Tatui, do Grupo de Estudos Médicos, «essa situação exige que além de lutarmos pela condenação de todo aquele que agride os princípios básicos da prática médica, colocando-a a serviço da tortura, reivindiquemos a existência de uma assistência médica independente aos presos políticos, sem vinculação com o Estado, assim como um serviço de medicina legal também independente».

Os médicos e entidades como o CBA-MG iniciarão uma campanha pela punição de Jean Paul, formalizando uma denúncia à Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, além de acompanhar o processo em curso no Conselho Regional de Medicina, exigindo sua expulsão. O DCE-UFMG e o DA-ICB também estão mobilizando os estudantes, discutindo a denúncia nas salas de aula e exigindo a expulsão imediata de Jean Paul do quadro de professores da UFMG. (Ricardo Rabelo)

Jornalista defende imunidade sindical

O advogado trabalhista do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo deu entrada, no último dia 26, em uma ação na Justiça do Trabalho contra a S/A **O Estado de São Paulo**, pedindo a reintegração do jornalista **Carlos Tibúrcio**, representante efetivo da redação de «O Estado» no Conselho Consultivo de Representantes de Redação do (CCRR) do Sindicato.

A medida é uma resposta à injusta demissão do jornalista, ocorrida no dia 31 de janeiro. Com essa demissão, a diretoria da empresa jornalística desrespeitou até mesmo um acordo formal feito com a direção do Sindicato, por meio do qual garantia a «segurança de emprego» aos «delegados de redação». Mais que isso, a demissão de um representante sindical passa por cima de um mandato garantido por lei.

O advogado Valter Uzzo declarou que «esta ação judicial é aparentemente a primeira do tipo no Brasil e visa garantir a imunidade do delegado sindical».

Estiveram presentes à entrevista coletiva, concedida na sede do Sindicato, o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, David de Moraes; um dos membros da coordenadoria do CCRR, Perseu Abramo; um dos representantes da Comissão de Fábrica da Caterpilar do Brasil, também demitido injustamente e com ação semelhante na Justiça do Trabalho; o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves; e o jornalista Carlos Tibúrcio.

Perseu Abramo destacou: «É a primeira vez que um dos representantes sindicais do CCRR entra com uma ação desse tipo. A vitória nessa ação será importante para a mudança na estrutura sindical brasileira. Por isso mesmo, o Sindicato e a categoria têm mantido um fundo de arrecadações para auxiliar os companheiros demitidos, o companheiro Carlos Tibúrcio, e para situações como a das greves».

E Arnaldo Gonçalves opinou: «O delegado sindical é uma das formas que temos para democratizar a estrutura sindical fascista que pesa sobre os trabalhadores. Estamos acompanhando com muito interesse este processo, porque consideramos que ele é importantíssimo não só para os jornalistas mas também para todas as categorias de trabalhadores. E importante denunciar que empresas que se dizem liberais são as primeiras a perseguir e pôr obstáculos à livrre organização dos trabalhadores». (S.A.).

A grande mentira do crédito educativo

Há pouco tempo, comentamos aqui mesmo nas «Gerais» que nesse país nunca poderá ser implantado o ensino pago nas escolas estatais para os ricos, não só por motivos filosóficos mas **também** porque quem acabará pagando são os pobres, enquanto os ricos sempre têm parentes influentes e acabam eles não pagando nada, enquanto o pobre não consegue nem sequer provar que é pobre.

Terça-feira da semana passada, a estudante carioca Glória Luzia Inácio Nunes, de 18 anos, provou isso, de maneira drástica. Quem comenta é a mãe dela: «eles só dão crédito educativo a quem dá garantias de poder pagar. Eu não posso dar garantias porque sou pobre e é justamente por isso que precisamos de financiamento».

Glória, aluna de pedagogia da Faculdade Jacobina, em Botafogo, desesperada por não ter conseguido o tal crédito, tentou o suicídio tomando 40 comprimidos de cibalena. Depois de tomar conhecimento disso, se o ministro da Educação insistir em implantar o ensino pago nas escolas federais, é porque é muito ruim mesmo. Num país onde as coisas funcionam mais por baixo do pano do que pelos meios legais, o melhor mesmo é democratizar os privilégios. Qualquer restrição que houver, as vítimas serão sempre os mais pobres. E qualquer teorização contrária é pura conversa mole, sr. Portela. (RVN)

ASESP-ASSOCIAÇÃO DOS SOCIÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEBATE: **SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E O MOMENTO POLITICO**

PARTICIPANTES:

josé antonio nania - associação dos servidores do HC

pedro g. sampaio - sind. dos petroleiros de santos

almir pazzianotto - advogado trabalhista dos metalúrgicos do ABC

roque a. silva - lider operário da greve de osasco de 68

oposição metalúrgica de são paulo - (luta sindical)

eder sader - sociólogo

maria herminia tavares - socióloga

DATA - 4 de MAIO às 20 00 HRS

LOCAL - SIND. JORNALISTAS DE S.PAULO

R. REGO FREITAS 530 s/loja

Delfim «combate» o autoritarismo

O ministro Delfim Netto partiu em cruzada contra o totalitarismo. O ex-ministro do general Médici declarou esta semana em Brasília que «os partidos classistas — seja de fazendeiros, seja de metalúrgicos — são sempre totalitários». Não sei bem porque ele mencionou os fazendeiros, que não cogitam de organizar nenhum partido porque não precisam, porque têm quem trabalhe para eles (não é verdade, ministro?).

Já quanto ao totalitarismo, o nosso ministro da inflação sabe do que está falando. Afinal, nos tempos do «milagre», foi possível decretar taxas de inflação e de reajustes sem ligar muito para a realidade. E quando a realidade deu índices diferentes, pau na realidade. E no bolso dos operários. (E.S.).

Patrão quer 12 horas diárias

O presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro propôs a extensão da jornada de trabalho para 12 horas diárias, para «aumentar o salário dos trabalhadores». Na verdade a intenção principal é conter os movimentos grevistas e aumentar o já imenso exército de desempregados.

O mais estranho (ou não) é que ninguém da diretoria de Federação das Indústrias fez qualquer comentário sobre a sem-vergonhice da proposta do sr. Ludolf. Falar uma asneira dessa qualquer industrial pode falar, afinal só eles têm liberdade de expressão hoje. O que eu quero ver é conseguir tascar essa em cima da classe operária brasileira. (RVN)

Milagre fajuto

Em Santa Catarina, uma moça resolveu tirar umas fotos em cima do morro de Nossa Senhora da Glória e foi confundida com a própria, por três crianças. A notícia correu e o «milagre» apareceu até no Fantástico. Já estava dando até romaria.

Mas, a moça, Ruth da Costa Melo, moradora de São Gonçalo (RJ), resolveu, enfim, contar o que aconteceu e mais um milagre brasileiro revelou-se um mero equívoco. Já não estamos fazendo nem milagre que preste, hem?

Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....
Idade ..... Endereço .....
Bairro ..... Fone ..... Cidade .....
Estado ..... CEP ..... End. Comercial .....
Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque nº .....
do Banco ..... em nome da Editora. Aparte S/A.

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG. CEP 30.000. Em São Paulo. Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP) CEP 05415, fone: 853-6680.

Anual: Cr$ 600,00
Semestral: Cr$ 350,00

Exterior
Anual: US$ 90,00
Semestral: US$ 50,00

Secundaristas também querem se unir

Desde 1971, quando a sua entidade a nível nacional-União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES foi desmantelada pela ditadura, os secundaristas não conseguiram reassumir o papel que sempre cumpriram na história do movimento estudantil. Impedidos de participar nas próprias entidades de base, com a bem sucedida implantação dos Centros Cívicos controlados pelas diretorias das Escolas, os secundaristas enfrentam ainda o problema da grande dispersão dos colégios, que mesmo a existência de Uniões Municipais combativas (que são a maioria) não têm conseguido superar.

Tendo em vista discutir estes problemas e iniciar a reconstrução do movimento secundarista a nível nacional, cerca de 20 entidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Minas Gerais estarão reunidas neste sábado, dia 5 de maio em Belo Horizonte. A pauta inclui, além da questão da organização local em cada Estado, a discussão da participação secundarista na reconstrução da UNE. (S.B.).

Debate
Perspectivas das Oposições Sindicais

O racha da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

A antiga Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo se dividiu. Há cerca de um mês realizou-se o seu Congresso que, culminando um longo processo de divergências internas, terminou por formalizar o «racha». Um quarto dos delegados se retirou do Congresso logo no início, mas mesmo assim ele foi realizado pelos demais

O fundamental são as Comissões de Fábrica

Debate com Silva, Stanislaw, Franco, Vítor e Walfrido, representantes dos realizadores do Congresso.

De que forma foi preparado o congresso? A nível das bases houve uma ampla discussão? Como foi o processo de eleição de delegados...

— Logicamente que pra gente analisar melhor esse racha de que se está falando por aí tem que começar desde a preparação do congresso, na medida em que esses companheiros pegaram o congresso como ponto de referência para se afastarem da oposição. O objetivo do congresso era fazer com que a oposição se posicionasse sobre a conjuntura brasileira.

Outra coisa: a gente viu que, a partir do surgimento da chapa 3, da chapa de oposição, a partir da participação nas greves de maio do ano passado, que foi praticamente a oposição que iniciou e deu um direcionamento a elas, aprofundando a questão organizativa da classe trabalhadora, a oposição conseguiu ter uma experiência muito importante com relação às comissões de fábrica.

A gente não tinha a pretensão de fazer o congresso dos metalúrgicos de São Paulo. A gente sabe que ainda não tem representação suficiente para isso. O pessoal do nosso setor — e gostaria que os demais companheiros se manifestassem sobre isso — achava que questão de um congresso da base dos metalúrgicos de São Paulo era prá ser defendida dentro do Sindicato.

AS DIVERGÊNCIAS SÃO ANTIGAS

Começou-se a discutir o temário e, desde o início, o que se viu foi duas posições: vendo a necessidade e importância da realização desse congresso e outra que via inclusive aspectos negativos na sua realização. Alguns companheiros achavam que a realização do congresso iria propiciar o acirramento das divergências políticas e enfraquecer a oposição. De nosso lado, achávamos que havia realmente esse risco, mas que era impossível manter essas posições acobertadas, pois, a qualquer encaminhamento que se dava, na prática, elas surgiam e isso ficou claro pra todo mundo, por exemplo, na última tentativa de fazer com que o congresso não se realizasse foi a partir dos acontecimentos dos ABC. Dentro do congresso alguns companheiros colocaram que naquele sábado e domingo que tava sendo realizado o congresso, devia-se dar todo o apoio ao ABC. A gente achava importante esse apoio, inclusive já tava dando na semana anterior, quando a gente tirou 20 mil boletins, com a participação desses companheiros, boletins que foram distribuídos nas fábricas, inclusive distribuídos em São Bernardo.

Nosso apoio foi limitado, através do boletim, arrecadação de dinheiro, mas era necessário dar mais força política a esse acordo. Então, a questão, pra nós, tava mais nesse sentido, enquanto que pra esses companheiros — que defendiam também o apoio — mas me parece que o apoio que eles defendiam era o apoio que se traduziu para o ato público realizado em S.P., na segunda.

Então, a partir dessa divergência, o congresso foi aberto pela coordenação, já colocando como questão primeira a ser discutida essa proposta dos companheiros, e, através de uma discussão democrática, os companheiros que tava a favor da realização do congresso usaram a palavra, os que tavam contra também, e após isso, foi feito uma votação: 54 votos a favor da realização e 21 votos contra.

Mas esses companheiros foram pra lá, na verdade, com a questão fechada.

Então, o setor Santo Amaro saiu na sua totalidade, menos um companheiro, o setor Socorro, idem, Cidade Ademar, saiu mais ou menos a metade, e sairam três companheiros da Penha.

— Que divergências políticas vocês localizaram por trás destes episódios?

— A diferença política que existe hoje: uns querendo que as oposições sejam simples vaquinhas de presépio das direções sindicais. Por que ao mesmo tempo que esses companheiros defendiam o apoio, quando tiramos o boletim de apoio, fomos criticados porque não assumimos o boletim unitário tirado pelas direções sindicais. O problema, na realidade, se traduz nisso: nós como oposição, defendemos a unidade dos trabalhadores, não defendemos a unidade com o peleguismo que tá aí.

— Desde algum tempo que a gente tá com clareza do que representa a estrutura sindical. A organização sindical, como a gente entende, é uma organização dos trabalhadores, com base, com raízes dentro da fábrica. O nível decisório primeiro, mais importante, é dentro das fábricas. Então, aí, toda nossa orientação bem antes das greves, no sentido de formar grupos dentro das fábricas pra dar a melhor orientação possível aos companheiros, que tavam tendo problemas dentro das fábricas, Essa é a forma que a gente entende, inclusive com organizações intermediárias, ou por setores de concentração industrial, a articulação mais geral — o sindicato, congregando a categoria e as centrais sindicais.

O EXEMPLO DAS GREVES

Um exemplo concreto. na greve de novembro em SP, o que ocorreu?

As comissões não tiveram o papel que podiam ter, elas não foram consideradas no processo de organização da greve, e essa é a questão maior que a gente se bateu. Fizemos uma reunião do setor sul, com 4000 a 6000 mil companheiros. Propusemos e foi aprovado nessa reunião uma comissão salarial para o setor. Pela primeira vez, nos últimos tempos, pusemos o Joaquim para secretariar essa reunião nossa. Fizemos inscrição das diversas fábricas que se apresentaram prá participar da comissão salarial. Mas, depois de criada a comissão, surgiram problemas para a oposição, pois muitos companheiros não tavam entendendo a necessidade de organizar a greve junto com a organização da classe. Eles partiram prá dizer que a greve só ia sair se o Joaquim encampasse, a greve só vai sair com o Sindicato, a gente tem que empurrar o Joaquim.

Prá gente, quem irá decretar a greve seriam os trabalhadores, como na primeira greve. Quando eles viram a necessidade de parar, pararam porque se a direção sindical, no caso dirigida pelo pelego Joaquim, não quisesse decretar a greve, ele saia debaixo do pau. Quer dizer, o problema já não era mais decretar a greve, mas organizar a classe e a greve, conjuntamente. Então, teve uma tentativa de se construir um comando que conseguiu funcionar lá na região, mas de uma forma precária, justamente pela divisão que houve, principalmente na região sul, onde a experiência foi mais desenvolvida, como uma divisão concreta: três fábricas importantes da região não tavam indo junto como comando. Por quê? Porque o trabalho desenvolvido nessas fábricas, tava sendo orientado por esses companheiros, que em vez de reunir com 29 fábricas pequenas que tavam no comando, fizeram reuniões sistemáticas no comitê de greve, tirando o pessoal de lá. Tava todo mundo procurando o comando. Então, houve realmente uma grande divisão na prática, essas duas grandes linhas...

— Em novembro, da mesma maneira como o Joaquim tirou a greve, ainda teve força suficiente para desmobilizar. Então, pergunto, se só com o encaminhamento independente, sem sindicato, tinha condições de tirar a greve?

— Não, não teria condições de tirar num nível que se estendesse tanto. Eu digo o seguinte: tinha algumas coisas que podiam ser alteradas, porque a conjuntura tava favorável. Por exemplo: nessa questão, eu não enxergava claro, mas na minha cabeça, a coisa se daria assim: falando como falei em outubro, algumas fábricas mais importantes saiam formando interrupções e daí se estenderia, seria uma questão do movimento.

— A questão do comando traduzia também o objetivo de ser direção. Essas coisas têm que ficar claras. Naquele momento, na greve de novembro, nós, como oposição, não nos colocamos como alternativa de direção. Esse foi o grande problema.

NÃO QUEREMOS UM SINDICATO PARALELO

— É comum ouvir-se dizer que vocês intavam por um sindicato paralelo. Como vêem a questão?

— Esses companheiros, que sairam, tão aí gritando prá todos os cantos que nós tamos desenvolvendo o sindicato paralelo. Não passa pela cabeça da gente o sindicato paralelo. Agora, qual a nossa prática?

— Veja o exemplo dos professores. Desde o ano passado que a diretoria da APEOESP praticamente não apita nada. Você vai numa assembléia e é o comando geral da greve que assume a direção total dela. É uma forma de se tirar pelegos.

— Exemplo dos professores. Nas assembléias da APEOESP eles têm todas as condições, pela liderança que assumiram. pelas vitórias que conseguiram na luta dos professores, poderiam muito bem partir para a burrice de colocar a questão do sindicato paralelo. E acho que não faltam recursos e condições políticas para fazer essa proposta. Por exemplo, o comando de greve alugaria uma sala, convocaria uma assembléia fora da APEOESP, começaria dar uma carterinha, fazer uma outra organização, dizendo que aquilo era o novo sindicato. O que, pra mim, é burrice com todas as letras. Por que? Porque a prática que eles tão encaminhando é realmente a mais justa, que tá partindo de uma prática concreta que a massa dos professores tão passando, tão apreendendo o que é realmente a estrutura sindical atrelada e tão apreendendo como realmente construir uma organização independente dos trabalhadores, que é partir de seus comandos de greve.

— Como vocês avaliam as possibilidades de uma unidade mais ampla como a que agora se realiza no 1º de Maio Unitário?

— Falar da unidade com os sindicatos combativos, «autênticos» é uma coisa; falar de unidade com sindicatos tipo Joaquim, Cido de Campinas, Lins de São Caetano é outra. Vamos ver quem são esses elementos Está aqui o 1º de maio agora. Nós danados pra exigir uma assembléia de discussão, de uma luta conjunta com o ABC, deviamos partir para uma greve de apoio a eles, não se fez essa assembléia. Só agora pro dia 27 de abril é que foi convocada, na véspera do 1º de maio, com o boletim de divulgação frisando que só pra sócios e unicamente pra discutir o 1º de maio. Pelo amor de Deus, não se toque no que não conseguimos em novembro no acordo dos patrões, na FIESP. Então, é essa a unidade: ninguém diz que ele é o maior interventor, duas vezes interventor. Não sou contra fazer o 1º de maio unitário no ABC. Vamos fazer.

AUTÊNTICOS SIM, PELEGOS NÃO

Mas naquele palanque vão aparecer líderes sindicais que foram eleitos democraticamente ao lado de líderes que foram impostos.

— Como vocês resumiriam as divergências entre as duas alas?

— O nível das discussões agora parece que ajuda a entender um pouco mais o por que do racha. Eles fazem uma crítica à gente, que em si é justa e merece de nós uma autocrítica muito séria. Mas não pega isoladamente. Eles acusam a gente de não ter uma política de massas concreta, de intervenção no Sindicato. Ou seja: a oposição, pra massa, não é conhecida, ou muito pouco conhecida. Nós representamos muito pouco em termos de liderança. Eu posso andar por uma avenida industrial tipo Nações Unidas, não digo que vou passar por desconhecido, mas não sou nenhuma liderança, como qualquer representante de oposição devia ser. Nossa política de atuação no sindicato é muito fraca. Não estamos à margem, mas tamos participando num ritmo lento. Então, eles criticam a gente de estar longe, e aí vem com propostas absurdas, desde cortar os cabelos lá no Sindicato até ir pra colônia de férias. Isso sem discernir o caráter do Sindicato. Na crítica eles têm razão, mas eles propõem uma participação pura e simples no Sindicato, esquecendo o caráter desse Sindicato.

É necessário ocupar o Sindicato

Debate com Beto e Clóvis, representantes dos que deixaram o Congresso.

Uma questão que está se colocando aí e que está interessando aos leitores do jornal é porque a oposição se dividiu?

— Em relação ao congresso existiam duas posições, uma que defendia uma assembléia ampla das oposições, como anteriormente no passado se fez — assembléias deliberativas onde se escolhia a coordenação e se tirava um programa. Então, já era uma prática da oposição, essas assembléias que tinham o poder tanto para tirar um programa que foi o da chapa é que foi levado na campanha eleitoral como para a questão da reorganização da oposição, questão da coordenação, funcionamento de setores e assim por diante. A outra posição é a de que deveria sair um congresso para criar uma estrutura forte para a oposição, forte no sentido da maioria e da minoria. Nós éramos favoráveis a uma assembléia. Isso foi uma discussão travada em diversos setores onde o setor de Santo Amaro, Santa Catarina e parte do setor da Penha eram favoráveis a uma assembléia, assim como outros companheiros da zona oeste. Conclusão. Isso foi encaminhado para a comissão de preparação e foi decidido em termos de maioria ou minoria e a posição vitoriosa foi a de que o congresso deveria ser realizado.

— Qual a diferença da proposta de assembléia da de congresso, por que vocês eram contrários ao congresso?

— Porque a prática da oposição é uma prática de sindicalismo paralelo.

— Como é que a oposição deve deliberar?

— Delibera dentro de uma assembléia porque o nosso congresso é o congresso oficial que está aí e que nós temos que mudar. A questão da estrutura não é a de começar a criar uma estrutura paralela. Onde se vai decidir as questões gerais da categoria é nos congressos oficiais que são umas porcarias, mas são.

— Prá você realizar um congresso, significa montar uma estrutura paralela mas fazer uma assembléia de oposição também não significa isso? O sindicato também tem assembléias. Não lhe parece que a oposição pode ter toda uma estruturação atuando ao mesmo tempo no interior das organizações oficiais e tendo uma forma de organização própria?

— O problema é o seguinte. O caráter deliberativo de uma assembléia é diferente do de um congresso. A proposta de um congresso é de tirar uma estrutura rígida para a organização rígida no sentido de que você teria que levar as decisões ao nível da fábrica sem respeitar as questões das correntes políticas aí dentro, a sua atuação dentro da fábrica não seria respeitada, você teria que simplesmente obedecer a questão do centralismo democrático em relação ao que é o congresso. O que para mim é uma forma de sindicalismo paralelo, é uma estrutura rígida onde nem a massa pode participar.

Mas como você pode conceber a unidade da oposição, sem ter critérios que garantam essa unidade, que garanta as pessoas que estão em minoria o direito de se manifestar e ao mesmo tempo se comprometam a aplicar as decisões da maioria. Como poderá funcionar se não tiver um mínimo de homogeneização e compromisso de aplicação das decisões de maioria?

AUTONOMIA PARA OS SETORES

— Uma das coisas que a gente defende é que os setores tenham uma certa autonomia. É óbvio que a gente concorda que se tire um programa mínimo que tenha a representação do conjunto, mas respeitando a questão da autonomia dos setores. Os setores devem ter autonomia para promover determinado tipo de trabalho, assembléias, encaminhamento de boletins, jornais, e assim por diante sem que necessariamente a coordenação precise dar o aval dela.

— Quando se coloca a questão da realização desse congresso como se de fato ele fosse a vara mágica que iria resolver todos os problemas de unidade da oposição sindical, a coisa se dava muito pelo contrário. Eles sabiam, tinham certeza absoluta que a nível da coordenação eles tinham maioria absoluta. Agora, a nível do trabalho de massa, eles não tinham. O jogo ali era um jogo de cartas marcadas.

Como vocês se reivindicam? Como setor da oposição, como movimento? Isso é importante ficar claro, para não confundir a massa trabalhadora e o público em geral.

— Esse é um problema que a gente está discutindo. Não há ainda uma definição. Até que se encontre respostas a esse problema vamos assinar como oposição sindical.

OPOSIÇÃO À ESTRUTURA É AO PELEGO

— O espírito de vocês seria manter uma oposição sindical?

— Em primeiro lugar, nós somos oposição à estrutura sindical, mas somos também oposição ao Joaquim, ao homem. Nós somos oposição à estrutura sindical, mas é óbvio que os diretores pelegos têm que ser tirados daí e se possível a gente vai ocupar esse espaço dentro do sindicato. O fundamental é a estrutura sindical, não a questão do homem bom e do homem mau. Então, a questão de negar a oposição não passa pela gente. De reforçar isso daí, pois é uma uma realidade, você vai em qualquer lugar do Brasil e vê oposição. É uma realidade que existe enquanto proposta e enquanto prática. Hoje, você ir contra a oposição é você cair no direitismo, é você fazer um pacto com pelego.

— Então, a posição de vocês é a de manter-se com uma prática de oposição ao sindicato?

— A questão do nome é claro que tem peso mas não é fundamental. A gente vai se diferenciando de qualquer outro movimento de oposição na medida em que nós levarmos nosso programa à prática. Não é a questão do nome que irá dar solução às questões.

— Que tipo de repercussão houve na base da oposição com o racha?

— A gente sempre lutou pela unidade, eu acho que um racha cria confusão, divide o operário. Nós temos como objetivo transformar esse sindicato e essa estrutura sindical e o momento estava sendo muito prejudicial ao trabalho de base. A gente vivia unicamente em função de discussões abstratas em termos de movimento, etc. Você nem tinha mais tempo de fazer reuniões de fábrica e de ampliação de setores, de descer às portas das fábricas, de ter um trabalho sindical. Isso prá nós é mais importante e por isso a gente não está preocupado com o racha nesse momento. A gente sabe que a divisão em certos momentos é prejudicial, mas acho que nesse momento ela é favorável.

— Como vêem o papel do sindicato? das comissões de fábrica e da organização independente? Qual a autonomia dela e relação com o sindicato. Qual a tática prá destruir ou modificar a estrutura sindical?

— Em termos de trabalho sindical a posição da gente está nesse caderninho que a gente está distribuindo. A gente acha o seguinte: hoje tem que participar dentro da fábrica, se organizar dentro da fábrica prá aí modificar alguma coisa em termos de Sindicato. Mas também achamos que é importante participar dentro do Sindicato, não quer dizer participar a

nível de compor com a diretoria, com o pelego. Mas participar cada vez que eu tenha um problema, que a fábrica tem problema, ir lá discutir e pressionar para que o pelego assuma alguma posição. Outra coisa importante é o seguinte: quem vai prá dentro dos sindicatos percebe que muitos operários levam problemas prá dentro dos sindicatos e que esses problemas o pelego encaminha como quer. A oposição estando dentro do sindicato pode descobrir os problemas que os companheiros têm dentro das fábricas e começar a discutir com eles: o sindicato hoje está na mão dos pelegos, está com desvios, tudo bem, mas a mim ninguém convence que os operários vão procurar a oposição, os metalúrgicos independentes, a chapa 2.

— A posição de vocês diferencia-se da posição do pessoal do Congresso que define o atual sindicato como anti-operário? Vocês colocam que ele é o sindicato do trabalhador...

— O sindicato é do trabalhador, agora quem tá lá é uma diretoria pelega, e existe uma estrutura sindical fascista que impede o avanço da organização dos trabalhadores, e os trabalhadores se identificam com o sindicato, não se identificam com o comando de greve não sei das quantas.

— Inclusive aí existe até uma incoerência na colocação deles. Todos nós, eles e nós, defendemos nas greves de outubro a comissão aberta de salário, mas aconteceu que uma parte do pessoal achou de formar comandos. E nós acabamos sento engolidos na comissão de salários, quando ela era uma proposta que nós defendíamos na assembléia. Nós conseguimos pôr 50 companheiros quando podíamos ter posto 200 ou 300 na Comissão. Acredito, inclusive, que as coisas teriam marchado de forma diferente. Seriam muito mais favoraveis a gente.

— Depois que o Joaquim traiu, todos os comandos de greve não conseguiram fazer com que as fábricas parassem ou coisa parecida. Mesmo as fábricas onde atuassem os companheiros que defendem esse tipo de proposta estavam trabalhando. Por incrível que pareça, foi na zona Sul, onde atuávamos que estavam as três fábricas que pararam depois que o Joaquim decretou a volta de todo mundo: Vilares, FSP e Caterpilar, onde, a gente continuou, e continuou com as comissões organizadas dentro da fábrica. Conclusão: Na fábrica onde eu trabalhava, a FSP, a gente manteve a greve, até ao meio-dia depois que todo o mundo voltou a trabalhar e os patrões só conseguiram que a fábrica voltasse a trabalhar mandando a Comissão embora sem direito. Isso pra mim é que são as comissões de fábrica, isso que é a organização independente da classe operária. Independente de quem esteja no sindicato, mostrando ser capaz de dizer, «não. nós continuamos». Isso é ser independente, e não só em termos da concepção, da teoria, é independente na prática.

AS COMISSÕES ESTÃO LONGE

— E a questão das comissões de fábricas, como vocês colocam a luta pelas comissões hoje?

— Eu acho que em relação às comissões a gente incorreu em muitos erros. Pra mim o patrão não pode saber delas, porque a legalização dela é apenas uma assinatura que se passa por cima, a empresa tem condições de pagar e mandar você embora e pronto, quando ela pega um diretor sindical, como o Zé Pedro, ela paga toda a indenização e manda ele embora. O capitalismo tem recursos prá isso. A legalização das condições não é formal, depende da relação de forças. Eu acho que as comissões daqui não podem se legalizar de forma nenhuma elas têm que se legalizar a nível da pressão e da força, daí elas podem se tornar públicas para o Sindicato e para o patrão. Hoje não se pode chegar ao Joaquim e dizer: olha nós somos da comissão de tal fábrica, porque o Joaquim vai dedar, vai entregar.

— Você acha que essa derrubada da estrutura sindical passaria pela formação de interfábricas e coisas do gênero ou seria só a atuação das comissões sem a construção na prática de uma estrutura alternativa?

— Eu acho que não. Eu sou favorável a interfábricas, mas quando a criar estrutura independente do sindicato eu acho o seguinte: o sindicato existe, é o lugar que a massa procura, a massa identifica como dela; então não adianta criar uma estrutura fora dele, o que tem é que modificar a estrutura sindical, tirar os pelegos lá de dentro, agora prá fazer isso daí não é você começar a fazer ilha, cercar ou coisa parecida. Eu não concordo em criar uma estrutura de comissões de fábrica como tem na Espanha. Isso é procurar o sindicato paralelo, é procurar uma forma de sindicato que venha substituir esse aí.

— Me parece que a grande tarefa das oposições ainda não o de exigir a legalização de alguma coisa que ainda não existe. Acho que é de formar a comissão. É muito mais dirigida para a massa do que aos patrões.

— O que houve até hoje em S.P. não foram comissões, foram grupos de fábrica. Comissões pelo que eu entendo não é apenas para dirigir uma greve ou coisa parecida, ela é permanente dentro da fábrica. A representatividade dela não se dá em cima de umas reivindicações, mas sim de um trabalho construído de baixo para cima. Então, o que houve foi um esboço de comissões operárias.

UNIDADES COM OS AUTÊNTICOS

— Como vocês vê, hoje, o sindicalismo combativo, os chamados autênticos? Qual o papel que eles podem desempenhar na luta contra a estrutura sindical, qual o fôlego deles?

— A gente vê sobretudo essas lideranças autênticas como um fator importante para a derrubada dessa estrutura sindical. A gente toma por base quem é que realmente vem defendendo todas as nossa posições de oposição sindical, quando falamos na luta contra a estrutura sindical. Isso eles vêem defendendo na prática, a questão do direito de greve, todas as questões pendentes, então a relação que a gente vê que deve ter com eles deve ser a mais próxima possível. Acho que a relação deve ser a mais próxima possível sobretudo quando a gente fala da questão da unidade, ela tem que passar por um princípio, que é realmente a construção de um sindicalismo independente, que vai acabar na construção de uma Central Única de Trabalhadores. Nesse sentido tem que ser a mais próxima, inclusive como forma de fortalecê-los, já que eles têm a dupla função de ter uma tática com o Joaquim e outra conosco, então temos de estar bem próximos e fortalecê-los.

Trabalhadores, um caso de polícia

Entre a linha dura proposta por Simonsen e o diálogo sugerido por Murilo Macedo, Figueiredo parece ter optado pela primeira. E no 1º de Maio não teve outra coisa para os trabalhadores senão advertências e ameaças

Por Eder Sader

O discurso de 1º de maio do general Figueiredo constituiu uma obra-prima do que, em bom brasileiro, se conhece como «papo furado». E não é certamente por acaso que ele preferiu passar a data longe de qualquer concentração operária. É que dificilmente alguém pode esperar que essa conversa engane uma pessoa normal.

E é bom lembrar que há cerca de um mês começou-se a veicular a notícia de que uma série de medidas em favor dos trabalhadores seriam divulgadas neste primeiro de maio. O que aconteceu?

A «LINHA DURA»

No interior do governo enfrentaram-se a linha do ministro do Trabalho — que pretendia oferecer alguma migalha para arrefecer as greves e viabilizar a tal «política de abertura» no meio sindical, e a linha Simonsen de «combate à inflação» que é a mesma desde 64: pau nos operários. Ganhou essa «linha dura» no campo econômico que, além de tudo, mostrou-se incompetente porque nem mesmo esfolando os trabalhadores como fizeram esses anos todos, conseguiram brecar a inflação. E todo mundo sabe que não é por aí que se vai acabar com ela.

Há cerca de um mês começou-se a falar de «reajustes trimestrais», de «ampliação do direito de greve», de «reforma do fundo de garantia», de «liberalização da estrutura sindical». É verdade que quando algum emissário do Planalto avançava algo sobre essas medidas, elas apareciam ainda mais «lentas e graduais» que famosa «abertura política». Mas o fato de que nem isso apareceu no 1º de Maio mostra que na questão operária ainda estamos no reinado da «linha dura».

O que espera os assalariados

O general presidente justificou o miserável salário mínimo de Cr$ 2.268,00 dizendo que era «o máximo que poderia ser concedido, sem agravar ainda mais as pressões inflacionárias». É muito desplante. É fazer pouco da inteligência do trabalhador brasileiro. Cr$ 2.268 é o máximo que se pode conceder aos peões da indústria, enquanto um ministro por exemplo recebe a bagatela de Cr$ 93.933,50 . Sem contar que, diferentemente dos nossos peões, os altos dignatários deste país recebem casas com piscina de graça e viajam de avião por conta dos cofres públicos. 2.200 é o máximo que se pode conceder quando os lucros das empresas atingem 70% ao ano. E vá algum desses nobres servidores da nação experimentar viver com Cr$ 2.200 por mês.

Quanto à reforma da política salarial, o general presidente avisou que incumbiu uma comissão ministerial de estudar «uma nova fórmula», avançando sugestões de «por em prática» o «preceito constitucional da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas». É também uma velha conversa que aparece sempre que se quer «interessar» os operários pela situação das empresas, entregar uma «participação» que nunca aparece em seu bolso mas apenas na contabilidade dos lucros das empresas. De qualquer modo, trata-se ainda apenas de ganhar tempo. De continuar prometendo comissões «de alto nível» para estudar «novas fórmulas» enquanto as antigas continuam correndo as condições de vida do trabalhador.

E a liberdade sindical?

O gen. Figueiredo anunciou também a distribuição de um texto contendo propostas de reforma da CLT, para receber sugestões de «todos os interessados em relações harmônicas entre empregadores e empregados».

Mas nem precisaria tanto. Se o governo quisesse; mostrar uma ponta de disposição de liberalizar a estrutura sindical, tinha uma ótima oportunidade para fazê-lo. Estão aí os sindicatos dos metalúrgicos do ABC, ainda sob inútil e grosseira intervenção. Que os devolvesse aos seus legítimos dirigentes. Mas não houve nenhuma palavra sobre o assunto.

AMEAÇA VELADA

Houve, em troca, uma ameaça mal disfarçada aos mesmos metalúrgicos do ABC e a outros que seguem o caminho da luta. Diante das greves que se estendem como única forma de fazer patrões e governo escutarem os reclamos dos operários, a reação do general foi clássica. Sem corar, disse primeiro que são «elitistas as reivindicações dos grupos que dispõem de forte pressão» e que só podem ser atentidas «à custa de desemprego dos trabalhadores de renda mais baixa». Elitista, portanto, não é o consumo ostentatório das nossas classes dominantes. É simplesmente a luta dos operários de «maior poder de pressão». E aí prometeu o também clássico «aplicar as leis» (que leis!) contra os que provoquem «desordem social». Assim, neste 1º de Maio, Figueiredo expôs não só suas parcas promessas aos trabalhadores mas também suas próprias concepções acerca das relações com eles.

MDB, um caso de decreto

Diante da ameaça de outros arenistas, ao igual que o senador Teotônio Vilela bandearem para o MDB, o Governo apressa o final do bipartidarismo, já que a tão esperada implosão do MDB não veio.

Por Flávio Andrade

A expectativa oficial de um desmoronamento do MDB, tudo indica, não vai vingar. O rigor da lei sobre a formação de novos partidos tem servido de freio as divergências internas crescentes dentro da oposição, pois ninguém quer arriscar ficar de mão abanando. De outro lado, diante da paralisia oficial e da desmoralização cada vez maior da Arena, é do lado do Governo que começam os sintomas de implosão com suas figuras que ainda retinham algum brilho bandeando para o MDB.

Rafael de Almeida Magalhães, Teotônio Vilela e outros menores, passam para a oposição anunciando que atrás de si virão mais: Severo Gomes e outros tantos excassados como Almino Affonso, Seixas Dória, Valdir Pires etc.

Diante deste quadro, o regime, percebendo o risco de um inchaço do MDB anuncia novas mudanças na legislação partidária: para dar vigência ao pluripartidarismo haveria que suavizar os requisitos da reforma constitucional, por exemplo, dando mais prazo para que os partidos pudessem, transitoriamente, sobreviver sem atendimento às exigências mínimas em termos de adesão parlamentar ou percentual de votos. Assim, os embriões partidários, hoje existentes nas duas legendas, sairiam a campo.

E a coisa parece já estar acertada. Petrônio Portella deverá anunciar brevemente a medida, juntamente com o adiamento das próximas convenções partidárias que, se realizadas, enrigeceriam em alguma medida as duas legendas do bipartidarismo. E mais, os partidos atuais, para poderem continuar existindo deveriam obrigatoriamente trocar de nome.

DE QUEM É O MDB?

Quem ficará com o MDB, é a pergunta. Os autênticos dizem ser hoje a força majoritária dentro do partido. E é sintomático que enquanto os trabalhistas mais chegados a Brizola anunciam que a legenda do PTB não deve ser motivo de disputa, vários deles pedem o ingresso no MDB, almejando, quem sabe, fazer da «federação das oposições» o nascedouro de um grande partido popular. De outro lado, é também sintomático que vários conservadores do MDB comecem a bandear em direção a um novo partido, como já é o caso de Tancredo Neves e Chagas Freitas, quem sabe em direção à iniciativa de Magalhães Pinto e Herbert Levy, outros arenistas visando a formação de um «grande partido de centro».

E ainda nesta linha, prepara-se ainda para esta semana uma reunião do MDB em Brasília com vistas a mudar o programa do partido dando-lhe um cunho mais social e menos político-liberal, o que não deixa de soar como um «chega prá lá» nos moderados.

UM PARTIDO POPULAR

Mas o que será este MDB «depurado», finalmente realização por muitos sonhada? Ao que tudo indica, a mudança que poderia estar por vim na oposição se resumiria à troca dos liberais conservadores — com a saída dos adesistas, é claro — pelos liberais progressistas, do tipo Teotônio, Severo e outros tantos. E chamar a isto de «unidade das oposições populares» é no mínimo um eufemismo para se designar a velha política do nacional desenvolvimentismo, numa típica aliança policlassista.

Neste quadro não é de se estranhar a persistência de dirigentes sindicais na proposta do Partido dos Trabalhadores, apesar de seu lançamento desencontrado do ponto de vista das direções que vinham preparando o nascimento da articulação. E por isto, quem sabe, até mesmo inoportuno, nas vésperas da comemoração do 1º de Maio, com alguns tentando empurrá-lo na marra para dentro dos atos que, por sua própria natureza, são mais amplos. Mas a proposta, apesar disso tudo, troca em problemas reais e acerta no fundamental.

Lançada em SãoPaulo no último dia 29 e em seguida, respaldada em Minas, Rio, Rio Grande do Sul, Bahia e Fortaleza, a idéia vem enfatizar a necessidade de uma alternativa claramente classista na luta atual contra a ditadura e a exploração (ver matéria abaixo). E se da parte das grandes estrelas como Lula ou Marcílio ela não teve o sim nem o não, isto se deve muito mais à particularidades do momento em suas categorias, do que a um rechaço da proposta em si, asseguram os lançadores do ante-projeto.

Enfim, neste momento de impasse e muito conchavo ao redor da questão partidária — e que é um dos nós górdios da democratização — nada melhor do que vir a público propostas como esta do PT, apresentando alternativas frentistas à ditadura, claramente demarcadas pela sua composição de classe e seus objetivos estratégicos.

Um Partido sem patrões

Aqui, na íntegra, o ante-projeto do Partido dos Trabalhadores lançado a público dia 29 último em São Paulo.

Partido dos Trabalhadores Apresentação

A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora.

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se contrapõe aos seus esforços.

Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso País deram início em 12 de maio do ano passado (greve da Scania) à sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vem desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento em quantidade e qualidade de suas lideranças.

Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início das lutas é marcado por um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada em toda a linha das formas clássicas de luta: a grandiosidade das assembléias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve.

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que as suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores e é porisso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.

Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangem os nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios ao seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto que nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir pela violência que os trabalhadores consigam local para se reunir.

Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, não à inexistência de um espírito de solidariedade, mas sim devido as limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização política.

Tanto isso é verdade que as lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidosos, de aliados ocasionais saídos do campo das classes médias e da própria burguesia.

Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais consequente todo seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio Partido.

É porisso que a idéia de um Partido dos Trabalhadores, que ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar hoje uma irresistível popularidade. Porque se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

Cientes disso também é que setores das classes dominantes se aprestam a sair a campo com suas propostas de PTBs. Mas essas propostas demagógicas já não mais conseguem iludir os trabalhadores que nem de longe se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para ele. Agora chegou a vez do trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro.

Nós, dirigentes sindicais não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque, acreditamos sinceramente existir entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, nesse momento, somos insubstituíveis e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do país. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do País.

É porisso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo.

Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação.

O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores.

Iniciemos, pois, desde já, a cumprir essa tarefa histórica, organizando por toda a parte os núcleos elementares desse partido.

Carta de Princípios do PT

— I A sociedade brasileira vive hoje uma conjuntura política altamente contraditória, e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazo.

Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país, e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes.

Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje.

Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também perigosos riscos que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas derrotas. Aqui, cabe destacar que o processo chamado de «abertura política» está sendo promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise.

Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no país, e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuraram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime mantendo o controle do Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico que só a eles interessa e que se baseia sobretudo na superexploração das massas trabalhadoras, através de modelo econômico de onde sobressai o arrocho salarial.

Já está por demais evidente que o novo Governo militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria, material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar.

O que significa estado de direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia restrita? O que visam com a propalada reforma da C.L.T. e da lei de greve urdidas secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e a preservação do espírito que informa essa mesma Lei?

Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se, tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, expressem organizadamente a sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os «de cima», incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos «de baixo», as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

II — Estas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a existência entre seus quadros de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares.

Isto, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB — partido de exclusiva atuação parlamentar — impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de suadireção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis, e onde logicamente prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de «tomar de assalto» o MDB é muito mais que insensata; é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea, e **sob controle e direção de elites liberais conservadoras**, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioly e da lei antigreve e de outras medidas de interesse dos trabalhadores.

Apegado a uma crítica formalista e juridicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam de fato nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que «não soou a hora» de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora de extração social privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a «frente das oposições» se mantenha às custas do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva. Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente de luta dos verdadeiros democratas. O P.T. considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do país e na luta contra o domínio do capital monopolista, unifiquem sua ação, estabelecendo Frentes Interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente que tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do estado em geral como molas mestras da acumulação capitalista. o Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais à sua função de atendimentos das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

O P.T. entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo, e pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação — tão comuns na história brasileira. Por isso, o P.T. proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável são as massas exploradas do campo e das cidades.

O P.T. entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão à seu objetivo maior que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

O PT não surge para dividir o Movimento Sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT torna-se-á inevitavelmente um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela Independência Política destes mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscara apoderar-se do poder político e implantar o Governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.

Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manifespulações próprias do regime-pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. Vale dizer, O PARTIDO DOS TRABALHADORES É UM PARTIDO SEM PATRÕES!

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que hoje sejam anunciadas, «sem erros do passado» ou «de baixo para cima», não passam de propostas de arrigementação dos trabalhadores para defesa de interesses de «setores do empresariado nacional». Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político apelando para sua própria clientela nada temos a opor, porém, denunciamos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos, e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se programáticamente como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo ao lado dos operários vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores — bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes etc. — que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas, e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo.

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática, tem que ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito dasminorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitara o direito à fracção e às tendências, ressalvando apenas que as inscrições serão individuais.

Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência das massas; que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas, de forma a que se integrem nas discussões:

— lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido:

— todos os militantes, trazendo inclusive para o interior do debate partidário, proposições em quaisquer setores organizados da sociedade, e que se considere relevantes com base nos objetivos do PT.

O PT declara-se comprometido e empenhado com a tarefa de colocar os interesses populares na cena política, e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões.

O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas opridas do mundo.

Plataforma Política

A plataforma política do Partido dos Trabalhadores deve expressar os compromissos reais desse partido com os interesses dos trabalhadores que ele representa. Mas ao mesmo tempo em que a plataforma é um instrumento fundamental para a organização desse partido, devendo dar respostas concretas as lutas dos trabalhadores, ela é também fruto dessas lutas, pois a cada momento novos problemas surgem e novas soluções devem ser encontradas. Nesta perspectiva a plataforma aqui proposta não é mais que um ponto de partida para o debate político que visa a organização do partido. Seus itens-tradução do programa do partido nos diferentes momentos da luta — devem ser detalhados o suficiente para que cada bandeira represente de fato os interesses que ela pretende expressar. Devem ainda indicar os caminhos — ou formas de luta — para a realização de cada uma dessas bandeiras que, hierarquizadas, apontarão para os objetivos centrais do Partido dos Trabalhadores.

Os pontos desta plataforma podem ser agrupados em 3(três) grandes áreas que estão intimamente interligadas:

I. Liberdades Democráticas

— Sindicatos livres e independentes do Estado: extinção do imposto sindical, fim do estatuto padrão, liberdade de formulação dos estatutos, enfim, extinção da estrutura sindical vigente;

— Efetiva liberdade de organização nos locais de trabalho;

— Legalização das comissões de delegados de fábrica, eleitas democraticamente pelos trabalhadores;

— Plenos direitos sindicais aos funcionários públicos;

— Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente por todos os trabalhadores;

— Direito irrestrito de greve (abolição de toda legislação repressiva;

— Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Reintegração em seus cargos de todos aqueles que foram demitidos, reformados ou aposentados por força de atos excepcionais;

— Desativação dos órgãos repressivos e dissolução dos grupos para — militares, braço clandestino de repressão;

— Fim das torturas, investigações de todas as arbitrariedades policiais. Punição dos responsáveis;

— Fim dos tribunais de exceção;

— Fim imediato das eleições indiretas;

— Eleições livres e diretas;

— Direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados;

— Pelo fim do regime militar;

— Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana;

— Por um Governo dos Trabalhadores.

II. Melhores condições de vida e de trabalho

— Fim da política salarial e recuperação das perdas salariais provocadas pelo arrocho salarial do regime autoritario, também levando em conta o aumento de produtividade do trabalho;

— Salario mínimo nacional único que atenda as necessidades básicas dos trabalhadores;

— Escala móvel de salários a cada vez que o custo de vida aumentar 5% (cinco) ou através de reajustes trimestrais obrigatórios e acumulativos;

— Redução da jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais, sem prejuízo dos salarios mensais;

— Eliminação total das horas extras;

— Contrato Coletivo de Trabalho;

— Contra o desemprego. Pelo salário desemprego;

— Estabilidade no emprego, a partir da admissão;

— Ferias pagas em dobro;

— Aposentadoria integral;

— Segurança no trabalho, sob supervisão de orgão próprio dos trabalhadores;

— Trabalho igual, salario igual;

— Extensão ao trabalhador rural de todos os direitos dos trabalhadores urbanos;

— Congelamento dos preços ao consumidor de todos os gêneros de primeira necessidade;

— Socialização da medicina e desenvolvimento da medicina preventiva;

— Democratização do ensino, com ensino publico gratuito para todos, garantia de acesso a escola em todos os níveis para toda a população;

— Política habitacional que garanta moradia a todos os trabalhadores;

— Pelo fim das empreiteiras locadoras de mão-de-obra;

III. Questão Nacional

— Erradicação dos latifúndios improdutivos e destruição da terra aos trabalhadores sem terra;

— Título de posse da terra aos posseiros;

— Garantia de financiamento aos posseiros, pequenos proprietarios rurais, desde a preparação da terra até a distribuição do produto;

— Estímulo à organização de forma cooperativa dos pequenos proprietarios;

— Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saude, produção e destribuição de energia, etc.);

— Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras;

— Estatização das grandes empresas e bancos;

— Estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infra-estrutura;

— Controle popular dos fundos publicos;

Respeito absoluto as peculiaridades culturais de cada região que compõe o país. Respeito aos direitos das minorias raciais;

— Política economica e social que impeça desniveis regionais;

— Política externa independente.

1º DE MAIO EM SÃO BERNARDO

A galera vaia, aplaude e pede bis

Para quem se assustou com as assembléias gigantescas que os metalúrgicos de São Bernardo promoveram durante a greve. veio a dose dupla: 150 mil pessoas superlotaram o Estádio da Vila Euclides, para a comemoração do 1º de Maio Unitário. Foi, sem dúvida, a maior comemoração do gênero, na História do Brasil, a primeira que ocorre de forma independente, do governo e dos patrões, nestes 15 anos de ditadura militar.

Participaram desta cobertura Antonio Silveira, Roberto Menezes, R. Fracalossi, O. Guimarães, Tom Duarte (Reportagem)

Se Deus é brasileiro mesmo, desta vez ele abusou: um céu ensolarado digno de um afresco na capela Sixtina, a notícia de que Fleury havia virado presunto e, finalmente, 150 mil pessoas lotando o Estádio de Vila Euclides. Operários, estudantes, funcionários públicos, se comprimiam nas arquibancadas, disputavam avidamente um lugar em cima dos muros, apertavam-se, uns contra os outros, no gramado, acotovelavam-se na pista de atletismo.

O espaço para a colocação de faixas também foi concorridíssimo. Desde cedo que os melhores lugares foram ocupados, já desde o meio-dia os «madrugadores» começaram a chegar ao Estádio para garantir posição. «Greve, arma dos Trabalhadores», «Peça Organização das Comissões de Fábrica», «Chega de Cabresto, queremos a Central Única de Trabalhadores», «Contra a Intervenção nos Sindicatos», «Nossa Vida é Farta: Farta Tudo», «Contra a Mercantilização da Medicina», «A mulher trabalhadora fortalece a Unidade Sindical», «Lembremos os Operários Mortos e Desaparecidos», «Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita», enfim, eram centenas as faixas e cartazes, sizudos uns, descontraídos outros, que expressavam, no fundamental, as reivindicações mais sentidas dos vários setores populares presentes.

Já, a partir das 14 horas, quase metade do Estádio estava tomado. O fluxo de pessoas, geralmente em pequenos grupos ou delegações, ia aumentando, depois de percorrerem minipasseatas a distância que separa o Paço Municipal (onde se realizou a missa do Trabalhador), percorrendo a pé as ruas Jurubatuba e Nicolau Filizola.

«A UNE somos nós, a UNE é nossa voz». Eram 14h36m quando um grupo de estudantes entrou no estádio marchando pela pista de areia. Uma gigantesca bandeira da UNE, faixas e cartazes, além do coro ritmado, arrancaram uma ovação dos que haviam chegado antes.

UMA FESTA OPERÁRIA E POPULAR

Como nas outras vezes, quando os metalúrgicos de São Bernardo realizavam suas assembléias gigantescas, o clima foi de festa. Afora a presença de muito pelego de nomeada e de peleguice reconhecida em cartório, quem mandava mesmo eram os trabalhadores. Nenhuma representação governamental pôde chegar até lá: mesmo a polícia, de luto pela morte do maior torturador, estava olimpicamente ausente. Brucutu, só o das carrocinhas de sorvete que faturaram aos potes, o sol queimava terrivelmente e a sede, inevitável. Muita banquinha vendendo mexerica, milho verde, cachorro quente, coxinha de galinha, concorrendo com o pessoal da imprensa alternativa, com os vendedores do fundo de greve, sem falar nos distribuidores de panfletos e documentos.

Era uma festa operária e popular. E controlada por um rígido esquema de segurança, gente com fitinha laranja no braço por todo o campo, dezenas deles formando um cinturão praticamente intransponível ao redor do palanque oficial. E, se é verdade que tudo correu tranquilamente, exceto um que outro incidente, uma que outra tentativa de enrolar ou tirar alguma faixa mais contundente, daquelas que ofendiam a pelegada, uma coisa deve ser dita: estava um bocado desorganizada, como reconheciam mesmo alguns sindicalistas.

Mais de 20 oradores inscritos, num ato que começou às 16 horas, quando o Lula, inegavelmente a maior atração da tarde, chegou, juntamente com alguns outros dirigentes sindicais e o prefeito Tito Costa, vindos diretamente da Missa. Pelo menos a metade teve que ficar de fora — inclusive podaram o Joaquinzão, dos Metalúrgicos de São Paulo, além de outros dirigentes «autênticos», como Augusto de Oliveira, dos Bancários, David Moraes, dos Jornalistas, Arnaldo Gônçalves, dos Metalúrgicos de Santos, Hugo Peres, da Federação de Transportes Urbanos.

Os 12 primeiros oradores levaram mais de uma hora falando, quando o tempo previsto para cada um era de 3 minutos. Salvo um que outro discurso mais combativo, a monotonia e a falta de sabor foram a tônica da tarde. Poucas vezes a massa realmente vibrou, os aplausos eram tímidos, escassos e raramente interrompiam os oradores quando falavam. O fim de cada discurso era recebido mesmo com um imenso alívio. A massa só vibrou realmente com algumas passagens do discurso do presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia/SP (CBA), Luis Eduardo Greenhald, enfatizando a luta comum dos operários e outros setores pela anistia. Ou quando o deputado Aurélio Perez, representante do Movimento Contra a Carestia, falou na grande alegria dos trabalhadores pela morte de Fleury. Aliás, ninguém escondia a satisfação pelo passamento do matador, desta para a melhor, era sorriso de orelha a orelha por todo canto.

Como também não escondia seu desagrado pela presença de alguns pelegos no palanque. «Joaquim trabalha pro patrão» dizia uma faixa levantada bem perto do palanque. Ou quando os trabalhadores repetiam, com ritmo, «Pelego Joaquim» para desespero do pessoal da segurança, que retrucava aos gritos de «unidade, unidade». Até o presidente dos metalúrgicos de Osasco Henos Amorina progenitor do recém lançado Partido dos Trabalhadores, não escapou de alguns apupos, quando de sua rápida aparição para dar um alô (ele, como outros dirigentes, mesmo a contragosto, abriu mão de seu direito à palavra, para não esvaziar o ato).

À alegria e ao repúdio se somavam o desejo de combate. Isso ficou provado pela modinha que diziam «olé, olá, o Figueiredo dessa vez vai se daná», as vaias dirigidas aos helicópteros que sobrevoavam o Estádio e, sobretudo, à maneira com que aplaudiam qualquer pronunciamento que conclamasse os trabalhadores à greve (pena que foram tão poucos). Basta ver a gritaria quando se anunciou que os motoristas e cobradores de ônibus do ABC e São Paulo entrariam em greve. Foi aquele chuá. Como já disse um grevista de São Bernardo: «greve virou discoteque de operário».

SÓ O FINAL VALEU A PENA

Mas o certo mesmo é que, apesar do colorido das faixas e das dezenas de milhares de corpos se agitando, se apertando, suando e enfrentando valentemente o cansaço provocado pelas muitas horas em pé, o ato só valeu mesmo pelo seu final. Era como se alguém dormisse durante uma peça e só acordasse no último ato. Foi quando Marcílio e Lula ocuparam a palavra. O sol já estava se pondo, escuria rapidamente, muita gente começava a ir embora quando eles falaram, com discursos combativos que surpreenderam a muita gente.

Em todo o caso, foi um ato que valeu por contrapor-se de maneira independente às comemorações oficiais da ditadura, disputando, com vantagem as atraentes programações governamentais, rechaçando o carnaval, futebol e festividades vazias que o governo e os patrões ofereciam aos trabalhadores.

Como já foi dito mais de uma vez ali, os trabalhadores repetiram um chavão, mas que era verdadeiro, o «trabalhador unido, jamais será vencido». Os 80 mil trabalhadores que costumavam frequentar as assembléias de São Bernardo, durante a greve, haviam duplicado em número e estendido-se socialmente. Como disse o Lula, a proletarização das várias categorias profissionais de classe média, a fome que assola a todos os trabalhadores, acaba isolando o governo e os patrões.

Agora, mal vai dar tempo para os garis de São Bernardo retirarem todos os papéis que ficaram jogados no Estádio. Dia 13 de maio tem mais. A luta pelo aumento salarial dos metalúrgicos do ABC e pela reintegração das diretorias entrou na sua reta final nesse 1º de maio. A trégua chega ao fim, em meio a uma intensa mobilização social em São Paulo. Dia 13, os metalúrgicos decidirão se, como reafirmaram nesse Dia do Trabalhador, é verdade mesmo que «a greve continua».

Joaquim no Palanque Oposições na Platéia

As oposições sindicais prepararam exaustivamente a sua participação no 1º de Maio de 79. Impossibilitadas de utilizar a palavra, em razão do critério adotado pelos organizadores — só falariam os representantes sindicais oficiais e entidades escolhidas — restava às oposições marcar politicamente a sua presença através de faixas, panfletos e, indiretamente, ser representada pelo sindicato dos Bancários de São Paulo uma ex-oposição que conseguiu ganhar às eleições e ser empossada e que não abandonou os princípios básicos da oposição sindical. Desde cedo os militantes das oposições foram chegando organizadamente e sendo aplaudidos pela multidão, mas o ponto alto foi a entrada no estádio da oposição metalúrgica de Osasco que deu uma volta olímpica, apoiada maciçamente pelo público presente. E eles foram se postando ao redor do palanque ao qual não teriam acesso.

Para os operários das oposições o critério legalista utilizado pela comissão preparatória do 1º de Maio era incorreto. Eles defendiam um critério político, ou seja, a não inclusão de notórios pelegos no palanque como o caso do Joaquim Andrade, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Para eles a inclusão de Joaquim era a legalização de uma intervenção branca do Ministério do Trabalho no sindicato, pois, é público e notório que o atual presidente foi empossado pelo Ministério, após uma eleição fraudulenta.

Realmente a composição do palanque era confusa, estavam lado a lado, sindicalistas autênticos, notórios pelegos, presidentes sindicais politicamente inexpressivos.

Evidentemente não faltaram os políticos do MDB defensores de programas populares com a incômoda companhia de deputados à procura de projeção.

JOAQUIM, O MANHOSO

Todo esse clima de marginalização da oposição sindical levava a supor uma contínua manifestação de seus operários contra alguns discursos que seriam pronunciados e havia também uma expectativa quanto ao discurso do pelego Joaquim, que ao chegar teve uma tímida aparição, sendo prontamente apupado, desaparecendo rapidamente do palanque. Joaquim simbolizava um sindicalismo que estava sendo enterrado nesse 1º de Maio e que teimava em ressuscitar. Já na véspera, Joaquim que estava ali tentando ganhar um espaço e falar aos trabalhadores, desmobilizava as bases do seu sindicato ao alegar que não tinha verbas para alugar ônibus para a concentração e que portanto o sindicato não organizaria nenhuma caravana de trabalhadores para São Bernardo. Os operários da oposição metalúrgica de São Paulo, que conhecem bem as manobras de Joaquim, se mostravam irritados com mais essa artimanha e com a sua capacidade de sobrevivência bem como as alianças inimagináveis que o pelego conseguiu realizar. O clima esquentou quando o dirigente da chapa 2 «Renovação Sindical» (Cândido Hilário Garcia) tentou rasgar uma faixa da oposição com os dizeres: «Joaquim traidor». Mas bastou os discursos se iniciarem para que esse clima fosse sendo amenizado. As vaias aos apelos oportunistas do MDB e aos dirigentes sindicais pelegos que partiam da maioria dos participantes, animou bastante os operários da oposição mas foi, sem dúvida, a defesa das comissões de fábricas e o apelo às organizações de bases, feitos pelos mais expressivos líderes sindicais, Benedito Marcílio e Lula, que deixou satisfeita as bases da oposição sindical. Elas teriam outras satisfações no dia 1º de Maio: suas críticas ao critério de participação no palanque foram endossadas pelos comandos de greves do funcionalismo público. Os professores desse comando estavam bem mais aliviados que os metalúrgicos, já que com eles, o critério da comissão preparatória não foi aplicada! Foi dada a voz ao representante da chapa vitoriosa e não empossada da APEOESP (que obteve 70% dos votos e teve sua vitória transformada juridicamente em derrota pela atual diretoria pelega). Se valesse o mesmo critério que colocou o Joaquim teríamos no palanque mais um dirigente pelego.

No final, o grande alívio, vários dirigentes sindicais abriram mão do uso da palavra e entre eles o Joaquim. Os operários das oposições sindicais voltavam satisfeitos e os metalúrgicos da oposição de São Paulo enrolavam cuidadosamente as faixas: **30% ou greve** que utilizarão no próximo dia quando novamente terão que enfrentar as artimanhas do Joaquim e seus aliados.

Logo após o ato de terça-feira, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo divulgou boletim apoiando a greve dos motoristas e cobradores de ônibus, vítimas, como os metalúrgicos, dos salários baixos, alta do custo de vida e péssimas condições de trabalho. Ao mesmo tempo, anuncia sua disposição de preparar a greve da categoria como forma de conseguir um aumento imediato de 30%.

(O.G.)

LULA:

"Se não derem o que pedimos, dia 14 tem greve outra vez"

Companheiros, ontem à noite, no sindicato de Osasco, quando discutíamos a festa oficial feita pelo governo no Pacaembu eu dizia aos trabalhadores de Osasco que, para cada jogador de futebol famoso que estivesse servindo de palhaço no Pacaembu, nós traríamos um dirigente sindical aqui, e para cada inconsciente que fosse ao Pacaembu nós traríamos dez trabalhadores com consciência aqui. Me parece que a coisa aconteceu, exatamente porque hoje em dia já não se engana mais o trabalhador como se enganava em outros tempos. Isso aconteceu exatamente porque o trabalhador já não aceita servir de instrumento como ele foi usado durante tanto tempo nesse Brasil.

E aconteceu porque a classe trabalhadora. e a mulher metalúrgica, o trabalhador e a esposa do trabalhador entenderam que somente a união, a união da família em prol das suas causas iria fazer com que os trabalhadores consigam a sua emancipação política e a sua liberdade de ação. Nós ontem fomos premiados com um salário-mínimo de 2.268,00 cruzeiros e eu dizia que a melhor forma de alguém saber o que representa um salário mínimo era que uma autoridade pegasse esse dinheiro e tentasse alugar uma casa, tentasse fazer despesa por um mês inteiro e ainda se vestir, mas, desgraçadamente os homens que determinam o papel e os destinos da classe trabalhadora nunca foram trabalhadores, e nunca serão trabalhadores. Cabe a nós, trabalhadores, mudar as regras do jogo e, ao invés de sermos mandados como somos hoje, nós passaremos a mandar nessa terra. É chegado o momento, companheiros, de olharmos para frente e vermos o que está ocorrendo nesta terra. Diziam que o salário da classe trabalhadora era culpado pela inflação. Arrocharam durante 15 anos o salário da classe trabalhadora e a inflação continua tão alta como antes de 1964. A serviço das multinacionais acabaram com o direito sagrado que o trabalhador tinha, que era a estabilidade no emprego e a serviço das multinacionais foi implantado nessa terra o Fundo de Garantia que só presta para fazer o patrão mandar o trabalador embora com muito mais facilidade.

Vocês recordam que em um determinado instante até ouro para o bem do Brasil nós demos e ganhamos em troca um pé nos fundilhos. Vocês sabem que há dez anos atrás existia uma distinção muito grande entre advogados, médicos e jornalistas, e tantas outras profissões que se distanciavam de nós, trabalhadores. E graças a Deus, graças a Deus, a proletarização do trabalhador brasileiro, de todos os assalariados, o estado de miséria a que o governo levou todos aqueles que vivem de salários, fez com que nesse campo, no dia 1º de Maio de 1979, nós vivêssemos um momento maior da classe trabalhadora brasileira e basta que a gente veja a situação dos funcionários públicos hoje, quando o governo oferece 30% de aumento, e desconta 20% e os trabalhadores iriam receber 8, não sei o que em cima do salário atual. Basta olhar para a frente e ver a situação dos lixeiros, aqueles que carregam lixo das autoridades lá no Pacaembu e depois não têm o que comer, e vivem carregando restos de comida. Basta ver os motoristas que estão se manifestando, basta ver os professores que estão se manifestando, porque o estado de miséria que atingiu o trabalhador é tanto, que todos nós temos de gritar alto e em bom som para que não fiquemos apenas pedindo o direito de greve mas façamos a greve. Para que não fiquemos pedindo liberdade e autonomia sindical, mas que conquistemos a liberdade sindical. Pensaram que iriam acabar com o movimento no ABC intervindo no sindicato, e se esqueceram que o sindicato não é só o prédio, que sindicato é o trabalhador na fábrica é o trabalhador na praça. E os trabalhadores metalúrgicos do ABC sabem que nós demos apenas uma trégua até domingo dia 13. Teremos daí uma assembléia e queremos ter no campo, e queremos ter o mesmo tanto de gente que tem hoje aqui. Porque se não derem o nosso aumento, no dia 14 à zero hora, o ABC estará em greve outra vez.

Andaram falando por aí em confronto, andaram aí falando que se nós voltássemos à greve — e alguns jornais e revistas publicaram isto — que iriam colocar canhão em São Bernardo do Campo. Para enfrentar os tanques, cada operário de São Bernardo do Campo deverá colocar na rua a sua mulher e seus filhos como arma. Para mostrar que a nossa luta é algo muito mais sério do que as bobagens que andam dizendo por aí. E para encerrar, companheiros, eu queria pedir aos trabalhadores de todas as categorias que no momento certo, no momento em que o patrão negar as suas reivindicações, a única arma que o trabalhador tem é parar as máquinas.

Os patrões não estão cumprindo o acordo, e eu não estou preocupado com isso, porque mais uma vez nós vamos mostrar que quem tem palavra nessa terra é a classe trabalhadora brasileira. E para terminar, companheiros, eu gostaria que, ao sair daqui, cada um dos trabalhadores levasse em mente para dizer para o seu filho, para dizer para a sua esposa, que o nosso movimento, hoje, tomou conta de toda a sociedade brasileira, e que não existe, a não ser os patrões, a não ser algumas autoridades, ninguém com raiva de nós, de que o que existe é toda a sociedade do nosso lado, é toda a sociedade brasileira achando que é dado o momento, que é chegado o momento de conquistarmos o direito de andarmos com a cabeça erguida. Eles tentaram intervir no sindicato pensando que o nosso movimento iria se acabar e não acabou. Pediram 45 dias pensando que o movimento iria esfriar e não esfriou. E se eles pensaram que iriam nos enganar também não nos enganaram. E quem pensou que nós, trabalhadores, seríamos vencidos por palavras, caiu do cavalo. Nós, trabalhadores, já não somos bobos, nós, trabalhadores, sabemos o que queremos e não adianta querer acabar com as lideranças, não adianta prender as lideranças do ABC, ou os comandos de greve que existem dos funcionários públicos e dos professores. Porque para cada um que eles prenderem, surgirão 20 para comandarem o nosso movimento.

AURÉLIO PERES:

"Comemoramos com alegria a morte do maior torturador"

É com muita alegria que comemoramos o nosso 1º de Maio e é também com muita alegria que comemoramos a morte do maior torturador do país — Sérgio Paranhos Fleury. A classe operária é a classe que tem o destino deste país nas mãos. É a única classe que, aliada às demais classes, tem condições de levar até o fim a soberania e a liberdade do povo brasileiro. É a classe operária a que produz a riqueza do país que se concentra nesse momento. Esta classe operária quer aumento de salários, condições de vida melhores, quer de volta os seus legítimos representantes à frente dos seus sindicatos e por isso que o Movimento Contra a Carestia está aqui para apoiar e levanta suas bandeiras por aumento de salários, pela reforma agrária para evitar que companheiros da roça sejam expulsos e mandados para a cidade. Por isso, o Movimento Contra a Carestia traz todo o seu apoio aos companheiros grevistas e, também, levanta mais uma vez a bandeira do congelamento dos preços, pela reforma agrária e pela volta dos líderes cassados aos seus sindicatos.

LUÍS EDUARDO:

"Anistia colada ao movimento Popular"

«Este é um 1º de Maio histórico na nossa pátria, um 1º de Maio que vai mostrar à ditadura que ela está com seus dias contados e que o povo brasileiro seguirá resolutamente na conquista dos seus direitos políticos. O Governo vem sempre querendo dizer para nós uma mentira de que a luta pela anistia é uma luta de setores intelectualizados. Essa demonstração aqui dos CBAs colados nos movimentos populares democráticos, vem significar, mais uma vez, que a luta pela anistia é uma luta de todo o povo brasileiro.

A anistia é uma luta que deve ser colada na luta popular e democrática aqui mesmo em Santo André, em São Bernardo e São Caetano. A luta pela anistia se coloca no presente momento. Nós não aceitaremos a intervenção, nós vamos querer que os nossos companheiros da diretoria desses sindicatos sejam anistiados e nós todos conquistaremos essa anistia. Companheiros, a luta pela anistia chega neste estádio de futebol comemorando o 1º de Maio. Nós vamos conseguir libertar os presos políticos, trazer os exilados, responsabilizar aqueles que assassinaram os patriotas deste país e colocar de novo as diretorias nos seus sindicatos. Essa é uma conquista, não há derrotas definitivas para a classe operária.»

MARCÍLIO:

"Comissões nas fábricas para mudar estrutura sindical"

«Quero dizer aos companheiros que aqui está uma resposta a este governo e a esta ditadura. Estamos respondendo a esta ditadura, a este governo de arbítrio, com participação da massa em praça pública. Para vocês terem consciência de fato e para que este governo tenha conhecimento de que, agora os trabalhadores, agora os sindicalistas, neste país, estão dispostos a ir até as últimas conseqüências na luta e na defesa dos trabalhadores.

Companheiros, todos nós sabemos que temos neste país uma estrutura sindical fascista, imposta a nós, que serviu e está servindo a todos os governos neste país. Mas nós os trabalhadores organizados nas fábricas, com as comissões de fábricas, com a organização dos trabalhadores e com as greves vamos derrubar essa estrutura sindical. Nós desejamos uma estrutura sindical com liberdade e autonomia de ação, não aceitamos de forma alguma a estrutura sindical tutelada pelo Estado, onde o Ministério do Trabalho é o maior líder sindical e intervém nos sindicatos, cassa a carta do sindicato, afasta dirigentes cassando os dirigentes, que pertencem por direito à classe trabalhadora. Só há uma solução — é a que estamos seguindo — é a unidade dos trabalhadores nas fábricas, nas sociedades de amigos de bairro e dentro dos sindicatos, é que nós conseguiremos a liberdade sindical, o contrato coletivo de trabalho e o pleno direito do exercício da greve, mas não conseguiremos a liberdade e a autonomia dos sindicatos se nós não conseguirmos uma sociedade livre. Há necessidade de conquistarmos a democracia nesse país e para isso estamos trabalhando, participando, indo inclusive, nas fábricas organizando os trabalhadores nas comissões de fábrica para que consigamos a estrutura sindical independente, com os delegados sindicais e o pleno direito de greve.

Companheiros, este 1º de Maio é histórico na vida dos trabalhadores do nosso país. Mesmo antes da «redentora», dessa revolução que foi feita contra os trabalhadores em 64, tomar o poder, nunca houve uma manifestação de massa como está havendo aqui em São Bernardo. É uma resposta que estamos dando contra esse arrocho salarial, contra a intervenção nos sindicatos e contra esse salário mínimo de fome, miserável que foi decretado esses dias.

Companheiros, estamos certos quando dizemos que a ditadura só será extinta deste país através da organização das massas, dos trabalhadores, dos estudantes, dos professores, dos médicos, de todos os segmentos desta sociedade.»

EDITORIAL

De quem é o 1º de Maio?

Em menos de três anos, o 1º de Maio no Brasil mudou de figura. Em 1977 somente houve manifestações oficiais. As mesmas de sempre, com a presença das autoridades dos pelegos e os festejos hipócritas da época.

Já em 1978 ocorreram algumas manifestações oposicionistas, como o ato unitário de Osasco que reuniu várias oposições populares para a comemoração da data. Mas as greves ainda não haviam entrado em cena, e os atos foram mais simbólicos do que massivos. Ou melhor, mais prenunciadores do que reais.

Mas de lá para cá muita coisa mudou. Desde o parlamento até as fabricas, um ano valeu mais do que muitos outros passados. Ou até, parafraseando um classico da política, as massas aprenderam em meses o que os livros não ensinaram em anos. E assim é que se dão agora, em vários pontos do País, comemorações oposicionistas e massivas do 1º de Maio, reunindo milhares de trabalhadores, e esvaziando significativamente as comemorações oficiais. A coisa era de se esperar e assim Figueiredo rompeu o figurino não querendo se arriscar a nenhuma solenidade na data. Preferiu ficar quieto, a ter que passar algum ridículo em qualquer ponto do País.

Mas o ascenso das massas trabalhadoras não se expressa tão somente nas greves deste ano transcorrido, e na unidade massiva que algumas campanhas e atos vêm demonstrando. Elas dão saltos maiores e já começam a questionar a participação política que lhes é negada pelo regime ou mesmo aquela que lhes é oferecida pela oposição liberal.

Surge a proposta do Partido dos Trabalhadores, que, apesar de seu lançamento meio atabalhoado, aparece como uma perspectiva de participação clássica, antipatrão, e que busca já na luta contra o regime autoritário apontar para uma transformação mais de fundo na sociedade.

O que é de se espantar no entanto, é a maneira como a proposta foi recebida por vários oposicionistas, principalmente entre uma faixa de dirigentes sindicais. Muitos alegaram que a proposta é divisionista, inoportuna ou até mesmo imprópria. E qual a resposta que apontam? Na política, manutenção do MDB pura e simplismente; na arena sindical, «a unidade».

Mas «unidade» com quem? Com as oposições populares em geral, operárias ou não? Tudo bem! Mas a coisa não para aí «Unidade» também com pelegos, já com quinze anos de atividade até mesmo policial, como é o caso do Joaquinzão de São Paulo, é o que alardeiam hoje em nome da «força do movimento».

Além desta separação incorreta, típica do pensamento liberal, entre uma política com p maiusculo para o plano institucional, e outra para o terreno sindical — lá o MDB, aqui a «unidade» há outros aspectos a se questionar para que o movimento não torne a repetir velhos equívocos do passado.

Se as oposições sindicais bem como as tendências da oposição popular ainda são fracas hoje em dia, não despertando para a luta ao nível das exigências que o ascenso das massas vem colocando, isto no entanto não justifica, muito antes pelo contrário, que em nome da força se faça alianças a qualquer preço.

A impaciência de um lado e a ânsia da conquista de aparelhos de outro, não deve nos levar a repetir erros passados que, uns mais outros menos, sempre significaram a abdicação de uma perspectiva classista em prol de uma difusa e rasa política policlassista, a reboque da burguesia liberal.

Na missa em Contagem, padres praticam teologia operária

Cruzar os braços diante das máquinas: tentação permitida

Por João Batista Mares Guia e Juarez Guimarães

A Praça do Trabalhador, localizada no coração da Cidade Industrial de Belo Horizonte em Contagem já está tomada pelos operários. A carroceria do caminhão do Zito trabalhador, membro da Associação do Bairro Lindéia, serve de palanque. E desse palanque sem patrão e sem Francelino Pereira começa a falar o metalúrgico Enilton Represe, representando os operários e o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim. «O primeiro de maio para nós é todo dia do ano porque todo dia do ano é dia de luta contra os patrões».

Depois dele, é a vez da operária Efigênia dar o recado em nome das mulheres operárias. Efigênia, a metalúrgica, fala e chora: «Companheiros, eu não tou conseguindo nem falar porque a emoção que sinto neste momento não tem palavras para explicar. Faz onze anos que pela primeira vez, depois da última manifestação pública dos trabalhadores, no primeiro de maio de 1968, depois da greve de abril, quando nós estávamos reunidos na Secretaria de Saúde, e fomos assaltados pela cavalaria».

Nem patrão, nem Francelino, nem a polícia. A Praça do Trabalhador está tomada por 4.000 operários, velhos, homens e mulheres. A maioria formada por jovens que nunca participaram de uma manifestação de primeiro de maio. O último primeiro de maio operário, lá atrás, em 1968, ficou gravado na memória da metalúrgica Efigênia. Antes da cavalaria atacar os trabalhadores, uma tecelã havia dito: «Os operários casam com comunhão de bens. Mas o operário não tem bens. O operário tem lutas, então o operário casa em comunhão de lutas».

PASSEATA OPERÁRIA

Onze anos depois, nas praças e nas ruas da cidade industrial, os operários tornavam pública a comunhão de luta. Os sindicatos dos petroleiros, gráficos, rodoviários, assistentes sociais, e dos trabalhadores da construção civil, e mais as associações dos bairros operários: Camargos, primeiro de maio, Lindéia, industrial e os movimentos dos trabalhadores da periferia levaram às praças e ruas a sua caminhada de comunhão operária e de luta.

A primeira caminhada começou cedo. Saiu da sede da pastoral da Cidade Industrial. À frente, duas centenas de trabalhadores, organizados em duas filas indianas paralelas, abrindo alas para os trinta padres e o bispo D. Arnaldo. E assim se fez a segunda missa da São José Operário, na praça da Cemig, bem próxima a Praça do Trabalhador. A igreja abençoa o primeiro de maio, e faz bendita a luta operária. As faixas passadas acima do altar não assustam mais aquela platéia de 6.000 trabalhadores, muitas mulheres, pequenas creches improvisadas e repletas de crianças vestidas com roupa de domingo. Todos acham que a Igreja tem que ser assim. Diziam as faixas: «Cruzar os braços: eis a tentação», que foi aberta, em primeiro lugar, sobre a cabeça do bispo. A outra faixa completava a mensagem: «Lutar unidos, eis o perdão». conclusão: «Só assim teremos pão», afirmava a terceira faixa. Lutar unidos, sim. E assim se fez. Os padres, terminada a missa, convocaram os presentes para a concentração marcada planejadamente para horário posterior ao da missa. Lutar unidos. Os padres, alguns deles, tiraram as batinas brancas e se misturaram a massa operária que começou a caminhada em direção à Praça do Trabalhador.

Avenida afora, por entre muralhas de fábricas, metalúrgicas, têxteis, o desfile do primeiro de maio, sem patrão, sem Francelino, lembra nas faixas as grandes bandeiras de unidade nacional da classe operária neste primeiro de maio: «Salário mínimo nacional de 6.114,00 (seis mil cento e quatorze cruzeiros), «direito de greve», «liberdade sindical». E mais, acrescentaram os operários: «Pelo fim da exploração», «Por um Partido dos Trabalhadores».

O BURRO TEM CASCO

A operária tecelã estava certa, sempre certa: o operário tem comunhão de luta. Comunhão vasta, de São José com o operário, da igreja com a classe operária, da missa com o primeiro de maio, do padre com o operário, do metalúrgico com o tecelão, com o petroleiro, com o pedreiro. Do sindicato com o bairro, de quem tem casa com quem é favelado ou flagelado. Todos operários. Que se unem na luta e na luta ninguém nada tem a perder, senão a opressão.

Em nome do trabalhador metalúrgico vai falar Ignácio Hernandez, operário conhecido e respeitado por todos: «Em 1886, com a morte de cinco trabalhadores e a luta de milhares, se conseguiu a jornada de oito horas. O que o patrão fez? Ele colocou um salário muito baixo e com isso nos obrigou de novo a trabalhar doze, quatroze, e até dezesseis horas. Ele, no primeiro de maio, abriu o campo de futebol, tudo para enganar o trabalhador». Prossegue Ignácio: «O boi tem uma arma, que é o chifre, o burro tem o casco, e o trabalhador tem uma arma, que é a greve. Companheiros, não basta uma só luta econômica por salários, é importante levantar a luta também por um sindicato livre e autônomo, uma luta pela estabilidade no emprego, uma luta pela organização dos operários nas fábricas. Companheiros, é de lá, e aqui na praça, do seio da massa operária que nasce a nossa força. Trabalhador unido jamais será vencido». E todos cantam: trabalhador unido jamais será vencido.

EFIGÊNIA DÁ O RECADO

Enilton, o metalúrgico de Betim, faz uma saudação de luta aos companheiros de são Bernardo e pede a todos que cantem três vezes: «Trabalhador unidos jamais será vencido». Quatro mil vozes cantam, e aquilo ecoa nos galpões das fábricas e chega aos ouvidos dos patrões. «O primeiro de maio infelizmente deixou para toda a classe operária alguns mártires, conta Enilton. Mas nós não podemos esquecer que a exploração que se abate sobre toda a classe operária também produz os seus mártires. Os milhões de menores abandonados no Brasil são filhos de trabalhadores. Por isso todo dia é dia primeiro de maio, é dia de luta pela construção de um partido capaz de resolver os problemas dos trabalhadores. É luta por um partido dos trabalhadores». O mesmo partido que também o metalúrgico Ignácio defendeu quando falava «das comissões de fábrica nascerá o Partido dos Trabalhadores».

A palavra anistia ficou marcada na praça do trabalhador nesse primeiro de maio operário. Efigênia dá o recado: «Faz onze anos que a minha irmã, que era metalúrgica, que era secretária eleita do sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem em 1968, está banida do País por essa ditadura que nos governa. E não é só ela. Existem muitas prisões onde companheiros que lutaram pelos direitos do trabalhador estão presos. Somente na organização independente dos trabalhadores, a sua firme união será capaz de realmente levar nossa luta adiante e de levar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados, e principalmente ao trabalhador». De Itamaracá os presos políticos enviaram sua solidariedade através de uma carta lida por Efigênia.

Depois, falaram Maria, operária metalúrgica, e os companheiros das associaçoes de bairro. O DCE da UFMG foi lá e disse que o estudante brasileiro aprendeu definitivamente uma lição importantíssima: «Que só a classe operária é a classe capaz de pôr fim à opressão e que a luta da classe operária terá sempre a solidariedade do movimento estudantil». Wagner Benevides, o petroleiro, fez a despedida. No ano que vem, disse ele, «seremos quarenta mil e todos os sindicatos estarão aqui». Compromisso declarado que assim se fará.

Dessa vez a polícia não compareceu. No ano passado ela invadiu a sede da Pastoral da Cidade Industrial na madrugada de primeiro de maio e colocou uma centena de agentes do DOPS no local da missa do primeiro de maio, celebrada pelos padres da Cidade Industrial. Dessa vez ela fugiu da missa e da praça, mas, durante a madrugada, o Centro de Estudos do Trabalho (CET), o Grupo de Trabalho e Educação Comunitária (GETEC) o Jornal dos Bairros e o Centro Cultural Metalúrgico. Quatro entidades solidárias com as lutas operárias e localizadas na região industrial, foram invadidas e saqueadas. Quem será? Sinal dos tempos: a classe operária está reconquistando as praças sem medo da polícia. O jeito é, então, alguém sair da praça. Quem atacou as entidades também promoveu a distribuição de um panfleto que agride um operário e ataca a igreja. Quem será?

A mulher presente em Osasco

Em Osasco, as preparações para o 1º de Maio Unitário começaram no dia 27, sexta-feira, e se estenderam até o dia 30, com uma programação onde estavam previstos desde debates até jogos de futebol, apresentações teatrais e shows de música popular. Pela primeira vez em Osasco — pelo menos nos últimos quinze anos — houve a união de cinco sindicatos para a organização do 1 de Maio. Participaram da promoção o Sindicato dos Metalúrgicos, dos Químicos, dos Comerciários, dos Bancários de São Paulo e Osasco e dos Têxteis de São Paulo, Osasco e Barueri.

No dia 27, à noite, foi feito um debate no Sindicato dos Metalúrgicos sobre o tema «A Mulher e a Luta do Trabalhador», que contou com a presença de representantes dos metalúrgicos de Osasco, do ABC, dos artistas, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e de Comunidades de Bairro.

O debate girou em torno de questões como a discriminação da mulher, a falta de oportunidades de trabalho e o desnível salarial, entre homens e mulheres. As metalúrgicas do ABC estiveram presentes e relataram a sua experiência nas recentes greves, salientando o papel da mulher nas mobilizações e nos piquetes, lado a lado com os homens. As 300 pessoas (40% mulheres) presentes ao debate participaram ativamente das discussões, que mostraram a necessidade de criação de um Departamento Feminino que desenvolva atividades específicas — como a luta por creches — lembrando também que a mulher deve participar com igualdade em relação ao homem das lutas do trabalhador, integrando inclusive as comissões de fábrica, normalmente compostas somente por homens.

No sábado, a programação foi mais amena. Houve a apresentação de um show sertanejo com duplas de viola da Casa de Violeiros do Brasil, de Osasco. Depois houve também a encenação pelo Grupo Espelho da peça «Lendas e Fatos do Buraco Quente», que retratava o conflito entre os moradores de uma cidade fictícia dividida em cidade alta e baixa.

«NÓS NÃO TEMOS VERGONHA DE SER OPERÁRIOS

Paralelamente a essa programação, no domingo de manhã, houve uma manifestação organizada pela Ação Católica, Pastoral Operária e Comunidades, na Igreja Matriz de Osasco, com a participação de mais ou menos 250 pessoas.

A manifestação foi iniciada com uma coreografia preparada pela «Vila dos Artistas», de Osasco. A seguir, foi feito um relato sobre as lutas dos trabalhadores desde 1964, as dificuldades encontradas para sua reorganização, o recomeço e a consolidação das lutas. Foi enfatizada também a necessidade de acabar com a atual estrutura sindical e de criar uma Central Sindical Única.

Uma dona de casa falou aos presentes a respeito do papel da mulher não só no trabalho, mas também no lar e na educação dos filhos. Afirmando que «nós não temos vergonha de ser operario», ela explicou que cabe à mulher na educação dos filhos procurar ensiná-los a valorizar o papel do operário, que é o verdadeiro produtor das riquezas, e a entender a importância dos sindicatos para os trabalhadores. Disse ainda que a mulher operária deve procurar integrar-se à luta do trabalhador, ao invés de lutar contra os homens, como querem algumas feministas.

Ainda no domingo, no Ginásio Prof. José Liberatti, houve um torneio de futebol de salão entre as categorias e uma demonstração de Karatê, além de uma manifestação, da apresentação de uma rápida montagem teatral e de um show de música popular, tudo isso dentro da programação feita pelos cinco sindicatos unidos.

O comparecimento de trabalhadores foi bem menor que o esperado, ocupando menos de 1/4 dos lugares disponíveis no Ginásio. Devido a isso, a manifestação, marcada inicialmente para às 17 horas, acabou acontecendo somente às 18:30 horas. Além dos presidentes dos sindicatos dos Metalúrgicos, dos Químicos e dos Comerciários de Osasco, do secretário do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, Osasco e Barueri, e do diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Osasco compareceram também representantes do Movimento Contra a Carestia, do CBA, da Associação dos Trabalhadores Aposentados de Osasco, da Igreja Católica, da Oposição Metalúrgica de Osasco e dos professores. Estiveram presentes ainda um bancário, um metalúrgico e um químico, escolhidos por assembléia em seus sindicatos como representantes das bases. Jacob Bitar, do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Lelia Abramo, do Sindicato dos Artistas de São Paulo também compareceram como convidados especiais.

A MANIFESTAÇÃO

A manifestação teve início — após breve abertura feita pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco — com as desculpas pedidas pela atriz Lelia Abramo por não ter comparecido ao debate sobre a mulher e a luta do trabalhador. Afirmando que «também tenho patrão», a presidente do Sindicato dos Artistas explicou que a Rede Globo, sabendo de seu compromisso, marcou gravações da novela para o mesmo dia, impedindo-a de comparecer.

A seguir, falaram os representantes do Movimento Contra a Carestia, da Associação dos Trabalhadores Aposentados de Osasco e do CBA de Osasco, que recebeu sonoros aplausos dos presentes quando encerrou seu discurso afirmando a necessidade de «um governo só de trabalhadores».

Falaram ainda o representante das bases metalúrgicas de Osasco e o representante da Igreja. Uma professora que falou em seguida, representando o Comando Geral de Greve (CGG), leu inúmeras palavras-de-ordem, que eram repetidas pelos presentes. Entre elas, havia uma que dizia respeito particularmente aos trabalhadores de Osasco: anistia para José Ibraim, líder sindical de Osasco que se encontra exilado. As outras, além dos vivas à CGG dos professores, às Comissões de Fábrica, aos sindicatos livres e à Central Sindical Única, referiam-se à reivindicação dos professores e funcionários (70% mais Cr$ 2.000,00) e dos metalúrgicos (30%), encerrando com «chega de opressão» e «todos a São Bernardo dia 1º de maio». Ela foi sucedida pelo secretário do Sindicato dos Têxteis.

Até esse momento a manifestação decorria em calma. Porém, durante seu rápido discurso, o presidente do Sindicato dos Químicos foi interrompido por uma questão de ordem levantada por alguém do plenário: havia um homem gravando a manifestação. O auditório inquieta-se, todos querem saber quem é ele. A mesa procura acalmar a situação dizendo que a manifestação é um ato público, que não há nada a esconder, mas o homem já está cercado por alguns trabalhadores.

UM ESPIÃO PRESENTE

O homem, de bigodinho e ligeiramente gordo, está acompanhado de uma criança e traz consigo um gravador dentro de um saquinho de papel.

Está cercado mas ninguém toca nele, que permanece sentado e murmura algumas palavras entre os dentes. O representante dos químicos termina seu discurso rapidamente, mas o plenário está agitado, e vai ficar assim até o final da manifestação. Alguns gritam «fora», «porco», «pega ele». Alguém explica que o «espião» é chefe de segurança da Ford, que acabou sendo reconhecido. E mais: a criança que está com ele é seu filho.

Nesse clima de inquietação, falaram o presidente do Sindicato dos Comerciários de Osasco, o diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Osasco, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, o representante das bases bancárias — que leu o manifesto das oposições sindicais —, o representante da Oposição Metalúrgica de Osasco e o representante do Sindicato dos Petroleiros de Campinas. Todos foram interrompidos, algumas vezes, por gritos que partiam do plenário e que se dirigiam ao «espião», que permanecia sentado, porém atentamente vigiado pelos trabalhadores.

Encerrada a manifestação, o «traidor» — como foi chamado pelo representante da Oposição Metalúrgica de Osasco — saiu protegido pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e outros participantes da mesa, que levaram o homem para um canto e lhe retiraram as duas fitas gravadas e a lançaram para o plenário que alvoroçado gritava «porco», «pega ele» e exigia as fitas. Só a destruição delas conseguiu acalmar os presentes.

Depois desse incidente, os alunos do curso de teatro do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco fizeram sua apresentação e Abílio Manuel com o conjunto Terra Livre deu início ao show de música popular.

No bairro Grajaú — que fica atrás de Interlagos, na periferia da capital paulista — o primeiro de maio esteve animado. A comemoração foi na Igreja central com uma festa onde participaram quase 300 moradores, no domingo, dia 29. Moradores se manifestaram contando como nasceu o primeiro de maio; prestando solidariedade à greve dos professores; denunciando as condições de vida e defendendo a participação dos trabalhadores, chamando à participação na manifestação unificada de S. Bernardo, no dia 1º de maio. Foram feitas apresentações como um teatro sobre a vida do trabalhador e um show musical, pelos próprios moradores do lugar. Para completar a festa, quentão, pipoca e amendoim. No dia 1º de maio, do Grajaú, mais de 60 pessoas se deslocaram para S. Bernardo.

No Rio, vaias a Fleury

Por Marcelo Beraba e Orlando Guilhon

A manifestação no campo do Olaria, com cerca de 5 mil pessoas, foi o principal acontecimento no Rio de Janeiro. Pela primeira vez, desde 1964, ele foi comemorado unitariamente, respondendo com suas palavras de ordem classistas ao tradicional primeiro de maio festivo e demagógico da ditadura. Um 1º de Maio de luta e de luto.

Os sindicalistas mais combativos conseguiram comprometer com esta unidade de luta até mesmo os velhos e novos pelegos. A radicalização do movimento operário-popular, com suas greves, grandes assembléias e manifestações a nível nacional repercute hoje também no Rio, obrigando reconhecidos pelegos a radicalizarem seus discursos. Mesmo assim a maioria da classe operária ainda se manteve de uma maneira geral ausente deste 1º de Maio, o que reflete não a falta de combatividade desta classe, mas o distanciamento das lideranças sindicais das suas bases.

Embora, o fato mais importante dos últimos anos para o movimento operário popular do Rio tenha sido a greve dos metalúrgicos de Niterói — que paralisou durante 11 dias alguns dos maiores estaleiros navais do País — ficou evidente o pequeno comparecimento de operários à manifestação. Isto mostra o principal impasse que o movimento operário vive hoje no Rio de Janeiro, onde as chamadas lideranças sindicais não têm conseguido desenvolver um trabalho de massa que consiga mobilizar o conjunto dessas categorias.

Tudo indica que ainda falta muito para termos no Rio um primeiro de maio realmente operário. Na verdade, a grande maioria dos presentes ao campo do Olaria foi de assalariados da pequena burguesia, como médicos, professores, bancários, jornalistas e funcionários públicos, recentemente saídos de campanhas salariais, eleições sindicais e mesmo de greves.

Embora as faixas e cartazes espalhados pelo estádio repetissem as grandes reivindicações sindicais deste 1º de Maio nacional, os discursos mais importantes demonstraram claramente que o que unia o conjunto das pessoas era mais do que reivindicações classistas. Não foi à toa que «basta de ditadura» tirou os aplausos mais demorados das 5 mil pessoas presentes ao Olaria.

Por fim, dois momentos que marcaram a manifestação. Primeiro, as vaias demoradas que se seguiram ao anúncio da morte do torturador Sérgio Fleury. Em seguida, após um minuto de silêncio, em homenagem aos companheiros e desaparecidos, quando todo o estádio exigiu durante 5 ou 10 minutos seguidos; anistia ampla, geral e irrestrita.

Constituinte e Anistia, exigência em Santos

Na Baixada Santista, dezenas de trabalhadores metalúrgicos estiveram dois dias reunidos no seu sindicato, para o já tradicional encontro que precede as comemorações do 1º de Maio. Nos dias 28 e 29 de abril, após debaterem e analisarem a situação político-econômica a que está submetida a classe operária, os metalúrgicos formularam num curto documento as suas conclusões. Eis o texto:

«Os Trabalhadores Metalúrgicos da Baixada Santista, reunidos na Sede do seu Sindicato, nos dias 28 e 29 de abril de 1979, após debaterem e analisarem a situação político-econômica a que está submetida a classe operária concluiram que:

Para que haja um Sindicalismo Livre e Autônomo é imperioso que todo o povo brasileiro viva sob um Regime Livre e Democrático. Por isso, os metalúrgicos Santistas juntam-se aos demais setores da Sociedade na luta pela conquista da Democracia Plena.

O sistema econômico implantado no País após 1964 visou primordialmente manter comprimidos os salários dos trabalhadores, garantindo para as Empresas Multinacionais uma mão-de-obra barata e de fácil reposição. Esta foi a principal razão da criação do FGTS que eliminou a estabilidade no emprego, além do estabelecimento de uma rígida política salarial.

Os trabalhadores não aceitam mais esta situação e exigem sua participação na riqueza que produzem. Enquanto o modelo econômico do Regime mantém o achatamento salarial, deixa que os produtos, principalmente os de primeira necessidade aumentem de preço diariamente o que reduz ainda mais os salários. A luta da classe trabalhadora, tem como objetivo portanto, a modificação do modelo econômico.

Mas a luta dos trabalhadores é também contra a legislação repressiva que proíbe a GREVE, um direito inalienável e que deve ser exercido sem restrições.

Os metalúrgicos Santistas repudiam os atos de força, como a intervenção nos Sindicatos Metalúrgicos do ABC, exigindo o retorno das Diretorias legitimamente eleitas por suas bases.

Colocam ainda como pressupostos básicos para existência da Democracia Plena:

01 — A Anistia e a convocação de uma Assembléia Constituinte com a participação dos trabalhadores;

02 — Sindicatos Livres e Autônomos;

03 — Pleno exercício do Direito de Greve;

04 — Livre contratação Coletiva de Trabalho;

05 — Criação de Comissões e Delegados Sindicais nas Empresas.»

A montanha gemeu e não pariu

Apesar de todo o blá-blá-blá do novo governo sobre uma alteração na política salarial, os trabalhadores receberam o que já esperavam: o arrocho continua, na decretação do salário mínimo de 2.268,00, cerca de 60% do seu valor em 1964.

Os milhares de trabalhadores reunidos em São Bernardo, no Estádio de Vila Euclides, não demonstraram surpresa com o novo valor do salário mínimo decretado pelo governo federal nas vésperas deste 1º de Maio. A retomada das lutas operárias e a experiência adquirida nas recentes mobilizações e greves que vem se desenvolvendo em todo o país, devolveram a confiança nas suas próprias forças e a certeza de que a derrocada da política econômica antipopular, e do regime que a impõe, só poderá ser obra de suas lutas e conquistas.

UMA NOVA POLÍTICA?

Pelo fato dos índices de aumento do salário mínimo, em 1977 e 1978, terem sido levemente superiores à inflação, gerou-se, em alguns círculos próximos da oposição, a ilusão de que a chamada «política salarial do governo» poderia ver-se, pouco a pouco, transformada ou modificada, mesmo que nos marcos do processo de institucionalização da ditadura. Estes setores, sentiam-se fortalecidos por toda uma teorização acadêmico-tecnocrática que insistia em que os valores estabelecidos para o salário mínimo pouca ou nenhuma importância passavam a ter para a determinação da taxa de salários da indústria brasileira, já que esta seria determinada pelo mercado.

A realidade, no entanto, é bem outra. E os trabalhadores, sabem que isto que veio a ser chamado de política salarial do governo continua agravando as suas condições de vida e trabalho, pois este conjunto de leis e decretos governamentais — que orientam a determinação do conjunto dos salários, sejam do setor público ou privado, e que tem como objetivo «disciplinar» as reivindicações trabalhistas e manter os salários reais em permanente erosão — continuam vigentes. As alterações que são propostas pelo governo não são nada mais do que retoques da fachada. A CLT deverá manter os seus aspectos essenciais, garantindo ao Estado o seu papel tutelar, mantendo a estrutura sindical vertical e dependente, permanecendo o imposto sindical como forma de suborno e controle e, sobretudo, deixando intocadas as questões referentes à política salarial. O recente aumento do salário mínimo decretado pelo governo é mais um exemplo, que os trabalhadores de São Paulo e de todo o país saberão responder com novas jornadas de lutas e mobilizações.

O QUE DEVERIA SER

Este aumento, de 45,3% para a região Sudeste, fez com que o valor nominal do salário mínimo passasse de 1.560,00 a 2.268,00 sem que, no entanto, fosse capaz de eliminar nem mesmo a perda do poder de compra do salário verificada nos últimos doze meses. Isto porque, o seu acréscimo foi inferior aos próprios índices oficiais do aumento do custo de vida para o mesmo período.

A manutenção da atual política salarial — a mesma dos últimos quinze anos — tem reduzido o salário mínimo a um valor nominal muito distante de um valor que garanta minimamente melhores condições de vida aos trabalhadores. Segundo o DIEESE, para elevar o mínimo apenas aos níveis de 1940, quando foi instituído, o reajuste deste ano deveria ter sido quase que o triplo do que foi concedido, ou seja, deveria alcançar a 115,62%, passando o seu valor nominal a Cr$ 3.363,67. Mas, se este reajuste levasse em consideração o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) por pessoa, que subiu 326,88% entre 1940 e 1979, o salário mínimo deveria ser hoje de Cr$ 14.358,83.

A partir do início da década de 60, e particularmente depois de 1964 quando se instala o regime militar, observa-se uma redução quase que constante dos valores reais do salário mínimo, que, nos anos justamente anteriores haviam conquistado, graças às lutas empreendidas, melhores condições de vida. Este processo, de erosão dos valores reais do salário mínimo, fez com que em 1978 o seu poder aquisitivo fosse apenas 60,68% de seu valor inicial em 1940 ou de 65% de seu valor de 1964.

A PROVA DOS NOVE

A medida que o salário mínimo perdeu o poder de compra nos últimos anos, cresceu em contrapartida o tempo médio do trabalho gasto pelo assalariado para adquirir o conjunto de alimentos que compõem a Ração Essencial Mínima. Os dados fornecidos pelo DIEESE, mostram que para adquirir os mesmos alimentos em 1978 era necessário trabalhar mais de 137 horas, quando em 1959 o tempo médio era de 65 horas e em 1965 de 88 horas. Ou seja, apenas para comprar os alimentos que compõem a ração essencial, portanto indispensáveis à sua sobrevivência, o trabalhador que recebe salário mínimo precisou trabalhar em 1978 duas vezes mais do que em 1959.

O principal argumento apresentado pelos tecnocratas do regime militar e pelos patrões tem sido o de apresentar os salários como componente essencial do processo inflacionário. Assim, segundo eles, uma política de contenção salarial e de redução dos valores reais do salário mínimo seria indispensável para tornar realidade uma política de combate à inflação. Ainda agora, há dois dias atrás o general-presidente retomou esta mesma lenga-lenga no seu discurso de 1º de maio.

No entanto, esta política salarial que nos é imposta desde 1964 em nome do «combate à inflação» não tem feito outra coisa do que esvaziar os bolsos dos trabalhadores e de suas famílias, enquanto enche os bolsos dos patrões. Mas a inflação, continua! E sempre em detrimento das condições de vida e trabalho dos trabalhadores.

(J.M.)

OS NOVOS NÍVEIS DO SALÁRIO MÍNIMO

REGIÃO	Salário Anterior	Novo Salário	%
Sudeste	1.560,00	2.268,00	45,3
Sul (+ Esp. Santo)	1.449,60	2.107,20	45,4
Nordeste I	1.111,20	1.644,00	47,9
Nordeste II, Norte e Centro Oeste	1.226,40	1.797,60	46,6

SALÁRIO MÍNIMO

Salário Mínimo Real Médio Anual em cruzeiros de janeiro de 1979.
Índice do Salário Mínimo Real Médio Anual
Índice de Produto Interno Bruto real por pessoa
Coeficientes de Mortalidade Infantil — por 1.000 Nascidos Vivos.

Ano	Salário Mínimo Valor Real	Salário Mínimo Índice	PIB	Mortalidade Infantil
1940	2.915,70	98,02	100,00	123,99
60	2.983,42	100,30	195,19	62,94
64	2.751,17	92,49	211,36	67,75
65	2.642,03	88,82	210,97	69,38
66	2.261,51	76,03	212,76	73,80
67	2.143,24	72,05	216,89	74,31
68	2.093,94	70,39	234,36	76,61
69	2.014,94	67,74	250,40	84,34
70	2.050,39	68,93	264,83	89,51
71	1.962,32	65,97	291,91	93,87
72	1.927,09	64,79	317,26	93,04
73	1.765,98	59,37	351,59	94,38
74	1.620,63	54,48	375,56	85,65
75	1.693,35	56,93	386,17 (2)	86,72
76	1.681,68	56,54	410,30 (2)	80,50
77	1.752,71	58,92	418,51 (2)	70,68 (2)
78	1.805,04	60,68	426,88 (2)	69,72 (2)

(1) - A partir de 1962, inclui o 13º salário (2) - Dados preliminares
FONTE: Salário Mínimo - Decretos de Salário Mínimo.
Para se calcular o salário mínimo real, utilizou-se o índice de custo de vida do Município de São Paulo no período de 1940 a 1958 e de 1959 a 1979 o índice do custo de vida calculado pelo DIESSE, sendo que, de dezembro de 1970 em diante, tornou-se o índice referente ao estrato inferior de renda. Efetuou-se um encadeamento único dessas séries para o período considerado, julho de 1940 a janeiro de 1979. Para 1940, o salário médio corresponde a 6 meses, julho a dezembro. O índice de salário mínimo tem como base o seu valor real inicial julho de 1940 = 100.
PIB - Período 1940 - 46 - Haddad, Claudio em Formação Econômica do Brasil período republicano, organizadores Flavio Rabelo Versiani e José Roberto Mendonça de Barros - São Paulo, Saraiva, 1977, série Anpec de Leituras de Economia, Período 1947-71 - Conjuntura Econômica - F.G.V. vol 27 - nº 12 Dezembro de 1973 - suplemento especial e Conjuntura Econômica - F.G.V. vol 31 - nº 7 - julho de 1977. Coeficientes de mortalidade infantil - Departamento de Estatística do Estado de São Paulo e Unidade de Análise de Dados - Coordenadoria de Análise de Dados.

Quem ganha salário mínimo?

Ao mesmo tempo em que se comprova a profunda deterioração das condições de vida — a partir de 1964 e em particular da redução constante dos valores reais do salário mínimo — surgem inúmeras análises proposições que tratam de minimizar a importância do salário mínimo na determinação da taxa de salários da indústria brasileira.

A maioria destas análises, busca nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) a justificativa empírica para seus desejos teórico-apologéticos. Esta pesquisa, revela que a quantidade de trabalhadores que recebem apenas o salário mínimo é percentualmente menor do que há alguns anos atrás. Constata-se que, em 1976, 46,7% dos trabalhadores ganhavam salário mínimo, enquanto que em 1970 essa porcentagem era de 64,4%.

Esta observação, em si, não poderia permitir as conclusões a que chegam inúmeros autores, que em seus devaneios em defesa do regime militar menosprezam a importância do salário mínimo como variável explicativa do nível de remunerações da mão-de-obra não qualificada. Em primeiro lugar, estas informações da PNAD não escondem que entre 1970 e 1976 o contingente de pessoas empregadas, isto é, detraçalhadores, também aumentou. Assim, em termos numéricos, a quantidade de trabalhadores que vivem de salário mínimo continuou a ser um contingente considerável. Em segundo lugar, é de conhecimento público que a política salarial dos governos militares que se suscederam a partir de 1964, determina coerentemente não só os reajustes do salário mínimo como também os reajustes das diversas categorias, através de coeficientes que mensalmente são aplicados aos dissídios coletivos. Finalmente, cabe questionar radicalmente o argumento que supõe que a taxa de salário do núcleo verdadeiramente capitalista da indústria é «fixada pelo mercado» independentemente da política governamental. Ao contrário, esta taxa de salário é determinada pela política de salário mínimo, independente da redução relativa do número de trabalhadores que recebem salário mínimo ou do aumento do leque salarial.

Neste sentido, um importante trabalho de dois economistas da UNICAMP apresenta uma alternativa as visões mais ou menos apologéticas ao regime que surgiram nos últimos anos. (1) Seu objetivo é «de mostrar como apesar dos pesares a taxa de salários da economia capitalista urbana no Brasil foi determinada, basicamente, no passado recente pela política de reajustes do salário mínimo».

(1) «Salário mínimo e Taxa de salários no Brasil», de P.R. Souza e P.E. Baltar, Mimeo, Unicamp, 1978.

Salário Mínimo e Ração Essencial Mínima Tempo necessário para a Aquisição — Média Anual

Média Anual

Ano	Tempo de Aquisição
59	65h. 05 min.
65	88h. 16 min.
66	109h. 15 min.
67	105h. 16 min.
68	101h. 35 min.
69	110h. 23 min.
70	105h. 13 min.
71	111h. 47 min.
72	119h. 08 min.
73	147h. 04 min.
74	163h. 32 min.
75	149h. 40 min.
76	157h. 29 min.
77	141h. 49 min.
78	137h. 37 min.

(Fonte Dieese)

LUTA OPERÁRIA NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO (6)

Um caso de amor na campanha eleitoral

O Partido Comunista se preparava para enfrentar as eleições e começava já a viver um clima de semilegalidade, muito diferente daquelas épocas em que havia uma feroz e permanente repressão policial. Numa reunião do Comitê da Zona Leste, para programar a campanha, em meio a discursos e informes sizudos e objetivos, dois solitários militantes se conhecem e iniciam um caso de amor.

Por Antonio Carlos Felix Nunes

«E agora, companheiros, vamos à grande surpresa. Vai falar o camarada Severino. Ele tem alguma coisa a nos dizer de muita importância», anunciou o assistente do Comitê Central. Desajeitado, meio inibido, levantou-se Severino e, em meio ao silêncio dos demais, recitou uns versos de sua autoria. Saudou Prestes e o CC, os presentes e o povo brasileiro. Os últimos versos auguravam pleno êxito à missão do Partido, ali determinada poucos minutos antes. Foi aclamado com sorrisos, apertos de mão, abraços.

Para os novos militantes, era a primeira vez que uma reunião ampliada do Partido terminava num clima festivo. Geralmente, limitava-se à leitura de massudos documentos, redigidos em linguagem insípida. Hoje houvera, aquele precedente, com um intervalo para se ouvir uma declamatória poética, e isto soava como uma homenagem ao nortista Severino, operário de uma grande empresa, recém engajado na célula local. O novo militante parecia trazer a presença do povo na reunião sizada, com sua ingenuidade, com seu pouco afeiçoamento às questões tratadas através dos chavões e giras restritos ao conhecimento dos membros mais antigos.

A reunião ampliada fora convocada para esquematização da campanha do Partido nas eleições que se aproximavam. O assistente do Comitê Central (era a primeira vez que um alto dirigente se fazia presente numa reunião do Comitê de Zona) apresentou um balanço da situação política do País. E anunciou a estratégia eleitoral, assim como a orientação a ser seguida pelos militantes em favor de sua aplicação. O seu informe pintava um quadro bastante otimista da situação nacional. São Paulo e outros Estados teriam eleições para prefeitos e governadores, logo em seguida se entraria na campanha de presidente da República. A ameaça de rompimento do processo democrático estava afastada até este momento. O calendário eleitoral, segundo informações filtradas no seio das Forças Armadas, seria rigorosamente cumprido. Ao menos isso era o desejo da oficialidade dos escalões superiores da instituição. Ficaria a cargo de cada organismo regional do Partido a iniciativa das coalizões, das alianças e arranjos táticos em torno dos candidatos. De parte do Comitê Central só havia uma exigência: que todos os membros se empenhassem na mobilização da massa, era imprescindível que o Partido mostrasse sua força e sua capacidade de trabalho.

A SEMI-LEGALIDADE

O CC submeteu aos componentes da reunião o programa projetado para garantir a vitória dos candidatos a serem apoiados. Nele havia diretrizes para a realização dos comícios nos bairros, visitas em portas de fábricas, abertura de comitês. A propaganda eleitoral, independentemente da plataforma do candidato, deveria estribar-se nas prementes reivindicações dos trabalhadores, como aumento salarial, melhoria dos transportes urbanos, extensão das redes de água e esgotos à periferia, etc.

Com a manifestação poética de Severino, a reunião foi dada por encerrada. Os responsáveis pela segurança providenciavam agora, a retirada dos camaradas do recinto. Enquanto saíam os primeiros, os demais conversavam informalmente, trocavam impressões sobre particularidades de suas vidas. Severino é ainda o alvo das atenções. Afável e risonha como de costume, a companheira Cecília acerca-se dele e põe-se a especular. Inicialmente, procura saber detalhes de sua vida no Norte. Depois arrisca perguntar sobre sua mulher, seus filhos, e acaba se oferecendo para melhorar o nível de consciência de sua esposa. Informa a Severino que no bairro onde ele reside existe uma célula feminina, e nela se reúnem as mulheres de muitos camaradas. A dele também poderia ingressar nesse organismo. Um dia irá a sua casa, captará a simpatia de sua esposa, ficarão amigas, e assim será mais fácil ganhá-la para o Partido.

Severino se entusiasma com essa preocupação de Cecília. A cada dia mais se vê cercado de uma extraordinária solidariedade humana.

Comove-se ao extremo. Quando era simples simpatizante, admirador das mensagens de Prestes, não podia imaginar que o Partido fosse isso que agora está vivendo e sentindo: uma comunidade de amigos, irmãos e pais. Só por isso valia a pena estar dentro dele.

Período de eleições era como uma festa para a comunidade partidária. As garantias concedidas pelo regime, concernentes à propaganda dos candidatos, colocavam o Partido numa situação de semilegalidade. Era tempo de certeza de uma atuação livre, sem o risco da coação e repressão, e através da qual mostraria ao povo sua face real. Agora, de pouca validade seriam as habituais deturpações do seu perfil, cotidianamente divulgadas pela imprensa anticomunista. E tal fato animava sobremaneira todos seus membros.

A estratégia eleitoral explicada pelo enviado do CC batia com o desejo de todos: promover uma campanha maciça, saturadora, capaz de arrastar grandes massas aos comícios, de despertar o máximo de interesse da população para os assuntos de natureza política, de fazer com que os trabalhadores das fábricas passassem a discutir o mérito deste ou daquele candidato, desta ou daquela agremiação legalizada. As eleições faziam a massa exercitar o pensamento, e com isto ela vislumbraria tendências e novos horizontes. Enfim, politiza-se e, inevitavelmente, chegava à compreensão das teses do Partido. A abertura da campanha, acontecida nesta reunião ampliada, devia, pois, ser comemorada.

DOIS MILITANTES SOLITÁRIOS

Foi neste momento de alegria contagiante, com os camaradas se relaxando, a desaparecer-lhes dos rostos a marca da inflexibilidade revolucionária, que Gentil sussurou a insinuação aos ouvidos de Otilia:

— «Um dia propício para a gente virar massa. Esta noite, eu gostaria de ir ao cinema em companhia de uma moça bonita e amorosa. E ao seu lado, esquecer por alguns instantes esta vida. Mas, saindo daqui estarei novamente solitário, restando-me apenas os livros para mergulhar o pensamento enquanto o sono não chega. Tenho trabalhado demais para o Partido, e isto me faz esquecer que sou um homem igual aos outros, carente de amor e carinho de uma mulher. Não reservei tempo para arranjar uma namorada que, nestas horas, prenchesse o vazio do meu espírito».

Otilia, em conseqüência do seu mau casamento, vivia como o Gentil: solitária e entregue de corpo e alma à atividade partidária. Estavam ainda unidos legalmente. Na prática, porém, já não viviam, com ele viajando constantemente — puro pretexto para se ver longe dela. O amor de ambos terminou nos primeiros meses de convivência íntima, e hoje já não se suportam. Quando ele chega, ela sai. E vice-versa. Otilia julgou que tal infelicidade seria neutralizada pela força do ideal que abraçara e em função do qual vinha ocupando os seus dias. Mas isto não aconteceu. Bonita e viçosa, de vez em quando, é invadida pela tentação de relacionar-se amorosamente com outros homens. E só não tem cedido devido à férrea disciplina do Partido, a qual não admite futilidades no cumprimento de suas deliberações. Graças a isso, ela vinha encontrando forças para resistir àqueles ardentes desejos, que brotavam-lhe espontaneamente, como uma necessidade material de seu corpo.

Agora, porém, as palavras de Gentil instigaram-na. E, como naquelas poucas folgas noturnas, vê-se Otilia nos braços de alguém cujo rosto — bom de sentir — torna-se indefinido com o desfiliar de suas sensações agradáveis. Estas surgem de um beijo, de um abraço mais apertado, de um sorriso e das palavras do imaginário amante. Mas agora ela tem a chance de transformar estas fantasias em realidade. Então, vira-se para o Gentil, sorridente, quase resvalando seus lábios na face dele, e lhe diz com voz meiga: «Estou sendo atormentada por esse mesmo motivo. Sou também solitária e sofro com a falta de uma companhia para as ocasiões como esta. Se você quiser, ao sair daqui podemos ir ao cinema. A esta hora já não terei mais nada que fazer em casa».

«Combinado» — disse-lhe Gentil. E sairam um a um do aparelho. Na rua, dois quarteirões dali, deram-se os braços afetuosamente.

Na próxima semana: o Perfil de um Militante.

Roque de Osasco

ENTREVISTA

Roque Aparecido da Silva é o primeiro dos líderes operários brasileiros banidos que voltou ao País, depois de um longo exílio iniciado a partir de 1971, quando juntamente com outros 69 companheiros de luta contra o regime militar, foi trocado pelo embaixador suiço. Primeiramente no Chile, até a queda de Allende, depois na Suécia e mais tarde na França, onde viveu os últimos dois anos, Roque um dos dirigentes da grande greve dos metalúrgicos de Osasco, teve uma rica experiência em contato com o movimento operário internacional. Hoje, formado em Sociologia, sem esquecer os seus compromissos com sua classe, ele fala com exclusividade ao EM TEMPO.

Quem é você?

— Eu vivi até os quinze anos de idade no norte do Paraná, trabalhando no campo. Em 62 eu vim pra Osasco e em seguida comecei a trabalhar na **Cobrasma**, onde trabalhei até 67. Em 66, nas eleições da Comissão de Empresa da **Cobrasma**, eu fui eleito Secretário e o João Ibrahim, Presidente da Comissão. Posteriormente, com a vitória do MDB nas eleições municipais de 67, onde a gente tinha apoiado o candidato a prefeito e dois candidatos a vereador, eu fui indicado prá participar do gabinete do prefeito, onde estive durante um ano, até março de 68. Em março de 68, saí da Prefeitura e voltei prá fábrica. Entrei na **Mecânica Sampson**, como ajudante de torneiro mecânico, onde trabalhei até a greve. Bom, aí na época da greve, começou a perseguição policial e eu estive fora de Osasco até fevereiro de 69, quando fui preso. Após uns quinze dias de tortura, interrogatório e tal, estive dois anos preso, quando em janeiro de 71 fui trocado pelo embaixador suíço, indo pro Chile. Então, minha participação aqui se deu basicamente na **Cobrasma**, a nível de Comissão de Empresa; na atividade política mais geral que a gente desenvolvia em Osasco, a nível da própria administração municipal, e no 1º de maio e na greve. Foi o fundamental da minha participação. Posteriormente, estive no Chile de 71 a 73. No Chile trabalhei no sindicato do Instituto Nacional de Cadastramento Nacional, que era o SENAI chileno, no setor cultural, participando então de todo processo de reorganização dos sindicatos ocorrido no governo Allende. Com o golpe no Chile, refugiei-me na Embaixada da Argentina. Indo pra Argentina, passei 25 dias preso em Ezeiza mesmo. Através de um hebeas-corpus fui liberado, mas tendo cinco dias pra abandonar o pis. Aí, o único país que aceitou foi a Suécia. Estive três anos na Suécia. Os meus dois últimos anos de exílio foram em Paris.

— Você estudou na França, na Suécia?

— Sim, já no Chile. Posteriormente, na Suécia, continuei estudando. Além de um curso de Sociologia, fiz também um curso de especialização em Controle de Qualidade, e na França eu concluí o mestrado em Sociologia.

E o que você pretende fazer agora aqui no Brasil?

— Bom, eu estou chegando e procurando ver o campo que oferece melhores oportunidades de inserção social e de atividade profissional. Possivelmente, eu continuaria um trabalho de pesquisa sobre o movimento sindical. A tese de mestrado que eu defendi em Paris tem o título de «Atrelamento e Independência Sindical no Brasil — Uma tentativa de reconstituição histórica», onde eu procuro ver como se dá o atrelamento dos sindicatos seja ao Estado, seja a partidos políticos, no período anterior a 64 e como, nos inícios dos anos 60, se dão que poderíamos chamar de uma inversão do movimento sindical, deixando o mesmo de ter uma característica muito mais de cúpula e passando as bases a ter um peso muito maior em todo processo de desenvolvimento das lutas sindicais. Possivelmente, vou receber uma bolsa do Conselho Mundial de Igrejas por um ano, prá continuar esse trabalho de pesquisa. Então, vai depender dessas condições. Se for possível, continuaria um trabalho no campo de pesquisa sobre o movimento sindical.

— Você saiu de Osasco, foi metido num avião, caiu no Chile e foi parar na Europa. Essa trajetória toda, que representou para você?

Para minha visão do movimento sindical teve uma importância muito grande a nossa experiência lá em Osasco, que deixou marcas bastante importantes. A questão, por exemplo, da autonomia e da organização democrática de base dos trabalhadores, em relação com os partidos políticos. Agora, posteriormente no Chile e na Europa a gente viveu ou se informou sobre várias experiências que enriqueceram muito toda a nossa visão sobre o movimento sindical. Vou dar alguns exemplos das últimas experiências que observamos no sindicalismo italiano:

As características do seu avanço são muito importantes de serem acompanhadas de perto. Como em outros países da Europa, a Itália tem três Centrais Sindicais ligadas a três Partidos Políticos que atuam na realidade política italiana. A partir dos anos 60, começa a haver questionamento, pelas bases, do tipo de encaminhamento dado pelos partidos políticos em relação ao movimento sindical. De tal forma que hoje, o Partido Comunista Italiano e a Democracia Cristãcontinuam sendo importantes partidos eleitorais da classe operária ; entretanto, na condução da lutas operárias, na dinâmica do movimento sindical, a influência desses partidos não têm maior peso. Tanto, que na Federação dos Metalúgicos, que é a categoria mais importante, já se superou a própria divisão que existe ao nível da três Centrais Sindicais. Então já existe uma Federação única dos Metalúrgicos. Existe toda uma perspectiva desenvolvida a partir das comissões de empresas, que se caracterizam como uma organização de democracia de base, que se expressa a nível mais regional, a nível do que eles chamam de democracia direta, que é uma espécie de federação de todos os núcleos de base, que não é paralela, mas que imprime uma dinâmica à própria estrutura sindical e que na prática vai transformando essa estrutura sindical. Nas últimas negociações de salários o secretário geral do PCI foi chamado pelo governo prá colocar o problema de que uma das questões fundamentais para a superação da crise atual que está vivendo a Itália — era que se estabelecesse um acordo para que durante um determinado período se eliminasse a escala móvel de salários. No outro dia de manhã, todas as bases sindicais que estão ligadas ao próprio PCI saíram para as ruas anunciando greves se houvesse esse acordo lá em cima. Então, imediatamente a própria direção do PCI negou que tivesse feito algum acordo para acabar com a escala móvel de salários, dizendo que ela era uma conquista importante dos trabalhadores. Enfim, é a dinâmica real do movimento sindical que vai se imprimindo no desenvolvimento geral. Outro aspecto: ao nível das organizações de base, quando do contrato para a construção da filial da FIAT em Minas também tendo em vista a defesa dos interesses dos próprios trabalhadores italianos, mas que por outro lado é também expressão do poder dessa organização de base) a comissão de empresa da FIAT na Itália, impôs que não houvesse nenhum tipo de importação de produtos produzidos aqui no Brasil, para a Itália. É um aspecto de defesa de seu trabalho, de uma demonstração da força que tem essa organização de base influindo mesmo em aspectos da própria direção da empresa. Isso por ter a característica de ser unitário, de base, autônomo. Esses vários tipos de experiência do movimento sindical internacional, contribuem bastante para hoje vermos a realidade do movimento sindical aqui no Brasil, e nessas questões que coloquei estão bastante influenciadas pela experiência do movimento sindical internacional e ao mesmo tempo que a própria evolução do movimento sindical aqui no Brasil, tem algumas dessas características já presentes.

— Como você vê hoje a reconstrução do movimento de massas no Brasil?

— Aí eu queria fazer uma ressalva, que nisso meu acompanhamento foi do exterior, então a possibilidade de avaliação é bastante limitada. Pelo que eu entendi da retomada do movimento, indiscutivelmente uma das questões importante foi o papel dos movimentos de base, da Igreja, que em todo o período áureo de repressão manteve determinadas portas abertas, manteve um trabalho junto com a classe operária, inclusive o próprio retomar das oposições sindicais teve como uma das bases importantes esse próprio trabalho da Igreja. É importante ver isso, para avaliarmos com quais setores é importante o trabalho unitário ao nível das bases. Por outro lado, a nova dinâmica que passa a assumir o movimento sindical a partir dos anos 60, vai ser determinante para essa nova característica que assume o movimento sindical no último período. Outro aspecto importante, é o próprio crescimento industrial desse período e próprio crescimento da classe operária, o peso muito maior que passa a ter hoje a classe operária na sociedade brasileira, e ainda a importância que passam a ter dentro da classe operária as grandes indústrias, onde existe uma relação, um contato entre um número muito maior de trabalhadores. E por último a própria crise política mais geral que também abre determinadas possibilidades, com maiores dificuldades para a expressão do movimento sindical. A soma desses vários fatores vai justificar já a partir dos anos 73, 74, o início das primeiras greves, das primeiras paralisações, e uma acumulação de forças aí, até a grande explosão já em 78. essa grande explosão, essa situação de crise geral da sociedade, foi importante. O outro aspecto que acho importante é ver que o que existe de mais antiquado na sociedade brasileira é a legislação sindical. Então, existem determinados aspectos dessa legislação que já foram superados pela realidade objetiva. Isso é um elemento importante para fazer surgir dentro da própria estrutura sindical setores e dirigentes sindicais que passam a desenvolver um nível de questionamento a essa estrutura sindical, mesmo que alguns não exijam a sua revogação completa, entretanto questionam aspectos importantes dessa estrutura sindical. Esses elementos estão presentes nas greves de maio de 78, vão colocar por exemplo já no congresso da CBTI a constituição de todo um setor de dirigentes sindicais contra determinados aspectos dessa estrutura sindical determinado tipo de peleguismo, como Ari Campista e outros. Esses setores mais o trabalho de base que vem sendo desenvolvido há muitos anos pelas Oposições é que criaram a atual vitalidade do movimento sindical. É fundamental para que o movimento (que ainda é recente, que tem limitações muito grandes) continue se desenvolvendo o máximo possível de lugar para o trabalho de base, além de buscar efetivamente desenvolver-se tendo como eixo da luta a conquista de independência sindical (portanto contra a CLT e todo atrelamento que ela representa); pela autonomia sindical em relação aos partidos e tendências políticas, com organização democrática, garantindo a expressão das várias tendências políticas. Este é um elemento fundamental para que se continue avançando e supere as próprias limitações que possam existir hoje.

— Alguns setores preconizam a falência do sindicato oficial atrelado, enquanto instrumento de organização dos trabalhadores são procedentes?

— Acho que essa tese subsiste ainda, mesmo com a nova realidade que está se colocando aí. De fato ela tinha certa influência em 67, 68. Entretanto, acho que com as oposições sindicais, a partir do momento que se constituem logo após 64, sempre foi colocado que por mais atrelado que seja o sindicato oficial (sem conseguir ser um instrumento efetivo da classe nas suas reivindicações econômicas) ainda é um referencial que a classe tem para se encontrar, para travar a luta, ainda é o único canal que existe. Isso era em 67, 68 e é hoje. Por um lado, vendo de um determinado prisma de análise, as concepções, as teses que caracterizam a falência dos sindicatos enquanto órgãos aglutinados dos trabalhdores, estão falidas a cada vez tem menos peso. Por outro lado temos que considerar também que esta estrutura sindical está falida, entretanto ainda tem um fôlego de subsistência muito grande, na medida que ainda é o único instrumento. Sua derrota final ainda tem um longo processo de luta, que passa fundamentalmente, no meu entender, pela afirmação dentro desse movimento de uma nova perspectiva, de uma nova organização pelas bases, e não como algumas tendências colocam — negar esse sindicato oficial e organizar sindicatos paralelos. Que no momento não tem nenhuma representatividade. Nesse sentido, as experiências das comissões operárias na Espanha têm uma importância bastante grande. Ao mesmo tempo que participavam do próprio sindicalismo franquista, desenvolviam todo um trabalho de base. E no momento de uma dada conjuntura política o sindicato franquista foi jogado no lixo, e se tornou o sindicalismo real, aquele que vinha sendo construído a partir das bases.

Combatíamos a estrutura sindical de dentro dela

— Como se deu o processo de reorganização operária em Osasco, depois de 1964? Particularmente a construção da Oposição Sindical?

— Concretamente acho que a origem das bases da Oposição Sindical de Osasco estão nas comissões de empresa, da Cobrasma e da Braseixos que já se formam em 61, 62; Depois de 64, a comissão da Cobrasma, que rapidamente a partir de 65 atinge uma expressão, uma representatividade bastante grande entre os trabalhadores. A ampliação da comissão da Cobrasma dentro do sindicato, em todas as assembléias, foi um outro elemento importante. Eu acho que a característica dessa participação contrariamente a alguns setores de Oposição Sindical de outros sindicatos, é que existia uma diferença — no nosso caso a gente não tinha como palavra de ordem constante e quase exclusiva de «fora pelegos, fala operário», que eram palavras de ordem que se levava em determinados setores. A gente tinha palavras de ordem afirmativas. Em cada questão que se estava discutindo, a gente encaminhava uma proposta ou uma alternativa para a luta e o desenvolvimento do trabalho. Naquilo que a direção do sindicato estava de acordo, a gente marchava junto, e naquilo que se colocava as diferenças havia a separação clara. Entretanto toda a atuação da gente era no sentido afirmativo, de propostas, e não tinha como base a negação, a crítica, mas a afirmação de uma nova perspectiva. Esse aspecto foi importante e a partir da atuação da comissão da Cobrasma, começou a se ampliar. Companheiros de outras fábricas que a partir de toda a repressão de 64 ficaram retraídos, passaram a procurar a comissão da Cobrasma e começar a se organizar dentro de suas fábricas e a se ampliar a Oposição Sindical. Em 65, já através das assembléias e dos congressos, encontros sindicais que existiram, houve participação da Oposição de Osasco, já que os delegados eram eleitos em assembléias. Esse trabalho vai se completar no momento das eleições em 67 quando se dá, através de uma discussão dos vários companheiros das várias fábricas, inclusive de várias tendências políticas, a discussão democrática das bases fundamentais de um programa. Depois, num fim de semana, se reúnem os companheiros de todas as fábricas para aprofundar a discussão e elaborar o programa e designar os companheiros que compariam a chapa; a forma democrática foi um outro aspecto que contribuiu bastante para fortalecer o nosso trabalho junto às bases. Mesmo assim, no momento das eleições, o que garantiu a vitória da oposição nas eleições foi a grande votação que recebemos na Cobrasma, que era uma grande empresa. Nas outras grandes empresas houve certo equilíbrio, em pequenas empresas a gente perdeu. A grande sindicalização que havia na Cobrasma e a vitória expressiva que lá tivemos garantiu a vitória da chapa da Oposição, contrariamente ao que outras tendências da esquerda, mais tradicionais, diziam — que era uma aventura sairmos com uma chapa de Oposição e principalmente com um programa considerado radical para aquela realidade. Que era um programa que defendia a luta contra o FGTS, contra o arrocho salarial, pela independência e autonomia sindical, pela liberdade e estabilidade das comissões de empresa, pela sindicalização em massa, esses os pontos básicos do programa que a gente apresentara. Acho que foi justamente esse programa que garantiu também a expressiva vitória da chapa de Oposição. Em seguida veio a atuação no sindicato. A partir da vitória da Oposição Sindical, o Sindicato de Osasco teve uma mudança muito grande, apesar de continuar com o mesmo enquadramento legal. Buscou-se aprofundar a organização nas fábricas, se realizavam periodicamente assembléias por firmas. As assembléias eram importantes, para o conjunto dos metalúrgicos de Osasco, preparadas seja através de discussões por grupos de fábricas, seja em cada fábrica, para preparar o conjunto dos trabalhadores para as assembléias gerais, onde iria se decidir o conjunto das questões. De certa forma a diretoria do sindicato não decidia sozinha sobre nenhuma das questões mais importantes do desenvolvimento da atividade sindical de Osasco. O conjunto das questões mais importantes era decidido nas assembléias de todos os trabalhadores. Nesse sentido é que se dá de certa forma, na prática, um desconhecimento de tudo que representa a estrutura sindical oficial na relação da direção do sindicato com as bases. Enfim acho que podemos ver também os erros cometidos, não fomos conseqüentes com a visão de consolidação do trabalho das comissões de empresas, o aspecto da facilidade de contar com o sindicato, com a sede sindical, nos levou a que não tomássemos o devido cuidado e a devida preocupação na consolidação dessas comissões de base, e mesmo outros aspectos de dificuldade.

No momento já da greve, nós tínhamos a comissão de empresa legal, na Cobrasma, com estabilidade para seus membros, que eram 38, 2 representantes por cada uma das 19 seções da fábrica, era reconhecida pelos patrões, em função da acumulação de forças lá dentro. Eu era secretário da comissão de empresa, em 65; houve lá uma série de problemas na seção que eu trabalhava e eu fui demitido, fui mandado embora pela seção. Eu cheguei na Seção de Pessoal e me disseram que eu estava demitido. No entanto no outro dia tiveram que voltar atrás, em função do acordo que tinha sido feito com a comissão e a afirmação de que eu fazia parte da comissão e de que se mantivesse a decisão, haveria greve na fábrica . Em função disso então houve o recuo e eu fui reintegrado. Isso mostra que era a acumulação de forças que mantinha a estabilidade. Era a organização e a mobilização permanente dos trabalhadores dentro da fábrica que garantia essa conquista. Esse é um dos aspectos importantes inclusive como reafirmação prática do que alguns companheiros diziam, que só a organização permanente das fábricas pode garantir as conquistas do trabalhador. Havia também organização semelhante na Lonaflex. Nas outras fábricas havia os grupos de fábricas, mas ainda não tinham conquistado esse nível de organização. Toda a relação do sindicato com as comissões de fábrica e os grupos de empresa eram nesse sentido de consulta permanente, de discussões permanentes. Periodicamente tínhamos reuniões com os companheiros, para se discutir as situações reais em todas as fábricas. E com todas as limitações da época, se discutia tanto legislação sindical como a situação política nacional. Isso então garantia uma participação bem mais efetiva das bases no conjunto das decisões que se tomava. A nossa experiência mostra como uma Oposição sindical que vence uma eleição no sindicato pode atuar e, efetivamente, manter a sua perspectiva de oposição à estrutura sindical, controlando ao mesmo tempo, o sindicato oficial, efetivamente contribuindo para as organizações de base, a democracia a partir das bases, construindo de fato um novo movimento sindical, mesmo quando está sob o comando deste sindicato atrelado.

Muito se tem falado sobre a integração operários e estudantes em Osasco devido ao fato de que muitos trabalhadores eram ao mesmo tempo estudantes. Alguns consideram prejudicial isso. E voce?

— Primeiro, tem que se ver que a grande maioria das lideranças sindicais em 66, 68, eram caras bastante jovens, e grande parte deles fazia ginásio ou colégio à noite. Assim, a gente vai ter, por exemplo o Barreto, que era membro da comissão de empresa da Lonaflex, posteriormente da Cobrasma, e ao mesmo tempo foi presidente do Centro Estudantil Osasquense. Nesse sentido o que existia era uma efetiva integração física, da perspectiva de luta geral seja da luta sindical, seja a luta estudantil. E a integração estava justamente naquilo que coincidia objetivamente com os interesses da luta contra a opressão e repressão que existia. Nesse sentido, o peso fundamental de quase todos era dado fundamentalmente em relação ao movimento sindical. Tanto que os companheiros que estudavam à noite, tinham como vinculação principal a luta sindical. A gente não pode ver apenas no caso de Osasco, a experiência de integração do sindicato e das entidades estudantis. A gente tem que ver também a vinculação que existia com o trabalho desenvolvido em bairros, com a Associação de Amigos de Bairros, com o trabalho de base que existia também na Igreja, bem como a participação na diretoria do sindicato de vários companheiros da Frente Nacional do Trabalho, que em todo aquele período lá teve uma atuação conseqüente. Então havia vários de níveis de integração do trabalho, mas o que dava a tônica principal era o movimento sindical. Também na nossa tinha grupos de teatro, lá na Cobrasma tinha um grupo de teatro, em 66, quando teve o início do Festival da Música Popular em Osasco, só com caras de Osasco.

No funcionalismo a ordem é avançar

O Ato Público de hoje, dia 3, e a procura de um respaldo da população e setores democráticos da sociedade são as formas encontradas pelo funcionalismo para reagir contra o descaso e as ameaças de punição do Governo. É concenso a necessidade de avançar na luta, para mudar a correlação de forças e provocar o reinício das negociações.

Por Jesús Varela

O movimento grevista do funcionalismo público do Estado de São Paulo, encontra-se esta semana, e particularmente nesta quinta-feira, em um momento fundamental. É quando vão se definir os rumos da greve, depois que o governador Paulo Salim Maluf praticamente fechou as portas de um entendimento após a segunda reunião de negociações, já que não abriu mão dos índices já fixados em sua mensagem rejeitada pela Assembléia Legislativa, reafirmando seu propósito de não ceder, ao mesmo tempo que recolocou a possibilidade de punições.

Para os grevistas, a questão de momento é como reiniciar os contatos com o Governo e como avançar na luta. Definido, já se tem a intervenção da Comissão de Justiça e Paz que se colocou à disposição para atuar como porta-voz dos grevistas junto a Maluf e seu secretariado, o ato público, que se realiza nesta quinta-feira, na Faculdade de Medicina Pinheiros e a criação de respaldo popular através de reuniões e campanhas informativas.

Da semana passada para cá, mudou o panorama da greve. Depois de várias tentativas de esvaziá-la, todas sem êxito, aderiram ao movimento as casas da lavoura do interior e os motoristas, cobradores e mecânicos da CMTC — Companhia Municipal de Transportes Coletivos — estes reivindicando 80% de reajuste, sem desconto dos 20% conseguidos no ano passado. Há rumores, ainda, de que em breve novos setores poderão aderir, especialmente as Secretarias da Fazenda, Administração e Planejamento, com o que o governador teria que negociar sem condições já que essas secretarias são consideradas vitais para a administração pública.

AVANÇAR

Para o avanço da luta da categoria, Paulo Frateschi (representante dos professores na Coordenação Geral Permanente da Campanha Salarial Unificada do Funcionalismo Público) tem como, necessário, alem do ato público de quinta-feira, a «criação de respaldo da população através de reuniões e uma campanha de esclarecimento público, objetivando adesões». Isto porque, «nas negociações ficou claro que o governo não é um mero administrador da coisa pública. Ele tem setores da burguesia como parceiros e hoje ele investe capital. A questão do orçamento é decidida através de pressões», cabendo a maior parte do bolo a quem tem maior poder de barganha. Assim, «a indústria automobilística leva boa parte desse bolo, através da construção de estradas, viabilizando seu mercado; a indústria da construção civil faz com que se construam obras faraônicas sem utilidade para a população e o setor do capital financeiro joga com o dinheiro do estado, inclusive o dos funcionários, que recebem seus salários com um mês de atraso». Como o funcionalismo não é parceiro do Estado, a única forma de pressão seria o avanço do movimento popular. Como esse avanço não houve nos últimos 15 anos, o governo não acredita nele. Esse é o combate político».

Sobre isso, Ricardo Maranhão, também membro da Coordenação, representando a Adunicamp diz: «o movimento, apesar da tensão que o governo faz desabar sobre a opinião pública e o funcionalismo, ainda está num momento de pico. O seu avanço depende da efetivação das seguintes medidas aprovadas pela coordenação: o ato público de quinta-feira, com ampla convocação através de folhetos distribuídos no centro da cidade, para estimular os setores ainda vacilantes e a população em geral e, paralelamente, a continuidade das gestões para negociação com o governo, através da Comissão de Justiça e Paz.

REABRIR AS PORTAS

Deste avanço, depende o reinício das negociações, já que está claro para os grevistas que só com pressões elas serão retomadas. Nesse sentido, Paulo Frateschi diz que «as portas fechadas devem ser reabertas, já que elas se fecharam para ganhar tempo, acreditando numa desmobilização no decorrer da greve. Nós temos que contar com o desgaste do governo através da pressão das massas. A luta tem que ser por um desgaste político, pois economicamente não dá, já que não somos setor produtivo e o Governo não está preocupado com a população, se ela tem atendimento médico, se seus filhos vão à escola, etc».

«Precisamos desgastar politicamente o Governo e levar a população a ter uma solidariedade ativa ao movimento, como as assembléias de bairros que estão nos dando apoio, e a formação de um comitê de solidariedade e apoio aos grevistas, que está sendo objetivado pelo Movimento Custo de Vida, Comitê Brasileiro de Anistia, Grupo de Mães e Associações de Bairros.

Essa solidariedade comprometida tira a possibilidade do Governo jogar com a população».

Ricardo Maranhão diz que «o bloqueio nas negociações deve ser rompido através de pressões da opinião pública e de setores democráticos, parlamentares e da Igreja. Já estão sendo feitas gestões nesse sentido através de uma representação que se reuniu com a Comissão de Justiça e Paz, na última segunda-feira, que deixou claro a disposição de ser nosso porta-voz, e a possibilidade do cardeal D. Paulo Evaristo Arns interceder junto às autoridades contra o congelamento das negociações. É importante lembrar que o diálogo já foi conseguido por nós, graças a mobilizações de massa diante do palácio, como a da semana passada que reuniu mais de 10 mil funcionários nas portas do Palácio dos Bandeirantes.

GARANTIR UNIDADE

A possibilidade de uma nova tentativa de negociação em separado por alguma entidade ou setor grevista, a exemplo do CPP — Centro do Professorado Paulista — foi descartada pelos funcionários. Maranhão diz que esse perigo é escasso, e a prova disso é a visita do secretário da Administração, Wadih Helou, ao Hospital do Servidor Público, na segunda-feira, quando antes que ele dissesse a que foi, os médicos e funcionários deixaram claro a intenção de rechaçar qualquer proposta de negociação em separado. PauloFrateschi vai mais longe e diz que o caso do CPP fazia parte de um plao que tentava colocar o presidente da entidade, Solon Borges dos Reis, na cabeça do movimento e decretando a greve, para depois haver a negociação e desmobilizar o funcionalismo, a exemplo do que aconteceu com os metalúrgicos paulistas, no ano passado, que teve a greve decretada pelo Joaquim dos Santos Andrade, presidente do sindicato, para depois esvaziá-la.

De todas as questões com que o funcionalismo público se defronta hoje, a mais polêmica, entretanto, é a da assembléia geral conjunta, indispensável para alguns, e prematura e inoportura para outros, a assembléia geral é o ponto de atrito que tem gerado mais debates dentro da coordenação.

Maranhão diz que «a questão foi proposta várias vezes ao conjunto das entidades envolvidas, pelos representantes dos professores de 2º grau. Levada às assembléias setoriais ela foi considerada, por votação, prematura e inoportuna, dentro da perspectiva de que o trabalho de unidade do funcionalismo teria numa assembléia geral um ponto culminante, após longa preparação nas bases, e não num ponto inicial ou intermediário. A questão seria prematura devido ao estágio ainda inicial de organização estadual do funcionalismo, em que o princípio de assembléias setoriais tem se revelado a forma organizatória mais eficiente. E sua inoportunidade se deve à posibilidade de acontecerem disputas «no grito» devido à escassez da preparação, o que comprometeria a unidade do movimento».

TODOS JUNTOS

Para Paulo Frateschi, entretanto, a questão da assembléia geral ainda se coloca, mas não para agora quando não há nada a deliberar. Ela deve existir depois de negociações, para decidir se a greve continua ou não. «Reiteramos as assembléias setoriais, mas vemos a necessidade de uma assembléia geral, mesmo porque, nós não iniciamos a greve conjuntamente. Primeiro foram os municipais, depois professores e funcionários do Hospital do Servidor e no dia 17 todos. Logo não entendemos a greve como sendo geral. É necessário um comprometimento desses vários setores com a unidade do movimento. Uma decisão de voltar ao trabalho, por exemplo, deve partir de uma assembléia geral e não de assembléias setoriais. E também para tirar as formas de organização futuras do funcionalismo público, que já se coloca. Que tipo de associação será essa, que nem uma assembléia geral fará? Essa entidade só pode sair de uma assembléia geral, para que tenha o respaldo da massa».

«Outra coisa. O Interior já faz assembléias gerais dos funcionários. Por que isso não pode ser feito em São Paulo? O argumento de manobra não procede, já que somos maioria aqui e lá no interior também».

Plantão de greve

Por Cândida Vieira

Helena e Cleusa batem um papo muito animado. Elas estão em greve e se reunem diariamente na sede da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas. Helena, auxiliar de enfermagem, ganhando um salário de Cr$ 6.000,00 diz que sua vida não mudou muito com a greve. Ela trabalha normalmente das 7 horas às 16,30 horas, mora no Jabaquara e se levanta às 4,30 horas, porque tem uma série de afazeres em casa, pois tem um casal de filhos. Com a greve o ritmo de vida continua o mesmo: «isso porque a gente vem e bate o cartão de ponto quatro vezes por dia e permance na associação, no caso de haver necessidade alguma emergência no hospital».

Até agora ela não foi chamada para ocupar nenhuma escala, porque no seu setor, o de neurologia, algumas pessoas estão furando a greve. «Se eles estão furando a greve, que trabalhem. Agora, se eles faltarem e for necessário atender os pacientes então eu irei». Mesmo sem muitas mudanças no dia a dia, Helena reconhece que «está dando para por suas visitas em dia, cada dia eu visito uma amiga minha».

A sua amiga Cleusa, atendente de enfermagem, confessa que está um pouco cansada de ficar na associação, «já que se está acostumada a trabalhar todos os dias. Seu horário de trabalho é das 13.30 às 20,30 horas há seis anos e o salário de apenas Cr$ 3.900,00. «Eu fico muito tensa com a greve. Não é por receio de perder o emprego não. Com esse salário se arruma outro fácil. Na verdade, a vontade é ver que se chegue a uma solução». Mas ambas concordam que apesar do cansaço de ficar várias horas na associação, é necessário a continuidade da greve para se obter melhores salários.

FIRMEZA E CANSAÇO

Na sede da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas apesar de uma série de debates, palestras, peças de teatro e filmes, ainda sobra muito tempo. E muito comum ver várias mulheres fazendo tricô e crochê, se preparando para o inverno. Outras lêem livros ou fotonovelas, outras ainda fazem palavras cruzadas, conversam ou simplesmente cochilam apanhando um pouco de sol através das janelas. As atividades de lazer para os homens também são a leitura, jogos de ping-pong, damas ou dominó e longos bate-papos. Para Waldionor Rodrigues, servente de copa, acostumado a servir refeições para 30 ou 40 pacientes, no seu horário de trabalho das 6,30 às 15,30 horas, a vida diária também não mudou muito. «Continuo marcando o ponto e até agora não fui chamado para nenhuma escala, que é organizada pela nutricionista chefe. Isso porque tem muito menos pacientes no hospital».

Segundo informações o movimento do Hospital das Clínicas, considerado o maior Hospital da América Latina, que era em média de 1.500 pacientes caiu durante a greve para aproximadamente 200. Estão em funcionamento o pronto-socorro, as terapias intensivas e as enfermeiras com pacientes internados. Segundo uma enfermeira, na realidade, os pacientes são melhor tratados do que em épocas normais, pois existe uma grande deficiência de funcionários no funcionamento normal do hospital, por causa dos baixos salários e também por contenção de despesas.

A greve do Hospital das Clínicas foi muito bem organizada em termos de se manter o atendimento da população nos casos de emergência, tanto que o superintendente do hospital, Primo Curti já enfatizou várias vezes que «dentro da atual conjuntura, a situação é das melhores». E destacou: «há um grande respeito funcional e, até mesmo o movimento reivindicatório tem agido de maneira bastante responsável, colocando acima dos interesses momentâneos a saúde da população, mantendo em funcionamento dentro da mais perfeita normalidade as unidades de emergência e pronto-socorro».

Segundo a enfermeira A.V.C., que trabalha no setor de recuperação de cirurgia, todos os funcionários assinam o ponto de entrada e saída e se cumpre rigorosamente as escalas, que são organizadas pelas enfermeiras chefes. No seu caso, o setor de recuperação está sem pacientes; automaticamente ela passaria a dar plantão na ala sul, que contava com 9 pacientes. Mas como o setor estava coberto ela não trabalhou, mas «a gente está sempre preparada para trabalhar porque não pode haver omissão».

COMO AGUENTAR

Existe uma certa tranquilidade entre os funcionários públicos porque correm informações de que eles receberiam normalmente os seus salários este mês, porque a folha de pagamento estaria pronta, baseada nos salários do mês anterior, com exceção dos funcionários e professores da USP, que teriam seus salários processados por computador na própria Cidade Universitária. Eles estão assim ameaçados de não receberem seus salários em dia.

Mas como forma de se prevenir, o funcionalismo de um modo geral está organizando um fundo de greve, com lançamento de bônus a serem vendidos intensamente ao conjunto da população.

Uma experiência interessante na área de alimentação aconteceu já alguns dias na sede da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas. Com doações obtidas no Ceagesp, se organizou uma mini-feira, que arrecadou Cr$ 11.000,00 em pouco tempo.

Além da arrecadação do dinheiro para o fundo de greve, os associados do HC compraram produtos por preços bem abaixo do custo. Assim, um quilo de cebola era adquirido por Cr$ 6,00, quando normalmente nos supermercados de São Paulo é vendida até Cr$ 22,00. O mesmo acontecia com outros produtos como o tomate vendido a preços bem baixos, quando a população nas feiras paga preços exorbitantes que oscilam entre Cr$ 18,00 e Cr$ 26,00. Outras soldariedades têm vindo de padarias e empórios da região, que enviam café, açúcar e outros gêneros alimentícios.

O moleque Maluf

Durante vinte dias, desde que foi iniciada a greve dos funcionários públicos estaduais, o governador biônico de São Paulo, Salim Maluf, só soube reagir com ameaças. E estas continuam. Maluf deve estar lamentando o fim do AI-5 (que tanto defendeu, até agosto de 1977) e que governos passados tão bem souberam usar para abafar os movimentos reivindicatórios. Houve ano, por exemplo, que Laudo Natel nem se dignou a dar qualquer aumento ao funcionalismo. Se alguém reclamasse, AI-5 em cima.

A história agora é outra, mas Maluf tem aí a Lei de (in) Segurança Nacional e outros dispositivos fascistas para brandir, embora desta vez perante uma massa que se organiza diariamente. Em outras palavras, o tiro pode sair pela culatra.

A verdade, como disse um deputado do MDB na Assembléia Legislativa, na semana passada, é que o problema de Maluf e todos os outros governantes biônicos que aí estão chama-se falta de credibilidade, para dizer o mínimo. «Ele (Maluf) pode dizer que o Estado não tem recursos para pagar os funcionários ou que a situação está difícil, mas ninguém acredita», disse o emedebista.

A própria Arena está em apuros para defender o seu governador. Literalmente os arenistas não sabem onde enfiar a cara dada a intransigência e o cinismo de Maluf durante a greve do funcionalismo. Um deputado estadual arenista dizia no cafezinho da Assembléia, há poucos dias, que os jornalistas não deveriam se surpreender se dentro de algumas semanas os seus colegas começassem a se ausentar do plenário para evitar a bateria de ataques do MDB e as pressões de funcionários (que também são eleitores) que vão à Assembléia diariamente cobrar promessas.

E as chamadas «lideranças» arenistas (Ademar de Barros Filho, Rafael Luldacci, etc) nem querem ouvir falar neste nome. As velhas «raposas» já abandonaram o governador biônico à sua própria sorte, mesmo porque querem estar bem com o presidente biônico e este, como todos sabem, tinha outras preferências...

Tudo isso porque chega a ser inacreditável (para os arenistas e os ingênuos) e mais uma prova do assalto ao bolso do povo (para a maioria, que já esperava) a capacidade de cinismo, sacanagem, falta de vergonha e de mentir do governador biônico de São Paulo. Diante dos exemplos que ele deu durante toda esta greve, a população não tem mais ilusões, se é que as tinha. E mais: o biônico Maluf projeta em São Paulo a imagem, o símbolo, a representação de tudo o que é o regime. O povo responde, repudiando ameaças e fazendo valer seus direitos.

Pois não foi outra a demonstração do funcionalismo durante esta greve. Já no dia 10 de abril Salim Maluf saia a campo para fazer «advertências». Com a maior cara de pau disse que um aumento acima dos «índices possíveis» dentro do orçamento do Estadodeixando também aberta a hipótese de «uma pequena demissão de funcionários públicos». Foi apoiado por seu fiel escudeiro e capacho, o líder arenista na Assembléia, deputado Armando Pinheiro, que afirmou várias vezes que a situação financeira do Estado era «séria» como se séria não fosse a situação do funcionalismo e suas famílias.

No dia seguinte o governador biônico anunciou o que chamou de «reajuste salarial» para o funcionalismo: entre 30 e 35 por cento, descontados os 20 por cento concedidos no ano passado. Foi a primeira reação enérgica dos funcionários, que classificaram o anúncio de um «pseudo moleque» do governador biônico. Era semana santa e Maluf deixou aos seus secretários a tarefa de anunciar o «aumento», futuro para seu palacete em Campos do Jordão.

Alguns jornalistas foram a Campos no encalço de Maluf, já que em São Paulo se organizava a greve dos funcionários, que deveria atingir quase todas as repartições na segunda-feira (os professores municipais e estaduais já estavam paralisados). Os repórteres aproximaram-se, perguntando: «Qual será sua atitude diante das greves?»

«Greve? Que Greve? Eu não estou sabendo de nada. Está tudo em paz, já anunciei o aumento e agora a Assembléia deve aprová-lo».

Até alguns arenistas que estavam por perto ficaram constrangidos. Os jornalistas, graças ao enorme saco que têm para ouvir besteiras, não se abalaram. E Maluf contou mais uma mentira: disse,que publicaria na semana seguinte um decreto «contendo as despesas» e suspendendo nomeações. No mesmo dia em que o decreto foi publicado saiu no «Diário Oficial» uma lista de nomeações e gratificações de cupinchas. Para completar, a primeira-dama, Silvia Lutfalla Maluf, deu uma festa em Palácio para comemorar o seu aniversário. Compareceram cerca de 800 pessoas, que consumiram coquetéis, uísques estrangeiro e chapamenhs francesa.

Os funcionários, na rua, discutiam os rumos de seu movimento. Maluf mandou seu secretário da Justiça fazer ameaças, dizendo que os funcionários seriam punidos com base na Lei de Segurança Nacional. As ameaças foram repudiadas pelos grevistas. Depois, ele mesmo saiu dizendo que «os professores ganham bem e não têm o que reclamar». E lá se foi para Baurú, no seu trenzinho das arábias. Na volta, mandou sete secretários de Estado repetir em documento assinado a ladainha de que «a greve é ilegal e os servidores podem ser punidos».

Surgiu o boato de intervenção em São Paulo e Maluf ficou com medo de perder o emprego. Os funcionários concentraram-se diante do Palácio e o governador biônico aceitou reiniciar as negociações, pois o MDB já havia rejeitado e arquivado sua mensagem de «aumento». Mas não parou com suas ameaças: mandou o secretário de Segurança falar outra vez em Lei de Segurança. O Deops começou a chamar membros do comando de greve. E Maluf, do alto de seu cinismo, volta a fazer suas viagens no trenzinho

UNE: a preparação do Congresso

Cartazes, pichações, milhares de jornais distribuídos, muitas discussões apontam a preparação dos estudantes para a reorganização de sua entidade máxima — a UNE. E ela poderá abrir espaço para que outros setores se organizem a nível nacional, como os Trabalhadores, na sua Central Única.

Por Cândida Vieira

A preparação do Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), a se realizar em 29 e 30 de maio, em Salvador, está de vento em popa. Em São Paulo, dezenas e dezenas de pichações cobrem os muros apontando para a reconstrução da entidade máxima dos estudantes brasileiros. Neste Estado, cerca de 70 mil jornais Pró-UNE já foram distribuidos e provavelmente alguns milhares mais serão impressos para que os estudantes debatam a reorganização estudantil a nível nacional. Em todo o País, segundo um diretor da UEE, deverão ser distribuidos 450 mil jornais. Além disso, centenas de cartazes se espalham em diversos lugares, para chamar a atenção e angariar simpatias do conjunto da população.

UM GRANDE PASSO

Como fase preparatória do Congresso, no próximo final de semana, no auditório Tuca, na Universidade Católica de São Paulo, se inicia um amplo debate de organização para o encontro no final de maio. Na fase de abertura estão sendo convidados parlamentares, representantes da igreja, sindicatos, oposições sindicais, diversos órgãos de imprensa, etc. As próximas duas semanas serão dedicadas a debates e discussões a nível regional e estadual. Na semana que antecede o Congresso deverão ser eleitos os delegados de cada escola, através de assembléias democráticas ou ainda em voto em urna ou representantes por classes.

A reconstrução da UNE, destruida pela ditadura militar, é de uma importância fundamental, não só para os estudantes, mas para o conjunto da sociedade. Esta pelo menos é a opinião quase unânime de diversas tendências estudantis.

Segundo Marcelo Barbieri diretor da UEE de São Paulo, do grupo Refazendo, a UNE terá um peso perante o movimento social no País como um todo, pela importância da unificação de lutas setoriais ou mesmo intersetoriais. «A ditadura teve na UNE um dos inimigos mais tenazes. A reconstrução da entidade é hoje um passo para se forjar de forma política e orgânica uma frente contra a ditadura. Uma entidade nacional dá uma grande força». Assim, dentro desse contexto, os estudantes entendem perfeitamente a posição do Ministro da Educação, Eduardo Portela, quando procurado pela comissão Pró-UNE. O ministro afirmou na ocasião que a UNE não pode ser reorganizada porque ela pode significar um exemplo para outros setores e se organizarem nacionalmente.

Para a tendência Liberdade e Luta, a reorganização do movimento estudantil em âmbito nacional permitirá uma organização centralizada dos estudantes e se tornará numa importante via de acesso para outros setores sociais que lutam contra a ditadura. Para Josimar Mello, diretor do DCE-USP e membro da Liberdade e Luta, a UNE na atual conjuntura assume um significado tão importante que a «ditadura e a burguesia, provavelmente porque não terão condições de desencadear uma repressão a nível nacional contra os estudantes, tentarão evitar que ela venha a ser um instrumento de combate. Basta ver como o MDB propôs que a Câmara fundasse a UNE e a regulamentasse, ou seja, criasse uma entidade de cima para baixo».

A tendência estudantil Centelha, de Minas Gerais, em defesa da reconstrução da UNE aponta ser a reorganização nacional do estudante importante na medida que ao mesmo tempo ocorre uma profunda reorganização dos setores explorados e oprimidos. «Nós estudantes podemos cumprir um importante papel na formação de uma frente única dos oprimidos. A UNE além de representar uma conquista arrancada da ditadura, será um forte apelo a organização independente dos operários e dos oprimidos. Do mesmo modo que nós, esses setores necessitam de sua unidade de ação a nível nacional. Assim, a UNE abre brechas para a criação de uma Central Única de Trabahadores», diz Eduardo Mota de Alburquerque.

MUITOS DEBATES

Para o Congresso de maio grandes debates políticos deverão ser travados. Até agora a maioria das tendências ou correntes do movimento estudantil ainda não estão com posições fechadas, mas sim em fase de discussão portanto, as opiniões expressadas sobre as plataformas para a UNE são mais dos representantes que fizeram as declarações do que das correntes às quais estão ligados. Segundo Josimar Mello, a UNE tem que ser reconstruida como uma entidade autêntica. «Ela terá que ser uma entidade sindical e promover a unidade dos estudantes em torno de seus interesses». Nesse sentido, a UNE deverá ser um instrumento de combate das reivindicações dos estudantes; terá que se definir contra a ditadura militar, responsável por toda política de ensino, verbas, nomeação de reitores, etc. «A UNE independente não pode aceitar nenhum vínculo como o governo ditatorial e nem com o Estado. Deve-se lutar contra a participação dos estudantes nos órgãos colegiados, porque não cabe aos estudantes gerirem os planos da ditadura para a universidade». Além disso, segundo ele, a UNE precisa ser unitária e democrática. Esses seriam os três pontos básicos para a entidade. Outras questões como a Assembléia Constituinte não devem ser o ponto de «racha» para a UNE. A Liberdade e Luta continuará defendendo seus pontos de vista, mas é possível discutir isso dentro da entidade. «O fundamental é garantir a unidade mais elementar».

Esses objetivos básicos para a reconstrução da UNE, com algumas nuances diferentes, são citados também por Marcelo Barbieri, centrado em quatro pontos básicos: garantia de democracia interna na entidade nacional, sua independência em relação ao Estado, se identificar com os interesses populares, ou seja, ser contra a ditadura e defender o ensino gratuito e público para todos. No entanto, Marcelo Barbieri diz que os estudantes não devem se omitir das questões ligadas à própria educação, tais como: a participação nas estruturações dos curriculos; a conquista da democracia na universidade através da participação dos professores, funcionários e alunos e ainda o combate ao controle ideológico, tanto no aspecto da contratação de professores como no conteúdo dos cursos.

Na parte política, uma UNE deveria se posicionar contra a ditadura utilizando-se inclusive do espaço parlamentar e apoiar as lutas dos outros setores sociais, como liberdade de organização sindical, contra o arrocho salarial, a construção da CUT e outros.

Para Eduardo Mota de Albuquerque, do DCE-UFMG, a UNE deverá se estruturar em três níveis principais. O primeiro é o da democracia interna como princípio fundamental. «Ela deve ter uma diretoria eleita com base em amplas discussões e com aparticipação direta dos estudantes na definição de um programa, direcionando assim o movimento de acordo com o pensamento da maioria dos estudantes brasileiros». O segundo nível defendido por ele é o da democratização da universidade, o que significa. transformá-la de um instrumento a serviço das classes dominantes, para colocá-la a serviço da maioria da população. Isso significa lutar pela gestão democrática da universidade, lutar por cursos e pesquisas que interessem ao povo trabalhador. E como terceiro ponto, a UNE deverá ter um papel fundamental na luta pela construção da democracia dos trabalhadores, isto é, deve ter bandeiras como a anistia ampla, geral e irrestrita, por uma Assembléia Constituinte, democrática e soberana. E ainda a UNE deve ser um instrumento de apoio, solidariedade às lutas dos trabalhadores, pela formação de comissões de fábricas, contra o arrocho salarial e outras reivindicações.

Diretas ou indiretas?

Várias tendências ou correntes do movimento estudantil defendem a importância de eleições diretas para eleger a próxima diretoria da UNE. Para Roberto, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, do setor estudantil da Tendência Socialista do MDB/RS, as eleições diretas seriam «não só um instrumento de fortalecimento como uma forma de desgaste para a própria ditadura que nega esse direito à população . Os estudantes estariam não só fortalecendo e ampliando a participação em sua entidade como dariam um exemplo para outros setores da sociedade». Em defesa dessa posição, Luís, da mesma tendência, na faculdade de Filosofia, diz: «as eleições diretas teriam o apoio da população. Sozinhos temos poucas forças para garantir uma eleição nacional. Precisamos contar com o apoio das seções da OAB, das sedes e diretórios do MDB, para garantir a ampla participação, representatividade e lisuras das eleições. Isso nos vincula, também, com outros setores oposicionistas».

Em defesa das eleições diretas estão também Refazendo e o grupo Centelha. A tendência estudantil Liberdade e Luta, embora não esteja com essa questão fechada, segundo Josimar Melo, considera que as eleições para a diretoria da UNE através de delegados é prática tradicional no movimento estudantil e em outros setores. «Isto não só no Brasil, mas também a nível internacional. O importante é que a diretoria seja eleita em cima de um programa e é fundamental garantir que o coroamento da eleição da diretoria tenha sido precedido de discussões amplas anteriores. O Congresso tem que representar uma profunda discussão. Diante disso existem algumas dificuldades para o voto direto, em urna. Isso poderia ser até uma hecatombe, por causa de dificuldades de controle, de se evitar roubos ou fraudes. Basta ver as eleições para o DCE da Usp, quando enfretamos, apesar da vigilância, o roubo das urnas».

Quem dirigirá a UNE?

Uma futura diretoria da UNE dificilmente seria composta por uma única corrente do movimento estudantil. Pelo menos é isso que se comenta entre os universitários. Diante dessa situação é muito natural que surjam algumas composições em torno de alguns princípios e negociações. Um desses pontos de possíveis composições poderia ser apontado pelo comportamento das diversas correntes a respeito da questão parlamentar, que ficou bastante caracterizada no IV Encontro Nacional, de como participar nas eleições de 15 de novembro do ano passado.

Nesse encontro, realizado há oito meses atrás, configuram-se basicamente dois grandes blocos. De um lado existia a posição de voto nulo que obteve 168 votos. de um total de 737 delegados, cuja principal defensora era a tendência Liberdade e Luta. De outro lado, de uma forma ou de outra, propunha-se votação em candidatos do MDB (559 votos). Sobre o apoio ao MDB foram votadas ainda quatro moções. A maior votação (237 votos) ficou para a posição defendida pela antiga Caminhando e Mãos à Obra que defendiam «derrotar a ditadura militar e seu partido, a Arena, votando no MDB. Apoiando principalmente os candidatos populares, aqueles comprometidos realmente com as lutas populares e democráticas, pelo fim do regime, por melhores condições de vida e trabalho e pelas liberdades democráticas».

Com 145 votos, em segundo lugar, colocou-se a tese que propunha «apoio somente aos candidatos populares, aqueles que assumam um programa claro, pelo fim do regime militar; coloquem seu mandato a serviço da organização popular e independente; tenham um compromisso com os interesses populares» Essa posição era defendida basicamente pela corrente conhecida como Refazendo.

Na terceira posição, com 131 votos, se mantiveram aqueles que defendiam votação em candidatos com um programa socialista Nessa proposta votaram correntes como a Convergência Socialista, Resistência e Centelha e por último ficaram aqueles que defendiam um voto irrestrito nos candidatos do MDB (85 votos), proposta apresentada pelo DCE/PUC do Rio e do DCE da Universidade Fluminense.

A partir desse posicionamento, comenta-se no meio estudantil a possibilidade de uma composição de chapas entre as duas primeiras moções, isto é, entre os antigos grupos Refazendo e Caminhando, que surgiria como a grande concorrente para a diretoria da UNE. Comenta-se ainda que caso um desses dois grupos insista na participação do DCE/PUC do Rio e da Fluminense, o outro provavelmente reivindicaria então a participação de outras forças, tais como a Convergência Socialista e outras. De qualquer maneira o grande eixo seriam os antigos grupos Caminhando e Refazendo.

Por outro lado, ocorre também no movimento estudantil que o posicionamento a respeito do Congresso da UNE para este primeiro semestre poderia ser indicação de possíveis alianças. Como se sabe votaram para que o Congresso se realizasse neste primeiro semestre a Liberdade e Luta, Centelha, Resistência, Convergência Socialista e Peleia. Comenta-se inclusive que a tendência Liberdade e Luta estaria aberta ou pelo menos disposta em discutir com essas tendências que chegaram ao formar um bloco em um determinado momento. O Congresso no segundo semestre de 79 era defendido pela ex-Refazendo e numa terceira posição com votos de Mão à Obra, diretoria do DCE da UFRJ e ex-Caminhando propunham ainda um congresso que marcasse um outro para a reconstrução da UNE.

Amazônia
Desmatamento não é só ecologia

Os desmatamentos na floresta amazônica são também responsáveis pelas crescentes enchentes que ano a ano vêm se observando na região. E assim, como num passe de mágica, os lucros da exportação de madeira vêm de um lado, enquanto de outro as próprias enchentes se encarregam da expulsão permanente dos posseiros e pequenos proprietários, abrindo caminho «pacificamente» para as grandes agropecuárias capitalistas.

Por Teresa Antunes

As cheias do Amazonas e de seus afluentes, que este ano, a exemplo do que ocorre no Tocantins, podem ser as maiores já ocorridas, trazem em seu bojo uma série de problemas que afetam a grande maioria da população, em especial a população ribeirinha, os chamados «varzeiros». Apesar de ocasionarem prejuízos de monta, de destruirem as plantações e o gado não retirado a tempo, de fazerem surgir surtos epidêmicos diversos, como malária, febre amarela, tifo e outras, até hoje nenhum dos governos que se sucederam na história do Brasil e da região se interessou em realizar um estudo sério dos fatores que influem sobre o comportamento das enchentes. Inexistem estações de pesquisa e ainda hoje o que os órgãos do governo sabem é o mesmo que o restante da população: que o rio leva seis meses subindo e outros seis vazando, assim como a época em que isso ocorre. Porém, estes dados estão longe de constituir o que há de mais importante e crucial em relação às cheias cíclicas do Amazonas. Mesmo porque, inclusive, não pode avaliar a gravidade da enchente só pela altura atingida pelas águas. Crucial é determinar o tempo em que as águas ficam estabilizadas na cota máxima e a velocidade da vazante. São estes fatores que influem decisivamente na possibilidade de recuperação da vida econômica da maior parte da população da região.

O RIO ESTÁ SUBINDO

As maiores cheias dos últimos anos abrangeram uma extensão de mais de 200 quilômetros ao longo do rio Amazonas, atingindo uma população superior a 250 mil habitantes, 85% da produção da juta amazônica e mais de 350 mil cabeças de gado. O ex-Superintendente da SUDAM considera que elas tendem a se transformar nas maiores do século, superiores à de 1953 que, a 19 de maio daquele ano, atingiu o nível máximo de 7,70 m. Isso é muito provável de correr se se tem em conta que as últimas cheias têm confirmado um fenômeno novo e intrigante no comportamento do «mar-doce» e cujas conseqüências sobre as populações ribeirinhas serão ainda mais desastrosas do que no passado. Desde 1971, o grande rio vem demonstrando uma tendência permanente, a cada cheia, de não retornar ao nível normal de vazante. Com isso, a cada novo ano o rio já começa a encher a partir de um nível mais elevado do que o do ano anterior, com maiores possibilidades de atingir uma altura máxima também superior.

Segundo uma ampla camada de pesquisadores, esse fenômemno é resultado do intenso desmatamento levado a cabo nas áreas próximas ao rio Amazonas e seus principais afluentes. As terras, erodidas pelas águas das chuvas, estariam sendo carregadas para os leitos dos rios. No Amazonas, estas terras estariam se sedimentando em particular num trecho de 700 Km que vai de Parintins a Santarém. Os tecnocratas do governo têm desmentido tais afirmativas, alegando que este desmatamento é muito recente e reduzido para provocar modificações de envergadura num espaço de tempo tão curto. Mas não apresentam alternativa.

Mesmo não encampando totalmente aquela hipótese, já que o fenômeno exige uma pesquisa de maiores profundidades, o certo é que o processo de desmatamento não é tão recente e reduzido, como desejam os técnicos governamentais. A partir da segunda metade da década de 60, o desmatamento realizado pelas grandes empresas agropecuárias assumiu caráter assustador. Em fins de 1971, 280 agropecuárias ocupavam já mais de 30 milhões de hectares e vinham derrubando uma média de 3 milhões de hectares por ano. Só as empresas madeireiras, entre as quais se incluem filiais das maiores empresas monopolistas do mundo, ocupavam cerca de 3 milhões de hectares e 15 mil trabalhadores madeireiros, só na derrubada da virola. A queimada realizada nos dominios da Vokswagen já foi amplamente divulgada, dando um exemplo eloquente da intensidade do desmatamento.

TUDO PARA GRANDES EMPRESAS

A questão dos novos fenômenos e conseqüências das cheias amazônicas assume, assim, um caráter político. Está ligada à política de ocupação da área pelas grandes empresas, patrocinada pelo governo, e se expressa com mais força sobre os camponeses e as grandes massas populares da região. Os «varzeiros», incluídos aí desde os camponeses pobres que não possuem sequer uma canoa, até os abastados e remediados proprietários de rebanhos de 50 rezes, constituem o maior contingente populacional da área. Não possuindo títulos de propriedade, não podem obter financiamentos bancários, sendo extremamente pobres, não têm condições de formar pastos em terra firme; às vezes são obrigados a pagar com o próprio gado o aluguel ou arrendamento de pastagens, quando a situação fica critica. Como regra, mantem o gado dentro d'agua, fornecendo-lhe canarana nos «tesos» e «marombas», onde está permanentemente ameaçado pelas piranhas, bastante abundantes. Esse quadro é ainda mais grave em relação aos juticultores e chega às rais da desolação no caso dos rendeiros (camponeses que são «avisados» pelos comerciantes ou proprietários maiores) que nada possuem e ficam ilhados pelas águas.

Essa parte considerável e majoritária da população em geral não é considerada nos planos governamentais. Basta lembrar que o «pequeno criador», para os órgãos de financiamento como a SAGRI, EMATER, BASA e outros é aquele que possui, pelo menos, 400 rezes. Assim, os programas de financiamento aos «pequenos criadores» atingidos pelas cheias beneficia, na realidade, uma minoria insignificante de fazendeiros. Por outro lado, toda a política dos organismos financeiros visa a desencorajar a construção de marombas, dando ênfase à formação ou arrendamento de pastagens em terra firme e ao transporte do gado para tais locais. Ora, os verdadeiros pequenos criadores não têm condições de estabelecer pastos em terra firme ou de pagar o aluguel pelo seu uso. Com isso, são os fazendeiros e grandes proprietários — 10% do total dos proprietários, mas possuidores de 90% do rebanho — os que abocanham os milhões de cruzeiros, a juros de 7% ao ano, com prazos de 3 anos, supostamente colocados à disposição dos pequenos proprietários rurais atingidos pelas cheias.

Na realidade, o que o varzeiro necessita é de casas mais altas e de madeira melhor; marombas mais seguras, capazes de manter o gado a salvo das águas e das piranhas; e de canoas para entrar nos campos alagados de juta. E, como nem só de gado e juta vive o varzeiro, este necessita ainda de canoas e instrumentos para a pesca e a caça, que lhe forneçam alimentos durante os meses de cheia; de ferramentas, sementes e auxílio técnico que lhe permitam produzir mais amplamente nas ricas terras da várzea durante a vazante.

Essa faixa de várzeas amazônicas, compreendendo mais de 6 milhões de hectares só no trecho entre a confluência do Xingu e a foz do Amazonas, oferece imensas condições de produtividade agrícola e, em lugar de ser abandonada, deveria ser racionalmente aproveitadas. O caboclo amazônico, com sua experiência de muitos anos, expressa o que muitos técnicos têm reafirmado sobre esse aproveitamento: «aqui a pesca é farta e a terra é boa». Apesar disso, os diversos projetos dos organismos oficiais que, em seus propósitos declarados visavam a atender ao varzeiro, ajudando-o a regularizar a posse da terra e a melhorar suas condições de trabalho e de vida, ainda não saíram do papel.

E a médio e longo prazo a política verdadeiramente aplicada pelo governo para as zonas ribeirinhas e a Amazônica em conjunto levará os varzeiros, sejam pequenos criadores de gado, juticultores ou varzeiros pobres, a se transormarem em rendeiros («aviados»), submetidos aos domínios dos grandes proprietários ou comerciantes, ou a se deslocar para as cidades e vilas em busca de um trabalho difícil de encontrar. Com isso competa-se o ciclo destrutivo do capitalismo , que, só se desenvolve devastando os recurosos naturais e a força de trabalho humana.

A não ser, é lógico, que os varzeiros juntem suas forças aos demais oprimidos e explorados para fazer valer seus direitos.

Menos um no listão dos torturadores

Apontado unanimemente em todas as listas de torturadores até agora divulgadas no Brasil, o delegado Sergio Fernando Paranhos Fleury, com o acidente que o vitimou, escapou da futura Justiça.

«O repressão por que estás tão triste?
Mas o que foi que te aconteceu?
Foi o Fleury que caiu do barco
Deu dois suspiros
E depois morreu...»

Foi o que massa cantou em cima da melodia de «A Jardineira» na concentração de 1º de Maio, no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, quando soube da morte do torturador e assassino Fleury.

A cova número 349 da quadra 28 do Cemitério São Paulo é bem funda. Lá embaixo, aprisionado num rico caixão de madeira de lei, o delegado Sergio Fernando Paranhos Fleury, matador sanguinário e torturador, está apodrecendo desde às 17:50 horas do dia 1º de Maio.

Fleury morreu antes de uma hora da madrugada do Dia do Trabalhador, quando caiu no mar ao deixar o seu iate «Adriana», que comprara há duas semanas. O barco estava atracado em Ilha Bela, recanto turístico da burguesia e da classe média alta de São Paulo. Tudo indica que Fleury e seus amigos estavam bêbados, e talvez drogados. A autópsia foi considerada desnecessária, «devido às evidências de afogamento e à presença de familiares».

Desde o início da tarde do dia 1º, que a tranquilidade das visitas ao Cemitério São Paulo fora quebrada. Guardas do DSV avisavam aos motoristas que não poderiam estacionar os seus carros, pois toda a frente do cemitério estava reservada aos carros oficiais. Aos poucos, muitos policiais iam chegando. E alguns populares, curiosos, faziam círculos, comentando os feitos corajosos do delegado Fleury. Ninguém falava no Esquadrão da Morte e nos diversos processos abertos contra o policial que se notabilizara nacionalmente com o assassínio de Carlos Marighella, em novembro de 1969.

TIROS E MAIS TIROS

A ordem da administração do cemitério era clara: nenhum carro da imprensa deveria transpor o portão lateral, por onde deveria entrar o cortejo fúnebre. Os repórteres que, se quisessem, entrassem a pé, carregando os seus apetrechos. Quando as viaturas policiais, transformadas em carro mortuário, entraram no cemitério, mais de 1.500 pessoas se aglomeravam e caminhavam vagarosamente em direção à quadra 28.

Quando o caixão, carregado entre outros pelo irmão de Fleury, Marcos (também integrante do Esquadrão da Morte e toxicômano), e pelo governador de São Paulo, Salim Maluf, chegou em frente ao jazigo da família, de número 349, estabeleceu-se um início de confusão, logo superado pelos gritos dos policiais. Cerca de 15 delegados, todos com distintivo no peito, levantaram suas armas e dispararam uma salva de tiros de festim. Imediatamente, de todos os cantos do cemitério, e dando prova da presença maciça de policiais, estouraram novos tiros, dessa vez não de festim.

O delegado Benedito Nunes Dias, falando em nome da polícia, discursou à beira do túmulo, lembrando que Fleury, «em vida, saboreou a doçura da fama» e «cumpriu seu dever, guardando o rebanho de Deus contra as investidas da marginalidade social e a guerra subversiva que empreenderam contra o Brasil». Durante todo o velório e também no enterro não se notou a presença de nenhuma autoridade federal. Brasília não se fez presente para homenagear aquele que passou a ser considerado a «menina dos olhos da Revolução de 64», desde que emergiu do Esquadrão da Morte para a chefia da repressão política em São Paulo.

«A JARDINEIRA»

Enquanto o corpo de Fleury estava sendo velado no DEIC, a notícia de sua morte era dada na concentração operária do 1º de Maio, no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo. O deputado do MDB, Aurélio Peres, anunciou o fato como «um presente de 1º de Maio para os trabalhadores», provocando prolongada ovação. Ato contínuo, de diversos cantos do estádio partia o refrão:

«O repressão por que estás tão triste?/ Mas o que foi que te aconteceu?/ Foi o Fleury que caiu do barco/ deu dois suspiros/ e depois morreu».

Manifestações como essa, revelando de maneira clara o ódio dos oposicionistas a toda a barbárie representada pelo torturador Fleury, repetiram-se em várias outras manifestações de 1º de Maio pelo País, como, por exemplo, no estádio do Olaria, no Rio de Janeiro, quando mais de cinco mil trabalhadores vaiaram em coro o nome de Fleury e gritaram, durante mais de dez minutos: «Anistia, ampla, geral e irrestrita».

"Desaparece o monstro que martirizou tantos de nós"

«Nestas circunstâncias, o mínimo que se pode considerar é que a morte do torturador Fleury foi bastante conveniente para o conjunto do sistema que provavelmente vivia ansioso com a ameaça seguinte: e se Fleury disse o que sabia?» Esta é a principal conclusão do manifesto divulgado dia 1º pelo Comite Brasil-Anistia de Paris, comentando a morte do delegado Sérgio Fleury. Eis a íntegra do documento:

«A morte do notório assassino e torturador Sérgio Paranhos Fleury traz a todos os exilados uma sensação de alívio. Alívio porque desaparece o monstro que martirou tantos de nós e foi responsável pelo desaparecimento de tantos companheiros. Mas, paralelamente, essa morte também desperta em nós o sentimento de frustação porque, com ela, Fleury escapa à Justiça. Não foi possível, dada à cobertura política e jurídica de que gozava — para a vergonha do Regime — apurar e trazer à luz os crimes que cometeu. Respaldado sempre pelo aparelho político-militar, Fleury pode desafiar a opinião pública nacional e internacional, por seus crimes com leis especiais para protegê-lo, nomeações a cargos de confiança e medalhas de mérito.

• Para todos os democratas, o importante não é tanto desaparecimento de Fleury, apesar de todo o horror que provocou, mas sim o do regime que produziu Fleury e tantos outros torturadores e assassinos. E o sinal do desaparecimento de um regime dessa natureza seria a subordinação dos criminosos que engendrou à Justiça, livre e soberana, capaz de investigar e punir todos os responsáveis pelos crimes cometidos.

• Um processo e julgamento de Fleury, se realizados com independência e liberdade, permitiriam esclarecer as responsabolidades deste iniquo personagem e, mais que isto, identificar seus auxiliares e mandantes.

• Pelo fato de haver estado no centro do aparelho de repressão político-militar de São Paulo desde a fundação da Oban, Fleury estava a par de todos os fatos e conhecia todas as figuras das Forças Armadas, dos governos federal e estaduais, e do empresariado que se comprometeram no terrorismo de Estado.

• O seu desaparecimento subtrai à Justiça uma importante fonte de esclarecimentos, e ao mesmo tempo um dos principais responsáveis pela aplicação da política de terror do Estado.

• Numa conjuntura em que aumenta a liberdade de informação, permitindo que se multipliquem as denúncias das torturas e assassinatos de presos políticos; numa conjuntura em que se delineia um início de autonomia do Judiciário frente ao Estado (vide caso Herzog), Fleury era uma peça invunerável do aparelho de repressão. Uma pessoa difícil de ser defendida. Além disso, tornava-se um personagem perigoso que, logicamente, prefere o anonimato.

• Nessas circunstâncias, o mínimo que se pode considerar é que a morte do torturador Fleury foi bastante conveniente para o conjunto do sistema que provavelmente vivia ansioso com a ameaça seguinte: e se Fleury dissesse o que sabia?»

Comitê Brasil-Anistia
Paris, 1º de maio 1979

Abrindo caminho a bala

Eficiência. Talvez seja esta a melhor palavra para explicar o delegado Sergio Fernando Paranhos Fleury e os sentimentos — de admiração e repulsa — que provocou.

Para o «Caçador de Bandidos», como ele gostava de se definir, qualquer método era bom, desde que surtisse resultados. E foi com resultados, principalmente os obtidos durante os sete anos em que trabalhou no DOPS paulista, que ele realizou a mais fulminante carreira da história da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Em apenas dez anos, desde sua efetivação, em 1967, como delegado de 5ª classe, Fleury abriu caminho, à bala, até o topo da hierarquia policial paulista.

Delegado de 5ª classe, ele chefiava uma ronda especial da Radio Patrulha, da qual faziam parte três guardas-civis que, junto com Fleury, iriam se tornar bastante conhecidos nos anos seguintes: João Carlos Tralli, Adhemar Augusto de Oliveira, o Fininho I, e José Campos Correa Filho, o Campão. Campão e Tralli acompanharam Fleury ao DOPS e, em 1976, à direção do DEIC. Adhemar Augusto de Olivera, o terceiro, acabaria sendo expulso da polícia, acusado de tráfico de entorpecentes, e condenado à prisão, por vários assassinatos.

O desconhecido Sergio Paranhos Fleury, delegado em início de carreira, surgiu nas primeiras páginas dos jornais em 1968, depois de um tiroteio de várias horas, em São Miguel Paulista, um bairro pobre da periferia de São Paulo, com os marginais Boca de Traíra e Brechá. No tiroteio, depois de uma perseguição que durou vários dias, Brechá morreu e Boca de Traíra foi preso quando acabou sua munição.

Depois desse tiroteio, a figura de Fleury não sairia mais das primeiras páginas dos jornais. Primeiro como integrante do Esquadrão da Morte, depois, a partir de agosto de 1969, como o principal responsável pelo combate às organizações de esquerda armada que atuavam no Brasil.

Sua participação no Esquadrão da Morte é mais do que certa. Além dos oito processos por crimes do Esquadrão em que foi indiciado — em três desses processos, já julgados, Fleury foi absolvido, o padre Geraldo Manzerolli, da paróquia de Guarulhos, chegou a fotografá-lo com o bando de assassinos que, em novembro de 1968, matou o marginal Nego Sete.

A mesma violência demonstrada no combate à criminalidade comum ele transplantaria, a partir de agosto de 1969, para a polícia política. Tortura a prisioneiros nunca foi algo desconhecido no DOPS de São Paulo, mas foi com a chegada de Fleury que ela iria se tornar uma rotina.

À procura de resultados rápidos, ele iria se rivalizar em violência, nos anos seguintes, com os militares do CODI-DOi. Uma rivalidade que extravazaria diversas vezes o terreno da competição para se tornar em hostilidades abertas, como em março de 1970, quando Fleury, tentando preservar informações com as quais pretendia chegar ao ex-capitão Carlos Lamarca, negou-se a entregar ao CODI-DOI um prisioneiro — Shizuo Ozawa, um militante da Vanguarda Popular Revolucionária.

Quando um grupo de militares do CODI-DOI invadiu o DOPS para seqüestrar o prisioneiro, Fleury, como vingança, quebrou várias costelas de Mario Japa, para impedir que ele fosse interrogado por seus concorrentes.

A morte e a violência contra suspeitos e prisioneiros está presente em cada êxito do delegado Fleury. Para chegar ao ex-deputado — e dirigente da Ação Libertadora Nacional — Carlos Marighella, dezenas de pessoas, entre as quais vários padres, foram torturados. De tal forma que, anos depois, o frade dominicano Tito de Alencar, na França, ainda se julgava perseguido por Fleury. Uma paranóia surgida nos cárceres do DOPS paulista e que acabaria por levar o dominicano ao suicídio.

Fleury esteve, de fato, na França — como esteve no Chile, no Uruguai, na Argentina, no Paraguai e na Bolívia — mas não à procura de Frei Tito. Em Paris, ele buscava informações sobre a atividade de exilados brasileiros ligados às organizações de esquerda armada. No Chile, no Uruguai, na Argentina e Bolívia, para torturar, sob o nome falso de Vidigal Barreto, exilados brasileiros detidos após os golpes de estado ocorridos em cada um desses países.

No Paraguai ele esteve várias vezes. A convite de seu amigo pessoal, o chefe de polícia de Assunción — e ladrão de automóveis — Ramón Saldivar ou para realizar transações secretas, como a troca do ladrão de automóveis brasileiro George Kastalkis, o Fiak, por metralhadoras e munições brasileiras.

Foi essa fria eficiência que o tornou célebre, também, entre seus colegas na polícia paulista. A rapidez com que subia todos os degraus da carreira, até tornar-se, em 1976, no mais jovem delegado classe especial, com 43 anos de idade, transformou-o em um exemplo para os policiais em início de carreira.

Uma mística que entrou em franca decomposição em fins do ano passado, quando os delegados de polícia de São Paulo iniciaram seu movimento em busca de melhores salários. Fleury colocou-se contra as reivindicações dos colegas, acusando-os de estarem utilizando «métodos comunistas» para pressionar o Governo. Vaiado pela assembléia de delegados, ele reagiu dizendo do que «se vocês querem guerra, vão ter guerra».

Os métodos de guerra e a fria eficiência do delegado Fleury, os policiais não demoraram a descobrir, estavam agora voltados contra seus próprios colegas. Nos dias seguintes, delegados de polícia descobriram que estavam sendo seguidos, tinham seus telefones censurados e todos os seus passos controlados por informantes do DOPS.

A oralidade se seus métodos foi então, pela primeira vez colocada em dúvida pela própria polícia. E havia outros motivos para isto: o caçador de bandido, o policial mais eficiente do Brasil estava perdendo a guerra contra o crime. Desde sua ascensão à diretoria do DEIC, Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo, o número de crimes contra o patrimônio vinha crescendo assustadoramente, enquanto o número de inquéritos policiais descia vertiginosamente.

Mesmo entre seus amigos e auxiliares, o mérito de seus métodos começava a ser questionado. «Ele precisa do sucesso aqui no DEIC», diziam seus auxiliares nos últimos meses, «para que não julguem que só poderia ser eficiente empregando a força bruta».

Este julgamento, como o de seus crimes, não chegou a acontecer. E neste ponto todos, amigos e inimigos, concordam: Fleury morreu cedo demais. E não mereceu a morte que teve.

Dívidas com a Justiça Civil

O delegado Fleury já tinha sido envolvido em 10 processos criminais e era acusado de 23 mortes violentas, todas praticadas pelo Esquadrão da Morte de São Paulo, do qual foi considerado chefe pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 24 de novembro de 1973.

O primeiro processo contra Fleury foi montado a partir de uma denúncia do ex-Procurador da Justiça Hélio Bicudo, no qual o delegado é acusado de ter matado em Guarulhos Antonio de Souza Campos — o Nego Sete — e é considerado, em 25 de julho de 1973, impronunciado pela 2ª Vara do Júri de São Paulo. Logo após esta denúncia de 7 de outubro de 1970, novamente Hélio Bicudo investe contra o Esquadrão da Morte, desta vez na cidade de Barueri, onde Fleury é apontado pelo assassinato de Domiciano Antunes Filho — o Luciano — e Geraldo Alvez da Silva — o Paraíba. Apesar de ter sido considerado pelo promotor Djalma Lúcio Gabriel Barreto como o autor intelectual do crime, foi absolvido por unanimidade, em Barueri, no dia 1º de outubro de 1977.

Entretanto foi neste processo de Guarulhos que o delegado acabou sendo preso entre os dias 2 e 3 de novembro de 1972, nesta mesma cidade. Sua segunda prisão ocorreu de 23 de outubro de 1973 a 22 de abril de 1974, numa cela especial do DOPS paulista — com todos os privilégios — durante o tempo em que aguardava julgamento por homicídio qualificado contra José de Souza Cruz — o Dedé. Desta acusação foi absolvido em 23 de novembro de 1974.

As outras acusações que pesavam sobre o «verdadeiro herói nacional», segundo seus advogados são: acusado de homicídio de Odilon Marcheroni (considerado em 21 de novembro de 1973 impronunciado pela 2ª Vara Auxiliar); processo de Suzano, no qual era acusado de homicídio de Airton Neri Nazari, em 1968; processo de São Roque, pelo homicídio de Oswaldo Pereira Taschetti; em São Bernardo do Campo pelos homicídios de Pirata e Neizão e mais dois processos de Guarulhos, um pela morte de sete presos retirados do Presídio Tiradentes e outro que era a abertura do processo da morte do Nego Sete pedido pelo promotor Alberto Marino Júnior.

Entretanto, a Lei nº 5 941 de 22 de novembro de 1973, de autoria do deputado Cantídio Sampaio (Arena-SP), que propicia aos réus considerados primários e com bons antecedentes o privilégio de responder processo em liberdade, beneficiou diretamente o delegado e muitos dizem que ela foi criada, à toque de caixa, exatamente para este fim, razão pela qual é conhecida como Lei Fleury.

A última prisão de Sérgio Fleury foi em 22 de fevereiro de 1978, quando o Juiz Antonio Filardi da 1ª Vara Criminal de Guarulhos expediu mandato de prisão contra ele e mais quatro investigadores. Por esta sentença, o Juiz Antonio Filardi foi rapidamente transferido para São Paulo e, cinco dias após, o Juiz substituto, Perceles Toledo Piza Júnior, assinou o alvará de soltura do delegado. Minutos após, Sérgio Fleury reassumia o comando do Departamento de Investigações Criminais — do qual havia sido afastado quando da sua prisão — sob júbilos do então Secretário da Segurança de São Paulo, o coronel Erasmo Dias que afirmou «A Justiça foi feita».

EM TEMPO: